



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

A reutilização do património industrial de Marvila. Os usos atuais e a preservação da memória do trabalho fabril

Loraine Thays Iensen Meister

Orientador(es) | Ana Cardoso de Matos

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

A reutilização do património industrial de Marvila. Os usos atuais e a preservação da memória do trabalho fabril

Loraine Thays Iensen Meister

Orientador(es) | Ana Cardoso de Matos

Évora 2022



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Cardoso de Matos (Universidade de Évora) (Orientador)
Maria João Pereira Neto (Universidade Técnica de Lisboa) (Arguente)

DEDICATÓRIA

Para os antigos operários e operárias de Marvila e a todos aqueles que assim como eu, conseguem *sentir* a emoção que um património histórico detém.

AGRADECIMENTOS

Dedico o meu primeiro e mais grato agradecimento aos meus pais, Laura e Valdemir, que sempre me apoiaram e incentivaram todos os meus sonhos, apesar da saudade. Obrigada por acreditarem no meu potencial e por estarem ao meu lado em todos os momentos.

À Professora Dra. Ana Cardoso de Matos, por todos os direcionamentos, ensinamentos e paciência em todo este processo. Sua dedicação ao património industrial e todo o seu conhecimento são inspiradores para muitos de nós.

Agradeço à minha irmã, por ser o meu exemplo de bondade e disciplina, à minha madrinha, à minha avó e ao meu tio, por todo o amor que sempre recebi tal como uma filha.

Ao meu avô, que continua a cuidar de mim.

Às minhas amadas Patrícia, Suliane e Camilla. A amizade de vocês é um dos meus maiores privilégios na vida. Obrigada pela força, pela presença e por tudo de mais feliz que já vivenciamos e ainda iremos vivenciar.

Ao Filipe, por me inspirar e ser minha inspiração. Obrigada por estar caminhando ao meu lado por tanto tempo e por ser quem és para mim. Pra nós, todo o amor do mundo.

À minha família portuguesa, que tão bem me recebeu. Leonor, Raquel, Maria, Pedro, Sandra, André, Diana e Victor, muito obrigada por me ajudarem a tornar Portugal o meu lar.

À Luiza, obrigada por me ajudar de forma paciente e por exercer sua profissão tão carinhosamente bem. Nossas conversas foram essenciais para a finalização deste ciclo.

À Lisboa, por fazer meu coração bater mais forte e à Marvila, por ter me recebido tão bem por suas ruas.

E por fim, a todos que de alguma forma cruzaram o meu caminho durante esta jornada e que de alguma forma acabaram por me ajudar a concluir esta etapa. Muito obrigada!

A reutilização do património industrial de Marvila: Os usos atuais e a memória do trabalho fabril.

RESUMO

As edificações lisboetas revelam a história do desenvolvimento da cidade, compondo uma paisagem urbana que contempla diferentes estilos arquitetónicos e significativos exemplares do património edificado. Na freguesia de Marvila, localizada na zona oriental da capital, diversos edifícios testemunham a memória de um período reconhecido por suas profundas mudanças sociais e urbanas: a industrialização portuguesa e sua consolidação no século XIX. A sociedade e seu modo de viver tornou-se mais acelerada e maquinal, e a arquitetura voltou-se para a funcionalidade, percebida pelas fábricas e suas volumetrias sóbrias construídas com materiais resistentes. Hoje em dia, a herança deste período pode ser testemunhada através da remanescência do património industrial em antigas zonas industriais da cidade, tais como Marvila. Reconhecendo a importância dos estudos voltados para a preservação deste património cultural, a presente investigação pretende averiguar o que permanece da memória do trabalho fabril na freguesia, através de uma análise tanto dos registos históricos, como dos dados atuais de edificações industriais situadas na Rua do Açúcar, eixo viário em que se instalaram as primeiras instalações fabris da zona e que atualmente estão a ser reutilizadas com novos usos. Como forma de complementar esta análise e fomentar as discussões sobre o património industrial e sua conservação, a investigação também apresenta o enquadramento histórico do desenvolvimento da zona, testemunhos por parte de quem viveu a sua industrialização e propostas de iniciativas para preservação dos vestígios industriais que ainda aí existem.

PALAVRAS-CHAVE:

Industrialização; Património industrial; Arquitetura; Reutilização; Marvila

Reutilization of Marvila's industrial heritage: Current uses and what remains of factory labor.

ABSTRACT

Lisbon's buildings reveal the history of the city's development, composing an urban landscape that includes different architectural styles and significant examples of heritages. In the neighborhood of Marvila, located in the eastern part of the capital, several buildings announce the memory of a period recognized for its profound social and urban changes: Portuguese industrialization and its consolidation in the 19th century. Society and its way of life became more accelerated, mechanical and architecture turned to functionality, recognized by factories and their sober volumes built with resistant materials. Today, the heritage of this period can be witnessed through the remanence of the industrial heritage in the old industrial areas of the city, such as Marvila. Recognizing the importance of studies about the preservation of this cultural heritage, the present investigation intends to investigate what remains of the memory of the factory labor in Marvila, through an analysis of both historical records and current data of industrial buildings located on Rua do Açúcar, the street which the first factories were installed in this area and which are currently being reused for new uses. As a way of complementing this analysis and promoting discussions on industrial heritage and its conservation, the research also presents the historical framework of the development of the area, testimonies from those who lived during its industrialization and proposals for initiatives to preserve the industrial heritage that remains there.

KEY WORDS:

Industrialization; Industrial heritage; Architecture; reutilization; Marvila

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAIRL – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

APF – Abel Pereira Fonseca

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

EXPO98 - Exposição Internacional de Lisboa de 1998

FBLB – Fábrica de Borracha Luso-Belga

MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UNESCO – The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT.....	iv
SIGLAS E ABREVIATURAS	v
INTRODUÇÃO	1
0.1 Temática	1
0.2 Estrutura	2
0.3 Zona de Estudo	4
0.4 Problemática.....	6
0.5 Justificativa	6
0.6 Objetivos	7
0.7 Estado da Arte.....	7
0.8 Metodologia de Pesquisa e Fontes.....	15
CAPÍTULO 1. SOCIEDADE E MAQUINARIA: O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	17
1.1 Breve enquadramento histórico da industrialização	17
1.2 O caminho-de-ferro, a fábrica e o operário: uma caracterização da sociedade industrial.....	20
1.3 A industrialização em Portugal	24
1.4 O industrial como património.....	27
1.5 O património industrial em Portugal.....	33
CAPÍTULO 2. LISBOA ORIENTAL: A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MARVILA.....	37
2.1 Enquadramento histórico da expansão urbana de Lisboa para a zona oriente	37
2.2 Marvila: a transformação do espaço rural em zona industrial.....	49
2.3 Enquadramento histórico da industrialização de Marvila.....	52
2.4 A Rua do Açúcar e a Praça David Leandro Silva: elementos estruturantes da zona de Marvila.....	59
2.5 As edificações industriais na zona de Marvila sobre as quais incide a análise .	64
2.5.1 Antiga fábrica de borracha Luso-Belga.....	65
2.5.2 Antiga Sociedade Nacional de Fósforos	68
2.5.3 Antiga Vila Pereira ou antiga Vila Santos Lima	70
2.5.4 Antigo Pátio Beirão	71
2.5.5 Antiga Fábrica José Domingos Barreiros & Cª Lda	72
2.5.6 Antiga Sociedade Comercial Abel Pereira Fonseca, S.A.R.L	73

CAPÍTULO 3. MARVILA ATUAL: RECONVERSÃO DOS ESPAÇOS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INDUSTRIAL.....	78
3.1 A reutilização adaptativa como ferramenta de preservação em edificações industriais	78
3.2 A memória do trabalho industrial: análise dos edifícios industriais, das reutilizações e dos seus usos atuais	80
3.2.1 A reutilização da antiga fábrica de borracha Luso-Belga	81
3.2.2 A reutilização da antiga Sociedade Nacional de Fósforos	84
3.2.3 A atual situação da antiga Vila Pereira	90
3.2.4 A atual situação do antigo Pátio Beirão.....	91
3.2.5 A reutilização da antiga fábrica José Domingos Barreiros & Cª Lda.....	94
3.2.6 A reutilização da antiga fábrica Sociedade Comercial Abel Pereira Fonseca, S.A.R.L.....	100
3.3 A memória do trabalho industrial: testemunhos e a memória coletiva	105
3.4 A atual situação do património industrial de Marvila pela ótica das cartas patrimoniais do património industrial	109
3.5 Iniciativas de preservação e o resgate da memória industrial	113
CONCLUSÃO	118
FONTES.....	120
BIBLIOGRAFIA	121
ÍNDICE DE IMAGENS	124
ANEXOS.....	
Anexo A Traçado do caminho primitivo e do Caminho do Oriente in Caminho do Oriente I. 1998, p. 24 - 25	i
Anexo B Digitalizações das autorizações de uso de imagem	ii
Anexo C Digitalizações das coletas de testemunhos e guião da entrevista semiestruturada.....	iii

INTRODUÇÃO

Usando a expressão de Rabelais, estamos sempre perante “pedras vivas”, já que as “pedras mortas” dão testemunho das primeiras. O património surge, nesta lógica, como um primeiro recurso de compromisso democrático em prol da dignidade humana, da diversidade cultural e do desenvolvimento durável.

Guilherme d’Oliveira Martins (2020, p7).

0.1 TEMÁTICA

A presente dissertação é o resultado de um estudo que unifica dois principais fundamentos. O primeiro, corresponde ao meu apreço pela arquitetura e o reconhecimento da mesma como um dos mais expressivos meios de manifestação cultural, possibilitando-nos observar vestígios da nossa trajetória histórica de forma singular e tangível. O segundo fundamento parte do reconhecimento da importância e indispensabilidade de estudos sobre a preservação e salvaguarda do património edificado, neste caso, especificamente o património industrial, que apesar do seu importante significado material e social, muitas vezes acaba por ser negligenciado devido à falta de entendimento do seu valor e à falta de incentivos à sua conservação.

A procura da articulação entre conteúdos ligados com a arquitetura, o património cultural e a memória social, relacionados especificamente com a temática da industrialização, resultou no interesse por uma zona de Lisboa: Marvila, freguesia localizada na Zona Oriental da cidade. Marvila possui ainda hoje significativos exemplares arquitetónicos que fizeram parte do seu período industrial, consolidado no século XIX. A industrialização provocou impactos sociais e económicos em toda a zona, transformando a morfologia urbana e alterando a forma de interação das pessoas com o meio. Para além das antigas fábricas e armazéns que permanecem edificados na freguesia, verifica-se também a presença de antigos operários e moradores que participaram na atividade industrial que ali existiu. Desta forma, o património edificado e a memória social que ainda estão presentes em Marvila sustentam os resquícios de um passado fabril responsável pelo

impulso do desenvolvimento socioeconómico da cidade de Lisboa entre o findar do século XVIII e meados do XX.

Como o título sugere, esta dissertação investiga o que permanece ligado com o trabalho fabril da zona de Marvila. Tal averiguação é feita através da pesquisa teórica, da análise das fontes e da investigação de campo, com foco em seis edificações de carácter industrial que apresentam reconversões e usos atuais diversos dos originais, nas quais também se procurou identificar a possível existência de antigas máquinas que permaneceram nestes espaços. Por fim, a pesquisa aborda o património imaterial, por meio da recolha de testemunhos de pessoas que vivenciaram o período industrial marvilense.

Torna-se importante destacar nesta introdução que devido à pandemia de COVID-19, a recolha de dados de campo foi limitada. No decorrer do desenvolvimento desta investigação, alguns estabelecimentos comerciais inseridos em antigas edificações fabris, que foram inicialmente selecionadas como objetos de estudo, suspenderam ou encerraram suas atividades, impossibilitando o acesso ao seu interior para registo fotográfico. A recolha de testemunhos também se tornou restrita, uma vez que o público-alvo desta etapa era constituído maioritariamente por pessoas idosas, grupo social de difícil acesso num período de reclusão social. Todavia, as dificuldades e impedimentos enfrentados acabaram por fornecer e fomentar novas discussões e conclusões a respeito da atual situação do património industrial marvilense, principalmente no que diz respeito aos aspetos positivos ou negativos da aquisição e atribuição de novos usos às antigas fábricas e a perda do património imaterial ligado à memória social, causada pela inacessibilidade ao grupo que a detém.

02. ESTRUTURA

A investigação foi delineada em várias etapas que foram iniciadas pela obtenção de dados históricos através da consulta bibliográfica e, posteriormente, pela recolha e análise de resultados obtidos pela pesquisa de campo, resultando em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Sociedade e Maquinaria: O Património Industrial* apresenta o resultado de uma pesquisa teórica que aborda de forma sucinta o enquadramento histórico da industrialização e dos principais pilares que caracterizaram o seu desenvolvimento. Estes

conteúdos possuem como objetivo fornecer uma contextualização concisa para os leitores que não estão familiarizados com a temática. Ainda neste capítulo, são apresentados o enquadramento histórico do desenvolvimento industrial em Portugal e as etapas que consolidaram o reconhecimento de elementos industriais como património material.

No segundo capítulo, intitulado *Lisboa Oriental: A Industrialização de Marvila*, é apresentado o resultado de uma vasta pesquisa bibliográfica, realizada com o objetivo de elaborar o enquadramento histórico da zona de estudo, partindo-se de uma escala macro, através da apresentação da expansão do território lisboeta para a Zona Oriental. Este enquadramento é também compreendido por meio de uma análise gráfica, desenvolvida através da sobreposição de cartografias históricas com o atual mapa da cidade de Lisboa. A seguir, é abordada a trajetória histórica da freguesia de Marvila e o seu desenvolvimento industrial que levou à transformação da antiga zona rural numa zona industrial. Por fim, são especificadas as seis edificações sobre as quais incide uma pesquisa mais aprofundada.

No terceiro e último capítulo, denominado *Marvila Atual: Reversão dos Espaços e a Preservação da Memória Industrial*, são apresentados os resultados obtidos pela pesquisa de campo (etapa de grande importância nesta investigação). Este capítulo é constituído por um amplo registo fotográfico do interior e do exterior das edificações analisadas, verificando as suas alterações espaciais mais evidentes através de uma comparação com as plantas arquitetónicas dos projetos originais. O capítulo também conta com a transcrição de três testemunhos de pessoas que viveram o período industrial da zona, o que permite uma aproximação à memória fabril dos habitantes da freguesia.

Através do levantamento feito no trabalho de campo, torna-se possível concretizar os resultados que constituirão a conclusão da investigação, demonstrando o que permanece salvaguardado dos edifícios industriais e da memória do trabalho industrial marvilense.

No âmbito desta investigação, foram analisadas edificações que estão localizadas ao longo da Rua do Açúcar e da Praça David Leandro Silva. Esta escolha baseou-se em razões históricas que evidenciam a importância destas zonas da freguesia, uma vez que foi aí que surgiram, no findar do século XVIII e, sobretudo, em meados do século XIX, as primeiras manufaturas e indústrias da zona. Também é nesta zona que se encontram os exemplares fabris com maior significado social e histórico da freguesia, como é o caso do edifício José Domingos Barreiros e do edifício Abel Pereira Fonseca. Por fim, verificou-se através da pesquisa de campo que a grande maioria das unidades fabris que atualmente estão reocupadas por novos estabelecimentos se localizam na Rua do Açúcar e na Praça David Leandro Silva, o que propiciou a concentração deste estudo nestas zonas específicas.

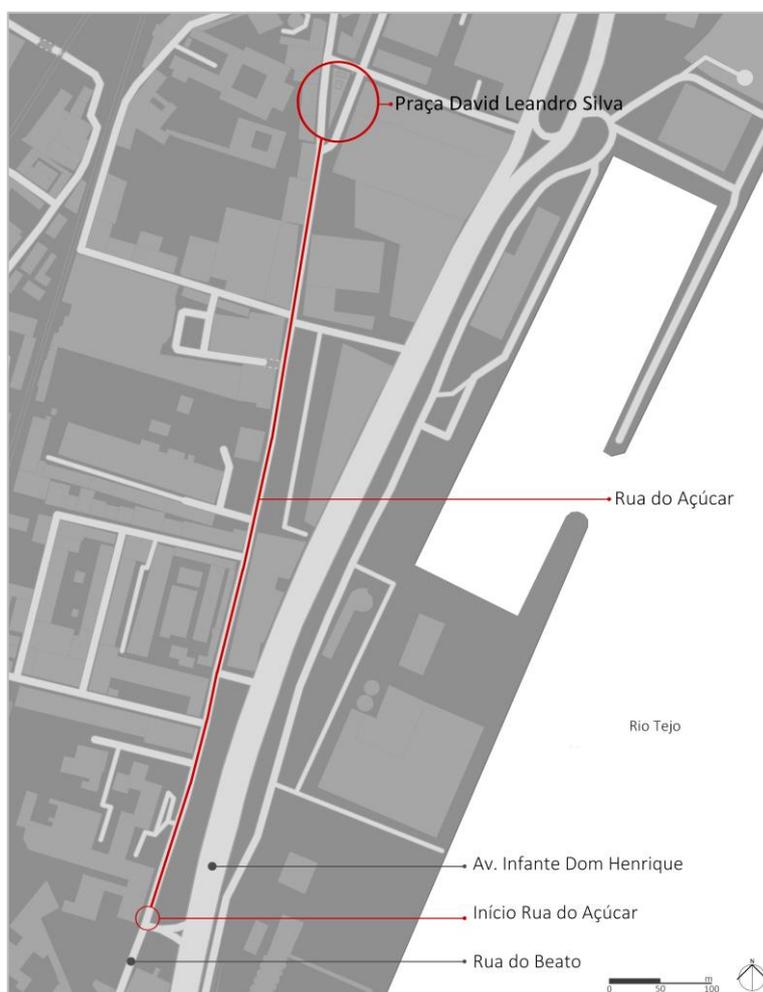


Figura 2 Mapa esquemático de localização. Em vermelho, a zona de estudo analisada nesta investigação. Fonte e edição: Loraine Meister.

0.4 PROBLEMÁTICA

A pertinência deste estudo liga-se com o crescente interesse de vários investidores privados na reutilização de antigas fábricas e armazéns de Marvila, que se verifica atualmente. Tais ações, quando em ritmo acelerado e com intervenções indevidas, podem resultar na perda da memória do trabalho fabril e na drástica alteração da paisagem, uma vez que as principais características construtivas podem ser inadequadamente alteradas devido ao objetivo de acomodar as suas novas funções. Além disto, a acomodação de usos modernos em antigas construções pode interferir nos costumes da sua comunidade originária, forçando a sua deslocação e propiciando a perda da memória coletiva.

Daí que as grandes questões que colocarmos sejam as seguintes: até que ponto a reutilização dos edifícios fabris preservou a memória industrial que lhes estava associada? Ainda hoje permanece na população da zona analisada uma memória do passado industrial?

0.5 JUSTIFICATIVA

As justificativas para a realização desta investigação são sustentadas através de três principais fundamentos. O primeiro, como anteriormente referido, baseia-se nas recentes práticas de reutilização de antigas fábricas e armazéns de Marvila. Presentemente, a freguesia torna-se cada vez mais reconhecida como uma nova zona de potencialidade cultural e gastronómica de Lisboa, abrigando nos seus antigos edifícios lojas, restaurantes, cafés, galerias de arte, *workspaces*, dentre outros usos. Devido a este recente cenário, torna-se necessário avaliar as condições em que o património edificado industrial se encontra e se relaciona com estes novos usos, considerando as potencialidades e/ou malefícios das práticas de reutilização, justificando a necessidade de investigações que visam analisar o estado atual destas edificações.

A segunda justificativa ocorre devido ao facto de apesar de existirem (até à presente data) diversas dissertações que propõe a reabilitação e projetos de usos aos antigos edifícios industriais de Marvila, o número de trabalhos que abordam e discutem especificamente as reocupações já existentes é bastante reduzido, tornando-se necessário a execução de estudos que avaliem o estado de conservação destes exemplares e

investiguem se/como os seus novos usos preservaram a memória do trabalho fabril, tanto material quanto imaterial.

Por fim, é aqui manifestada a necessidade de estudos que fomentem a articulação entre os conceitos e as técnicas da arquitetura, realizados em benefício das práticas de preservação que visam assegurar os bens materiais, garantindo e respeitando que futuras novas intervenções não prejudiquem o legado histórico e o significado social de uma determinada edificação.

0.6 OBJETIVOS

Após reconhecer a relevância da temática investigada e considerando suas problemáticas significativas e atuais, este trabalho foi construído de forma a alcançar dois objetivos principais. O primeiro objetivo é a apresentação do enquadramento histórico da zona de Marvila, partindo-se da expansão da cidade de Lisboa para a Zona Oriental.

O segundo objetivo consiste na apresentação do atual cenário de reutilização do património edificado da zona de Marvila, apontando o que se mantém íntegro com as características construtivas específicas do período industrial, seja na volumetria das edificações ou no seu interior, como na existência de possíveis maquinarias, averiguando-se se as mudanças no património edificado da zona de Marvila respeitam a história social e a memória do património industrial.

0.7 ESTADO DA ARTE

Através do mapeamento das produções existentes sobre as temáticas acerca da industrialização, do património, do urbanismo da freguesia de Marvila e das demais temáticas diretamente relacionadas com estes conteúdos, foi possível determinar como estes conceitos foram e permanecem sendo destacados e explorados por autores de diferentes áreas, tornando os seus trabalhos meios de pesquisa indispensáveis para a produção desta investigação.

O estudo da memória e do património ligados com a arquitetura requerem uma metodologia de desenvolvimento eficiente e sólida, a fim de que os dados obtidos apresentem as respostas e conclusões que estão sendo procuradas. Devido a essa necessidade, inicialmente foram analisadas as orientações existentes na obra *Arquitetura*,

*Urbanismo, Design – Metodologias e Métodos de Investigação*⁴, coordenado por Tânia Beisl Ramos e datado de 2013. Neste livro, são abordadas explicações e orientações para diferentes necessidades metodológicas de investigações relacionadas com a arquitetura, tal como o registo de análises sintáticas e o uso de sistemas de informações geográficos como ferramenta para reconstituição de espaços históricos, ambas metodologias necessárias para compreendermos como realizar investigações para antigas construções e como documentar usos recentes por meio das transformações ao longo dos anos.

Para fundamentar a base teórica sobre urbanismo (especificamente, expansão urbana), monumentos históricos e o património edificado, foram utilizadas quatro obras de autores com significativa importância para os estudos sobre estas temáticas. A referência das obras *A Arquitetura da Cidade*⁵, do arquiteto e teórico Aldo Rossi; *A Imagem da Cidade*⁶, do urbanista Kevin Lynch; *Cidade Para Pessoas*⁷, do arquiteto e urbanista Jan Gehl e *O Urbanismo: Utopias e Realidades, uma Antologia*⁸ da historiadora Françoise Choay forneceram para esta investigação pertinentes conceitos, questionamentos e apontamentos sobre como a cidade e seu desenvolvimento territorial estão diretamente relacionados com a questão da memória coletiva de seus grupos habitacionais, assim como o reconhecimento do património edificado como elemento caracterizante de um espaço cidadão. Ademais, as obras apresentam uma vasta conceptualização a respeito de monumentos históricos e as principais associações existentes entre património e cidade.

Após a teorização dos assuntos relacionados com o urbanismo e o património, tornou-se necessário obter noções específicas sobre o património industrial e, sobretudo, o acontecimento histórico que possibilitou a sua origem, a industrialização. Deste modo, foram estudadas as obras *A Revolução Industrial*⁹, do historiador Jean Pierre Rioux e

⁴ Publicado em 2013 pela editora Caleidoscópio, a obra apresenta com participação de demais autores e sua realização foi feita junto a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e a FCT – Fundação pela Ciência e a Tecnologia.

⁵ A primeira versão foi publicada em 1966. Para esta investigação, foi utilizada a edição comemorativa dos 50 anos de publicação, de 2016 pela editora Edições 70

⁶ A primeira edição foi publicada em 1960. Para esta investigação, foi utilizada a edição publicada em 2014, pela editora Edições 70.

⁷ A primeira versão foi publicada em 2010. Para esta investigação, foi utilizada a 2ª edição, publicada em 2012 pela editora Perspectiva.

⁸ A primeira versão foi publicada em 1964. Para esta investigação, foi utilizada a 1ª edição, publicada em 1979 pela editora Perspectiva.

⁹ 1982, Publicações D. Quixote.

*Revolução Industrial*¹⁰, por autoria de W. O. Henderson. Nestas publicações, é apresentado o enquadramento histórico da Revolução Industrial e as principais características de cada etapa deste período.

Para a abordagem da industrialização em Portugal, foi determinada a utilização tanto de obras antigas, quanto de produções recentes, com a intenção de gerar um entendimento mais amplo e acrónico sobre o assunto. O livro *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*¹¹, do economista e historiador português Armando Castro e a publicação *A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913*¹² de Jaime Reis, foram as primeiras referências analisadas e posteriormente utilizadas nesta investigação. Ambas apresentam um detalhado enquadramento a respeito do processo da industrialização em Portugal, abordando de forma precisa as etapas do seu desenvolvimento e comparando o crescimento do caso português em relação aos demais países europeus. De entre as obras mais recentes, destacam-se os livros *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933 – 1968): Da Fábrica ao Território de Lisboa*¹³, da historiadora Deolinda Folgado; *A Ferrovia em Portugal: Presente, Passado e Futuro*¹⁴, do engenheiro civil Francisco Furtado; e o artigo científico *O Crescimento da Produtividade da Indústria Portuguesa no Século XX*¹⁵ da autoria de Álvaro Aguiar e Manuel Martins. Através destas publicações, tornou-se possível complementar os aspectos sobre a trajetória industrial portuguesa a partir do século XX, uma vez que são nelas apresentados dados históricos e económicos sobre indústria no território de Lisboa, cidade onde a zona de estudo desta investigação está inserida.

Após o domínio literário acerca da industrialização, tornou-se possível explorar autores que escreveram sobre a temática do património industrial. Nesta etapa, a historiadora Françoise Choay foi novamente estudada, através do livro *Alegoria do Património*¹⁶, importante obra que destaca as primeiras associações entre a

¹⁰ 1969, Editora Verbo.

¹¹ A primeira versão foi publicada em 1971. Para esta investigação, foi utilizada a 3ª edição, publicada em 1976 pela editora Limiar.

¹² 1987, in *Análise Social*, vol. XXIII, 207 - 227.

¹³ 2021. Editora Livros Horizonte. Livro de referência que corresponde à dissertação de doutoramento da autora, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁴ 2021. Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

¹⁵ 2004, in *Trabalhos em curso* - nº 145. CEMPRE - Centros de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

¹⁶ A primeira versão foi publicada em 1992. Para esta investigação, foi utilizada a edição de 1999, pela editora Edições 70

industrialização e os primeiros ideais de preservação do que viria a se tornar o património resultante deste período, assim como as premissas necessárias para a sua futura conservação e reutilização.

Posteriormente, visando um entendimento plural com diversificados pontos de vista, utilizou-se a obra *Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: Palavras, Espaços e Imagens*¹⁷, dos autores Ana Cardoso de Matos, Telma Bessa Sales e Ronaldo André Rodrigues, que conta com a participação de diversos e especialistas portugueses e brasileiros sobre o património industrial, que expõem as suas apreciações pessoais sobre a temática. Foi também importante o artigo *Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial*¹⁸, de Ronaldo André Rodrigues da Silva e José Manuel Lopes Cordeiro, que apresenta as principais diferenciações entre os conceitos de património industrial e arqueologia industrial.

Também para melhor conhecer a forma como tem sido abordado o património industrial analisamos os livros *Industrial Archaeology: A Handbook*¹⁹, autoria de Marilyn Palmer, Michael Nevell e Mark Sissons; *The Industrial Heritage: Managing Resources and Uses*²⁰, de Judith Alfrey e Tim Putman e o artigo *Adaptive Reuse of Industrial Heritage: Opportunities & Challenges*²¹, desenvolvido pela Heritage Council Victoria. Estas publicações apresentam um vasto estudo sobre conceitos e orientações precisas sobre como deve-se intervir no património industrial edificado, seja em obras que visam a sua conservação, seja em intervenções que pretendem realizar uma vasta reutilização adaptativa.

Uma vez finalizado o entendimento teórico sobre as temáticas de urbanismo, industrialização e património industrial, iniciou-se a pesquisa de publicações acerca da zona de estudo desta investigação, a freguesia de Marvila, situada na zona oriental de Lisboa. A análise da expansão urbana da cidade para Oriente tornou-se possível através das publicações que fizeram parte dos guias históricos produzidos no âmbito do programa Caminho do Oriente, projeto integrante dos programa de transformações urbanas

¹⁷ 2018, Edições UVA.

¹⁸ 2017, in *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.4, nº1, p. 07-29, jan.-jun.

¹⁹ 2012, editora CBA Practical Handbook.

²⁰ 1992, editora Routledge,

²¹ Julho de 2013. Publicado pela Heritage Council of Victoria.

introduzidas pela preparação da EXPO 98, sendo elas *Caminho do Oriente*²²; *Caminho do Oriente – Guia Histórico I*²³ e *Caminho do Oriente – Guia Histórico II*²⁴. Tais guias apresentam um vasto estudo urbano da Zona Oriental de Lisboa, contando com um detalhado levantamento histórico da localidade e do património edificado. Especificamente sobre o património industrial, utilizou-se o livro *Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial*²⁵, que também fez parte deste programa. Este guia específico contribui para o reconhecimento e valorização da memória industrial e dos seus edifícios e para o conhecimento da caracterização do valor patrimonial artístico-arquitetónico das unidades sobreviventes na cidade oriental.

Durante a procura de informações sobre Marvila, tornou-se necessário procurar referências teóricas anteriores ao reconhecimento da zona como freguesia, uma vez que a localidade antigamente estava inserida na antiga freguesia dos Olivais. Para tal, referenciou-se os livros *A Antiga Freguesia dos Olivais*²⁶ de Ralph Delgado e *Lisboa: Freguesia dos Olivais*²⁷, de Francisco da Silva Dias e Tiago da Silva Dias.

Para o enquadramento de Marvila atual, como freguesia já consolidada, foi analisada a obra *O Formoso Sítio de Marvila*,²⁸ de Carlos Consiglieri e Marília Abel. O livro é primeira grande obra dedicada inteiramente à freguesia, documentando acontecimentos que marcaram a trajetória histórica e social da zona. Inicialmente, a obra conta com apontamentos que descrevem o enquadramento histórico da região, iniciando-se com testemunhos de vestígios de tempos pré-históricos até chegar ao período de grandes instalações industriais, modificando não somente sua estruturação urbana, mas também social. Também conta com informações técnicas, tais como dados a respeito de seu plano diretor municipal, suas novas habitações, seus novos bairros e sua toponímia, além de retratar costumes e tradições imateriais, como as marchas populares. Com a intenção de aperfeiçoar e ampliar as informações acerca da freguesia, a investigação foi

²² Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 (1998) *Caminho do Oriente*. Lisboa: Área PROMARK – Parque EXPO98. S.A.

²³ MATOS, José Sarmiento de; PAULO, Jorge Ferreira. (1999) *Caminho do Oriente – Guia Histórico I*. Volume 1. Lisboa: Editora Livros Horizonte.

²⁴ MATOS, José Sarmiento de; PAULO, Jorge Ferreira. (1999) *Caminho do Oriente – Guia Histórico II*. Volume 2. Lisboa: Editora Livros Horizonte.

²⁵ FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge. (1999) *Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial*. Lisboa: Editora Livros Horizonte.

²⁶ 1969, Imprensa Municipal de Lisboa.

²⁷ 1993, editora Contexto.

²⁸ 2002, publicado pela Junta de Freguesia de Marvila.

complementada com as obras *Lisboa em Topomínia: Marvila*²⁹ e *Pelas Freguesias de Lisboa – São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*³⁰, dos mesmos autores anteriormente referidos.

Tratando-se de trabalhos académicos, produzidos com a finalidade de obtenção de grau de mestrado ou doutoramentos, foram realizadas buscas em plataformas e repositórios de produções científicas, sendo eles o RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal³¹ e o Google Académico³², sendo possível encontrar até a presente data, trinta e três trabalhos académicos ligados com a temática em estudo a zona de Marvila, sendo a sua maioria produções resultantes da formação em arquitetura. De entre essas trinta e três produções, foram selecionados quatro trabalhos que contêm informações e especificações relevantes a respeito de duas edificações que fazem parte desta investigação e da temática industrial. O primeiro, intitulado *Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação Urbana*, de autoria Maria Margarida de Almeida Reis e Silva³³ que foi utilizado devido à ampla pesquisa referente à identidade cultural da região dos pátios e vilas operárias. Outro trabalho, realizado por Teresa Palma Rodrigues³⁴ intitulado *Zona V (de Vago)*, de 2017, também foi utilizado devido à ampla pesquisa referente à identidade cultural desta zona. Especificamente sobre a temática das fábricas, foram lidos os trabalhos *Marvila, Memória Industrial: A Fábrica Como Equipamento Coletivo e Cultural*, produzido por Bruna Marisa Carreira Reis em 2015³⁵ e *O Lugar Da Fábrica: História e Evolução Urbanística*, de Maria Ana Fonseca³⁶, 2010. Ambos os trabalhos apresentam definições, contextualizações históricas, características

²⁹ 2006, editora Dinalivro.

³⁰ Além de Carlos Consiglieri e Marília Abel, este livro contou com a participação dos autores Filomena Ribeiro e José Manuel Vargas. Publicado em 1993 pela editora Pelouro da Educação.

³¹ www.rcaap.pt

³² scholar.google.pt

³³ Dissertação submetida para a obtenção do grau de Mestre em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património do ISCTE – IUL – Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de História, com orientação da Doutora Maria Luísa Brandão, em outubro de 2013.

³⁴ Orientado pela Professora Catedrática Isabel Maria Sabino Correia e o Professor Emérito Jorge Manuel Barbosa Gaspar, com finalidade de obtenção de título de doutoramento em Artes Visuais pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

³⁵ Projeto final de mestrado para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, com orientação do professor Doutor Carlos Silva Lameiro e coorientação do professor Doutor António Borges Abel.

³⁶ Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior, com orientação do professor Doutor Jacek Dominiczak.

espaciais e o significado histórico e arquitetônico da fábrica enquanto elemento construtivo.

Referente a artigos, foram também abordadas as três seguintes publicações. O primeiro, *O Fado de Marvila: Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa*³⁷, de João Pedro Silva Nunes e Ágata Dourado Sequeira, datado de 2011. No trabalho, os autores realizam apontamentos que podem auxiliar na compreensão sobre o destino da região industrial de Marvila, através da análise sociológica de como ocorreu sua ascensão e declínio e o modo em como hoje a memória social da zona é construída. O segundo, que foi publicado por Iaskara Florenzano, Gissele Chapanski e Gicele Portela Cunico de Oliveira, em outubro de 2017 e tem como título *O Desaparecimento da Paisagem Industrial do Bairro Rebouças em Curitiba e a Persistência da Memória*³⁸, apresenta uma análise sobre como a falta de registro da memória coletiva condicionaram o desaparecimento da paisagem industrial do bairro de Rebouças, na cidade de Curitiba, região sul do Brasil, tornando-o um objeto de estudo pois apresenta uma condição similar a situação de Marvila.

Outras publicações com importância para a produção desta pesquisa são os artigos publicados nos exemplares dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, revista científica de acesso aberto produzido semestralmente pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Dentre eles, destaca-se o artigo *Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835*³⁹, produzido por Margarida Reis e Silva e como indica o título, apresenta a forma como decorreu o crescimento urbano destas zonas na sequência do seu processo de industrialização. Ainda da mesma autora, utilizou-se o artigo *Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo*⁴⁰, que aborda o enquadramento histórico do surgimento e caracterização dos pátios e vilas operárias da zona oriental de Lisboa. Acerca do trabalho industrial e da classe operária portuguesa e especificamente lisboeta, esta investigação beneficiou das informações e levantamentos históricos contidos nos

³⁷ Publicação no Fórum Sociológico Online, disponível em sociologico.revues.org/382

³⁸ Publicação no 5º Seminário Ibero-americano – Arquitetura e Documentação. 24 a 26 de outubro de 2017. Belo Horizonte, Brasil.

³⁹ Publicado nos Cadernos do Arquivo Municipal; Série II; Número 12. Edição intitulada Bairros de Lisboa. Julho – dezembro de 2019.

⁴⁰ Publicado nos Cadernos do Arquivo Municipal; Série II; Número 6. Edição intitulada Históricas de Casas e de Quem lá Vive(u). Julho – dezembro de 2019.

artigos publicados na Série II, Número 13 dos Cadernos do Arquivo Municipal, edição intitulada *Indústria e Operários dos Séculos XIX e XX*⁴¹.

Por fim, em termos de recomendações e cartas publicadas por Organizações e Comissões, torna-se indispensável a inclusão e análise da *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial*, publicada pela Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial⁴² em junho de 2003 e posteriormente, apresentada ao ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios⁴³ para aprovação definitiva pela UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; A *Carta de Sevilla de Património Industrial 2018 – Los Retos del Siglo XXI*, publicada por Julián Sobrino Simal e Marina Sanz Carlos em maio de 2018 no VII Seminario de Paisajes Industriales de Andalucía⁴⁴, a *Carta de Burra - Carta do ICOMOS da Austrália para a conservação dos sítios com significado cultural* de 1999 pela Austrália ICOMOS – International Council on Monuments and Sites e a *Carta Os Princípios de Dublin - Princípios conjuntos do ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial*⁴⁵, de 2011, produzida pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e pelo Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCHI).

No primeiro documento, são apontadas recomendações acerca do património industrial e a sua preservação, apresentando definições e premissas básicas que visam a preservação, inventariação, manutenção e legislação desta tipologia. No segundo, é apresentada uma lista de problemas, perspetivas e recomendações recentes e atualizadas, incorporando novas questões relativas ao estudo e definição de património industrial. O terceiro e quarto documento apontam estratégias para a conservação da paisagem industrial, referenciando a reutilização adaptativa e demais princípios que devem se considerados antes de realizar uma prática intervencionista na edificação. Tais recomendações são indispensáveis e determinantes para as conclusões desta pesquisa,

⁴¹ Janeiro – Junho de 2020. Coordenação por Magda de Avelar Pinheiro.

⁴² Do original TICCIH – The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage.

⁴³ Do original International Council of Monuments and Sites.

⁴⁴ Organizado pelo Centro de Estudos Andaluces e pelo The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage – Espanha, com a colaboração da Escola Técnica Superior de Arquitetura da Universidade de Sevilha. Documento apresentado em 2018, sem aprovação pela UNESCO.

⁴⁵ Do original International Council of Monuments and Sites e The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage.

pois constituem-se como meios oficiais para a averiguação sobre se as atuais intervenções realizadas na zona de Marvila têm sido feitas da forma aconselhável e apropriada.

0.8 METODOLOGIA DE PESQUISA E FONTES

Para obter resultados de caráter qualitativos, optou-se pela utilização de três metodologias de pesquisa conjuntas: a pesquisa documental e bibliográfica, a recolha de testemunhos e a análise e obtenção de dados em campo. A investigação contou com uma extensa busca e leitura de materiais bibliográficos de temáticas relativas à industrialização, à expansão urbana de Lisboa, à zona de Marvila e aos conceitos e legislação vinculados ao património cultural e ao património industrial.

Em um segundo momento, procurou-se identificar indivíduos que estivessem ligados ao período industrial de Marvila, e realizou-se uma recolha de testemunhos pessoais. Especificamente para esta etapa, optou-se pela metodologia de entrevista semiestruturada e história oral temática, ou seja, a investigação foi feita com um grupo de indivíduos sobre um determinado assunto vivenciado por todos eles, fornecendo diferentes perspetivas sobre o mesmo evento. Torna-se importante ressaltar que estes testemunhos não têm como objetivo fornecer dados quantitativos que comprovem um determinado dado, mas sim fornecem perspetivas pessoais que nos contam conjunturas históricas e considerações próprias não publicadas anteriormente.

Por fim, realizou-se a recolha e análise do levantamento fotográfico feito na zona, que incidiu sobre o exterior e interior das edificações que fazem parte deste estudo. Tal levantamento tornou-se fundamental para a averiguação dos elementos construtivos originais que se mantiveram preservados, e permitiu realizar uma análise comparativa entre os documentos arquitetónicos originais das edificações (plantas, cortes e elevações) e as fotografias atuais. Esta recolha foi um elemento central da investigação.

A elaboração do enquadramento histórico da zona de Marvila e as conclusões sobre o atual estado do seu património industrial edificado só se tornou possível devido às fontes iconográficas, nomeadamente fotografias antigas e mapas, muitos dos quais, históricos⁴⁶.

Inicialmente, foram analisados mapas que mostram a expansão da cidade de Lisboa para a zona oriental, através dos arquivos *on-line* da Cartografia Histórica de Lisboa

⁴⁶ A autorização de uso destes materiais encontra-se disponíveis nos anexos desta investigação.

disponíveis no *site* da Câmara Municipal de Lisboa. A seguir, foram utilizadas fotografias históricas da zona oriental de Lisboa, da freguesia de Marvila e especificamente, das edificações existentes na Rua do Açúcar, obtidas através de levantamentos no acervo fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. Nesta etapa, também se utilizaram litografias publicadas na revista do século XIX Arquivo *Pitoresco*, obtidas no acervo da Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa.

Para um melhor entendimento do crescimento industrial lisboeta, foram analisados os oito volumes dos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, existentes no acervo da biblioteca do Banco de Portugal.

Por fim, a determinação do que foi preservado das edificações industriais escolhidas para fazerem parte desta pesquisa e que foram alteradas nos últimos tempos devido às novas utilizações, foi possível pela análise comparativa entre o recente levantamento de campo que fizemos e os desenhos arquitetónicos históricos, compostos por plantas, cortes e levantamentos, obtidos através de pesquisas nos processos de obras disponíveis no acervo do Arquivo Municipal de Lisboa, sede Arco do Cego.

CAPÍTULO 1. SOCIEDADE E MAQUINARIA: O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Nada será menos industrial do que a civilização nascida da revolução industrial. Jean Fourastié (1971, p.234).

1.1 BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

No findar do século XVIII com os ideais iluministas, que exaltavam a razão e o progresso, a sociedade observou o início de um processo histórico que provocou intensas transformações económicas, sociais e urbanas, caracterizado pelo surgimento da industrialização. Com origem na Inglaterra entre os anos de 1770 e 1800⁴⁷, a primeira Revolução Industrial foi responsável por mudanças drásticas nas formas de produção e consumo, modificando, por consequência, o próprio comportamento humano e a morfologia dos espaços urbanos. Devido à acumulação de capital financeiro proveniente do comércio internacional, a burguesia inglesa começou a investir no progresso tecnológico, financiando novas técnicas de produção através da criação das primeiras máquinas a vapor, possibilitando o aperfeiçoamento do trabalho nas manufaturas e impulsionando a produção através da maquinofatura. As antigas corporações de ofícios e o modelo de produção artesanal tornaram-se secundários, o artesão que antes participava de todas as etapas de fabricação de um produto (desde a recolha de matéria-prima até a sua comercialização) agora é substituído por máquinas e por etapas de produção setorializadas, permitindo uma fabricação agilizada e em maior quantidade sendo o produto final comercializado por um terceiro. O reflexo desta mudança foi responsável pela consolidação do capitalismo como sistema económico.

A mecanização modificou não somente a relação do homem com o trabalho, mas também do homem com a cidade. Com a procura de mais trabalhadores para as indústrias, ocorreu uma significativa alteração na aceleração do êxodo rural, provocando um grande crescimento urbano e demográfico nas zonas em que a industrialização progredia. Com a construção sem critérios prévios de fábricas e habitações operárias nos espaços citadinos,

⁴⁷ Diferentes estudiosos apontam datas divergentes para o início da revolução industrial. Nesta investigação, foram considerados os dados presentes na obra *A Revolução Industrial* (1982) de Jean Pierre Rioux.

a morfologia das cidades começou a tornar-se desordenada, tomada pela poluição sonora, visual e ambiental. Segundo Françoise Choay (1979):

Do ponto de vista estrutural, nas velhas cidades da Europa, a transformação dos meios de produção e transporte, assim como a emergência de novas funções urbanas, contribuem para romper os velhos quadros, frequentemente justapostos, da cidade medieval e da cidade barroca. Uma ordem é criada, segundo o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela. (p. 4).

Desta forma, a indispensabilidade da organização territorial fez com que medidas interventivas fossem aplicadas nas cidades, surgindo neste período os primeiros esboços do que viria a tornar-se o estudo do planeamento urbano para a criação e setorização de zonas industriais⁴⁸, como é o caso da cidade de Bournville, em Inglaterra, uma das primeiras cidades a aplicar tal diretriz.



Figura 3 Zona industrial da cidade de Bournville, Inglaterra. 1926. Autor desconhecido. Fonte: Wellcome Collection.

No final do século XIX, decorreu a segunda fase da Revolução Industrial impulsionada pela utilização da eletricidade, do aço e do petróleo. Este período proporcionou avanços revolucionários nos meios de produção e na distribuição de mercadorias, devido à grande expansão dos caminhos de ferro. No território europeu, o

⁴⁸ Tais diretrizes urbanas passaram a ser amplamente aplicadas a partir do século XIX.

resultado desta segunda fase foi experienciado de forma desigual entre países industrializados e países que estavam em processo de industrialização tardia, conforme aponta Henderson (1969):

É possível, por exemplo, distinguir entre uma “revolução de carvão e ferro”, que durou aproximadamente de 1780 a 1850, e uma “revolução de aço e electricidade”, entre 1850 e 1914. É também possível mostrar que a industrialização afectou os países da Europa em épocas e a ritmos diferentes. (p.7-8).

Este avanço tecnológico também foi responsável por significativas mudanças a nível social. Surgiram nesta altura os primeiros meios de comunicação, tais como o telégrafo, o telefone e mais tarde o rádio, invenções que facilitaram a comunicação e otimizaram o convívio humano. Também foram criados os primeiros sindicatos e associações de operários, dando origem às primeiras leis trabalhistas. De entre as principais reivindicações conquistadas por estes grupos, destacam-se a proibição do trabalho infantil, a limitação da jornada de trabalho a turnos de 8 horas, a criação do ordenado mínimo, o direito a folga e a regulamentação do trabalho realizado por mulheres.



Figura 4 Mulheres operárias trabalhando em uma fábrica durante a Primeira Guerra Mundial. Autor desconhecido. Fonte: Wellcome Collection.

Após a Segunda Guerra mundial, a terceira Revolução Industrial representou a inserção da eletrónica nos meios de produção. Com início em 1950, os avanços tecnológicos deste período tornaram a maquinaria industrial mais precisa e otimizada, dispensando ainda mais a necessidade da mão-de-obra humana. Em termos socioeconómicos, este avanço permitiu o crescimento do capitalismo financeiro, multiplicando-se a criação de indústrias multinacionais, potencializando o processo de globalização e a articulação política, económica, cultural e social que experienciamos atualmente.

1.2 O CAMINHO-DE-FERRO, A FÁBRICA E O OPERÁRIO: UMA CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Sinteticamente, podemos referir como os principais pilares da sociedade industrial, três elementos que foram essenciais para o seu desenvolvimento e consolidação. O primeiro deles é o *caminho-de-ferro* que possibilitou a aceleração da deslocação de pessoas e bens e a propagação dos avanços tecnológicos deste período. Além de desempenhar a função de ser o principal sistema de transporte existente nesta altura, o caminho-de-ferro também foi um dos mais importantes elementos estruturantes das cidades, possibilitando a expansão urbana e determinando a sua ordenação. Sem a construção do caminho-de-ferro, a industrialização não seria possível, uma vez que ele desempenhou um papel fundamental no transporte de matérias-primas e combustível que abasteciam as indústrias, na distribuição de mercadorias, na locomoção de pessoas e na conexão entre cidades, tudo isto de forma rápida e com um menor custo.

Em 1825, inaugurou-se em Inglaterra a primeira linha férrea operante de forma comercial com uma locomotiva a vapor⁴⁹. Sua extensão conectava as cidades de Darlington e Stockton-on-Tess e era utilizada para o transporte de carvão e passageiros. Ao longo do século XIX, a expansão da construção dos caminhos-de-ferro foi constante, principalmente no território europeu e nos Estados Unidos. O resultado alcançado pela construção de caminhos-de-ferro representou um enorme progresso nos setores económico, político, cultural e social e permanece ainda no século XXI como um dos mais importantes sistemas

⁴⁹ Informação obtida na obra A ferrovia em Portugal: passado, presente e futuro. FURTADO, Francisco. (2020).

de transporte. “Ter um sistema ferroviário funcional, atualizado e adaptado às necessidades do país é estar presente num importante mercado que a nível global envolve múltiplos serviços, fornecimentos de equipamentos e gestão de construção de infraestruturas.” (Furtado, 2000, p. 15).

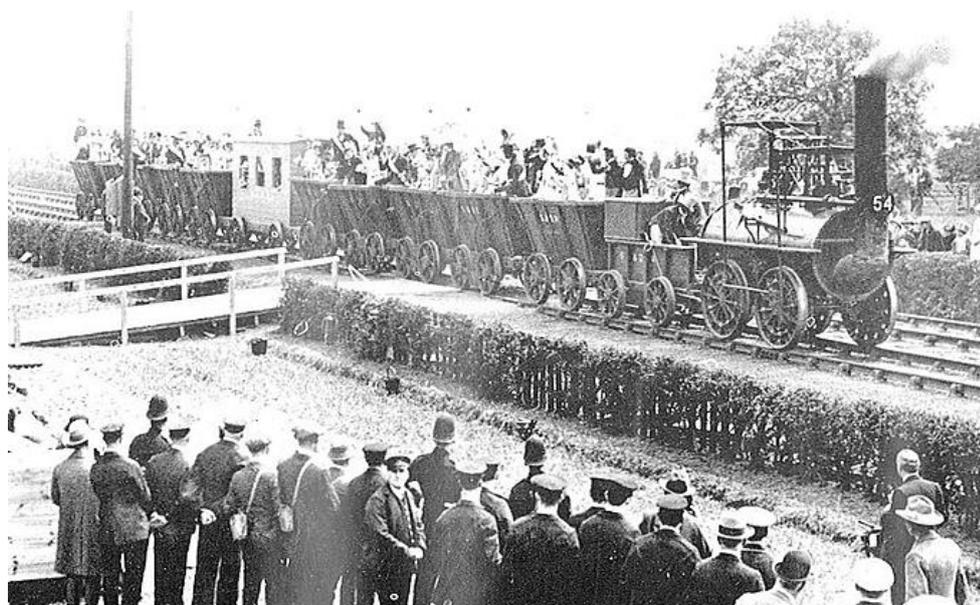


Figura 5 Primeira locomotiva no caminho de ferro Stockton & Darlington, 1825. Autor desconhecido. Fonte: commons.wikimedia.org.

O segundo pilar apresenta um profundo significado identitário e estrutural: a *fábrica*, o elemento arquitetónico mais importante da história da industrialização. “O edifício industrial representa, assim, um complexo sistema funcional, relacional e produtivo, desenvolvendo-se como um organismo ideal para produzir.” (Folgado, 2012, p. 27). Especialmente, a sua finalidade é acomodar máquinas e trabalhadores, razão pela qual a arquitetura fabril desempenha um objetivo principal: a funcionalidade, obtida através de uma volumetria que preza pela setorização, modulação e pela utilização de materiais resistentes na sua estrutura. Todavia, tal característica pragmática nem sempre resultava na construção de “blocos” pouco expressivos esteticamente. Diversos exemplares da arquitetura industrial fizeram uso da ornamentação nas suas fachadas, criando um vínculo entre a eficiência da sua produção (obtida no seu interior) com os grandiosos resultados financeiros alcançados graças ao progresso económico (perceptíveis pela venustidade e ornamentação do seu exterior).

Socialmente, estes espaços configuraram-se como palco de mudanças comportamentais e conquistas sociais. Foi dentro destes “grandes abrigos do trabalho coletivo” que a sociedade fomentou ideais de união, justiça e identidade. Em analogia, podemos comparar a unidade fabril a um *coração*, que trabalha de forma sincronizada, ininterrupta e inquieta. Dentro de si, está a receber constantemente a matéria-prima que será transformada em produto final, o qual é *bombeado* para diversos destinos a *abastecer* em todo um território.



Figura 6 Pintura intitulada "The Iron Rolling Mill" (1875, oil on canvas). Autoria do pintor alemão Adolph Menzel e conhecida por ser a primeira pintura que retratou uma fábrica e vida profissional exercida dentro deste espaço. Fonte: Wikimedia Commons.

O reconhecimento da fábrica como património cultural evoluiu quando, após dezasseis anos da criação da Lista do Património Mundial da UNESCO, a primeira fábrica foi incluída como parte integrante do documento, no ano de 1994. A fábrica siderúrgica de Völklingen, Alemanha, construída no final do século XIX, foi uma das maiores fábricas da Europa e chegou a empregar 17 mil trabalhadores. Desativada em 1986, o espaço hoje recebe exposições de arte contemporânea.



Figura 7 Fábrica siderúrgica de Völklingen, Alemanha. Fonte: Wikimedia Commons.

O terceiro elemento é o *operário*. Com um novo cenário urbano em formação, as fábricas necessitavam um elevado número de mão-de-obra humana, atraindo milhares de homens, mulheres e até mesmo crianças para as zonas industriais das cidades. O processo de industrialização teve consequências drásticas para os trabalhadores, que muitas vezes eram submetidos a longas jornadas trabalho com pouco retorno financeiro, uma vez que o lucro quase absoluto era retido pelos proprietários dos meios de produção. Devido às condições de trabalho precárias, acontecem no século XVIII as primeiras revoltas trabalhistas. Todavia, estas reivindicações só começam a ganhar força e notoriedade a partir do século XIX, com a criação dos primeiros sindicatos. Em maio de 1824, instaurou-se a primeira greve fabril de que se tem conhecimento, conhecida por *The Mother of All Strikes*⁵⁰, em que as trabalhadoras da fábrica têxtil Slater Mill em Pawtucket (Rhode Island)⁵¹, deixaram os seus teares após as reduções nos seus ordenados. Com o passar dos anos, os sindicatos ganharam força e asseguraram melhores salários e condições de trabalho, benefícios que nenhum operário conseguiria individualmente. O contributo trabalhista desempenhou o papel de elo unificante entre o desenvolvimento tecnológico e o progresso socioeconómico, tornando a mão-de-obra humana um componente indispensável no enquadramento histórico da industrialização.

⁵⁰ Em tradução livre, “A mãe de todas as greves”.

⁵¹ Informação obtida através do artigo *Labor History: The First Factory Strike*, publicado em setembro de 2014 na revista política *In These Times*, por autoria de Joey L. Defrancesco e David Segal.



Figura 8 Mulheres em greve frente à fábrica de vestidos Besserman's Dress, em março de 1958. Fonte: Creative Commons, por Kheel Center, Cornell University Library.

1.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL

O índice de desenvolvimento industrial português é considerado lento e tardio quando comparado aos demais países europeus industrializados⁵². Por tal razão, não se pode considerar que Portugal experienciou uma “revolução industrial” consolidada (tal como o território britânico), mas sim um vagaroso processo de industrialização. Apesar disso, alguns setores industriais obtiveram destaque no seu crescimento, entre eles as

⁵² Jaime Reis, na publicação intitulada *A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913* (1987) explica que as razões pelas quais a industrialização portuguesa não foi crescente se comparada aos demais países europeus. Segundo o autor, “no período que precedeu a primeira guerra mundial, embora estivesse a desenvolver-se há já algumas décadas, a actividade industrial era ainda bastante menos importante em termos económicos do que a agricultura e Portugal dificilmente se poderia considerar uma economia desenvolvida. Para explicar este “fracasso” têm sido apresentadas combinações diversas das seguintes influências retardadoras: 1) a perda das colónias, a devastação causada pelas invasões napoleónicas e a agitação provocada pelas guerras civis no início do século; 2) a concorrência estrangeira resultante de barreiras alfandegárias baixas; 3) um mercado interno de pequenas dimensões baseado numa economia agrária atrasada; 4) uma burguesia débil e dividida e, como tal, incapaz de promover os seus interesses ao nível do Estado; 5) uma escassez de capital, em geral, e, particularmente, para fins industriais; 6) a deficiência do ensino ao nível elementar e técnico”. (p. 208)

indústrias de conservas, têxtil, curtumes, tabaco e cerâmica. Armando Castro (1976) salienta que:

A despeito de a industrialização não ter atingido entre nós magnitude e projecção comparável à de outros países, não permitindo sequer neste aspecto chamar a Portugal país industrializado, é verificável o grande desenvolvimento de certos ramos industriais, a concentração da produção, através do esmagamento da pequena economia artesã e tudo isto é uma realidade histórica, visto que atraso não é sinónimo de evasão às leis económicas. (p. 78).

Os primeiros esforços que estimularam o desenvolvimento da então ínfima indústria portuguesa surgiram antes da Revolução Liberal, isto é, anteriormente ao ano de 1820. Durante este período, Portugal contava com manufaturas que surgiram na segunda metade do século XVIII. Tais unidades apresentavam pouco desenvolvimento tecnológico e baixa capacidade de produção, uma vez que ainda não utilizavam a energia a vapor como força motriz principal. De entre as medidas tomadas no início do século XIX destaca-se em 1802 o recomeço dos trabalhos realizados em antigas ferrarias, tais como nas unidades existentes em Tomar e Figueiró dos Vinhos, abandonadas desde 1761. Em 1806, foi autorizada a Constituição da Companhia de Navegação do Rio Douro e de Mineração de Moncorvo. Em 1807, a indústria da tecelagem recebeu incentivos fiscais, através do decreto de 26 de agosto de 1807 que permitiu a este setor pagar apenas 10% dos direitos de importação da suas matérias-primas⁵³.

Após as invasões francesas, a economia portuguesa encontrava-se profundamente assolada. Com o foco na recuperação do setor agrário, o desenvolvimento industrial sofreu um forte atraso, inserindo Portugal num contexto de industrialização tardia se comparado aos demais países europeus deste período. Somente após a Revolução Liberal de 1820, a produção industrial voltou a desenvolver-se, apesar de ainda muito lentamente. Em números, de acordo com um relatório governamental da altura, Portugal contava no final

⁵³ Dados históricos retirados da obra A Revolução Industrial em Portugal no século XIX. (1976) CASTRO, Armando.

de 1820 com 1031 fábricas e 14 934 operários⁵⁴, embora muitas destas fábricas não apresentassem as características fundamentais para tal designação⁵⁵.

No entanto, ainda no século XIX, mais precisamente em 1835, uma significativa mudança no panorama industrial português começou a surgir graças à introdução da máquina a vapor como o veículo de força motriz na produção industrial, transformando grande parte da manufatura em maquinofatura. Segundo os Inquéritos Industriais de 1881⁵⁶, Portugal contava em 1852 com 70 unidades que possuíam máquinas a vapor em funcionamento, conforme podemos analisar nos quadros 1 e 2:

Máquinas assentes no continente

QUADRO N.º 1 (!)			QUADRO N.º 2 (!)		
Distritos	Número	Força (C. V.)	Anos	Número	Força (C. V.)
Aveiro	1	12	1835	1	16
Leiria	1	6	1838	1	3
Lisboa	53	776	1840	2	60
Portalegre	3	56	1841	2	50
Porto	8	91	1842	6	56
Santarém	2	20	1843	1	12
Funchal	1	4	1844	5	42
Ponta Delgada	1	18	1845	7	134
			1846	4	80
			1847	4	57
			1848	5	40
			1849	5	153
			1850	2	20
			1851	11	140
			1852	14	120
<i>Total...</i>	70	983	<i>Total</i>	70	983

Figura 9 Quadros informativos - Quantidade de máquinas a vapor existentes em Portugal Continental entre 1835 e 1852. Fonte: Quadro publicado em Inquérito Industrial de 1881, p. xxii.

⁵⁴ Dado obtido e referido por Vitorino Magalhães Godinho, em *Prix et Monnaies au Portugal*, 1955, p. 246 apud *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Armando Castro, 1976, p. 27.

⁵⁵ Segundo menciona Armando Castro, na obra *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX* (1976): “É preciso não esquecer que, do ponto de vista científico, não se pode considerar fábrica qualquer estabelecimento industrial, empregando um número maior ou menor de operários. Nem sequer nos podemos socorrer dum critério assente no número de operários utilizados para conhecer a importância económica dum estabelecimento industrial e sua categoria. Para a economia política, o critério tem de ser diferente do habitualmente usado em estatística, o qual em regra assenta no número de operários. A fim de se estar em face duma indústria fabril em larga escala é necessário que exista um certo número de caracteres, o mais destacado dos quais é, sem dúvida, a utilização, no processo produtivo, dum sistema de máquinas” (p. 24).

⁵⁶ Apesar dos dados apresentados, Armando Castro defende que os Inquéritos Industriais apresentam um carácter altamente incompleto no que diz respeito aos números exatos de maquinarias existentes neste período.

Com a utilização da máquina a vapor nas indústrias, a transformação da matéria-prima em produto final tornou-se mais rápida e eficaz, o que, por consequência, permitiu produzir mais produtos em menos tempo, aumentando os índices de produção. Além disso, a importação de novas máquinas do estrangeiro, combinadas com uma maior concentração de capital, possibilitou o surgimento de novos ramos industriais, tais como a indústria de fósforos.

Em meados do século XX, progresso industrial português foi considerado contínuo e apresentou certa relevância, se analisado exclusivamente no contexto nacional. Segundo Álvaro Aguiar e Manuel M. F. Martins (2004), “o crescimento da produtividade acelera fortemente a partir da década de 50, para depois desacelerar nos anos 70 e 80 e voltar a acelerar nos anos 90”. Com o aparecimento de sociedades anónimas e a criação do comércio bancário, este último período do processo de industrialização português manifestou o surgimento dos grandes monopólios, que por sua vez, marcou a queda dos pequenos produtores. Por fim, no último quartel de século XX, Portugal iniciou o seu processo desindustrialização.

1.4 O INDUSTRIAL COMO PATRIMÓNIO

Etimologicamente, o termo *património* está associado ao conceito de *herança*, o que remete para a sua ancestralidade e a sua possível *transmissão* para uma geração futura. De entre as diferentes conjunturas em que pode ser atribuída, a palavra *património* representa, no contexto histórico e cultural, um bem (individual ou de conjunto, de natureza material ou imaterial) que testemunha a identidade de um grupo social num determinado período histórico, tornando-se uma forma de representação identitária e legitimando a memória social deste coletivo. Numa sociedade sujeita a rápidas transformações, o património manifesta pluralidade e mutabilidade, sendo definido ao longo do tempo pela ação humana, transmitindo as crenças, costumes e valores que fizeram parte da nossa história. Concomitantemente aos acontecimentos históricos e sociais, o conceito de património torna-se polissêmico, incluindo novos exemplares a serem inventariados e salvaguardados. Conforme anteriormente referido, a Revolução Industrial

foi um acontecimento histórico que provocou intensas transformações, inclusive no âmbito patrimonial e artístico. Segundo Choay (1992):

A revolução industrial enquanto processo em desenvolvimento planetário concedia virtualmente ao conceito de monumento histórico uma conotação universal, aplicável à escala mundial. Enquanto processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar as legislações de protecção do monumento histórico e, por outro, para fazer do restauro uma disciplina autónoma, solidária com os progressos da história da arte (p. 137).

Todavia, o reconhecimento de bens industriais como parte integrante do património cultural, assim como a reconhecimento da importância da sua salvaguarda, ocorreu somente na segunda metade do século XX, em Inglaterra:

De facto, o interesse pelo estudo e salvaguarda do património industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. Às destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenómeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60⁵⁷. (Cordeiro, 2011).

O património industrial começou a ser objeto de estudo durante década de 50 e seu estudo tornou-se reconhecido como disciplina científica: a *arqueologia industrial*. Em 1958, é criado o *Industrial Archaeology Research Committee* e em 1959, é realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Arqueologia Industrial, em Inglaterra. Todavia, alguns autores defendem que o efetivo anseio pela preservação destes exemplares foram em grande parte desencadeados pelos atos de demolição e negligência em relação a determinadas edificações significativas. É o caso da Estação Euston, construída em 1837 em Londres. O espaço era reconhecido por ser um importante marco da industrialização britânica, uma

⁵⁷ Apud Rodrigues, Cordeiro. (2017) *Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial*, p. 13 – 14.

vez que foi uma das primeiras estações inglesas a receber o caminho-de-ferro. Em 1962, parte da sua estrutura foi demolida, causando indignação popular. Matos, Ribeiro e Santos (2003) defendem que o episódio “marca o início de um processo de envolvimento da sociedade britânica com seu património industrial, com a emergência de inúmeras associações locais e regionais dedicadas à arqueologia industrial, à inventariação e à preservação dos vestígios industriais” (p. 24).



Figura 10 Antiga plataforma da estação Euston, em Londres, em 1962. A estação é reconhecida por ser um dos primeiros espaços a abrigar o caminho-de-ferro em Londres. Autor: Ben Brooksbank. Fonte: geograph.org.uk. atribuído em Wikimedia Commons.

Na década de 60, os bens imateriais do património industrial já eram reconhecidos pelos estudiosos desta área como parte pertencente ao conjunto de bens de interesse a salvaguardar. A concepção deste património exclusiva aos bens materiais não era condizente com a essência da industrialização, uma vez que a sociedade industrial foi fortemente consolidada através em elementos intangíveis, tais como os “saber-fazer” ligados aos antigos ofícios e testemunhos orais. Assim, entre o final da década de 60 e o início dos anos 70, surge o “conceito específico de *património industrial*, o qual abarcava temas interdisciplinares, tais como a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os

produtos industriais, a história oral, dentre outros⁵⁸” (Lopes, 1986). No findar da década de 70, a discussão sobre a salvaguarda dos bens industriais intensifica-se através da inclusão do primeiro exemplar industrial na Lista do Património Mundial da UNESCO. As Reais Minas de Sal de Wieliczka e Bochnia, localizadas na Polónia, foram integradas em 1978 como parte dos bens listados no documento, que atualmente, conta com mais de 30 exemplares de património industrial.



Figura 11 Interior da mina de sal Wieliczka, Polónia. Fonte: Wikimedia Commons.

No mesmo ano, através do 3º Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais (em Estocolmo) foi criado o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), organização mundial consagrada ao património industrial⁵⁹. No findar do século XX, em 1986, criou-se a Seção do Património Industrial na Comissão Superior dos Monumentos Históricos, em França.

O TICCIH foi reconhecido nos anos 2000 como consultor do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) para os assuntos relacionados com o património

⁵⁸ Apud Rodrigues, Cordeiro. (2017) *Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial*, p. 13.

⁵⁹ Em tradução livre da autora: “O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de património”. (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p. 1).

industrial. Em 2003 o TICCIH elaborou a Carta de Nizhny Tagil⁶⁰, que apresenta definições detalhadas relativas a esta área, como é o caso da distinção entre os termos *arqueologia industrial* e *património industrial*⁶¹:

O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p. 1).

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial⁶². (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p. 1).

⁶⁰ “O texto desta Carta sobre o Património Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO”. (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p. 1).

⁶¹ Torna-se aqui pertinente destacar a explicação feita pelo Professor Dr. José Amado Mendes na obra *Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens (2018)*: “Património Industrial é o objecto. Arqueologia Industrial é a ciência, a disciplina ou o ramo do saber. Ou seja, pela Arqueologia Industrial eu chego ao Património Industrial. É um pouco como a história-realidade que se distingue da história feita pelo homem, isto é, da historiografia. Então, história é a realidade, o que aconteceu propriamente, enquanto a historiografia é o olhar sobre essa mesma realidade. Por analogia, o Património Industrial é a realidade, digamos assim, e a Arqueologia Industrial é a visão que nós temos sobre essa realidade, da forma como a vamos estudar.” (p. 32 – 33).

⁶² Tradução livre da autora, do original: “Industrial heritage consists of the remains of industrial culture which are of historical, technological, social, architectural or scientific value. These remains consist of buildings and machinery, workshops, mills and factories, mines and sites for processing and refining, warehouses and stores, places where energy is generated, transmitted and used, transport and all its infrastructure, as well as places used for social activities related to industry such as housing, religious worship or education.” “Industrial archaeology is an interdisciplinary method of studying all the evidence, material and immaterial, of documents, artefacts, stratigraphy and structures, human settlements and natural and urban landscapes, created for or by industrial processes. It makes use of those methods of investigation that are most suitable to increase understanding of the industrial past and present”.

O documento foi complementado em 2011, com os Princípios Conjuntos do ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial, nomeadamente os *Princípios de Dublin*⁶³, que evidenciaram a importância do reconhecimento de bens imateriais como parte integrante dos testemunhos industriais e forneceram indicações mais detalhadas sobre a preservação bens edificados. Parte destes conceitos e indicações foram revisados e complementados através da criação recente da Carta de Sevilha do Património Industrial⁶⁴, em fevereiro de 2018.

Atualmente, questionamos, em que consiste o património industrial e quais os desafios recentes da sua salvaguarda? Segundo o testemunho de Jorge Custódio, transcrito na publicação *Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens* (2018):

(...) Património Industrial é tudo aquilo que tem a ver com a história social e económica do homem. E aquilo que é o resultado dessa história económica e social materializada em factos, em objectos, em fábricas, minas, pessoas que trabalharam, gente que viveu e que, portanto, passaram a ter um “novo mundo”, porque o mundo mudou no século XIX com a industrialização, com o liberalismo, dado que todos eram chamados a contribuir para a sociedade, a fazer história (...) (p. 52 – 53).

A respeito dos atuais desafios referentes à sua salvaguarda, destacamos a premissa existente no documento *d’Os Princípios de Dublin* (2011):

O património industrial é extremamente vulnerável e frequentemente encontra-se em risco; muitas vezes perde-se por falta de consciência, de conhecimento, de reconhecimento ou de protecção, mas também pelo efeito de uma economia em mutação, de percepções negativas, de questões ambientais ou devido às suas grandes dimensões e complexidade. Contudo, ao prolongar o ciclo de vida das estruturas existentes, assim como do investimento energético que elas representam, constata-se que a conservação do património industrial construído pode auxiliar a alcançar as metas de um desenvolvimento sustentável a nível local, nacional e internacional. Deste modo, a conservação do

⁶³ Aprovados na 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011.

⁶⁴ Em 21 de fevereiro, em Sevilha, Espanha, foi apresentada a Carta de Sevilha de Património Industrial, coordenada por Julian Sobrino (TICCIH – Espanha) e Marina Sanz (TICCIH – Espanha) e com a colaboração de mais de 20 especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

património industrial influencia os aspectos sociais, físicos e ambientais do desenvolvimento, e como tal deveria ser reconhecida. (p. 1).

Assim, compreende-se o património industrial como a *herança* de um dos períodos históricos de maior importância no processo evolutivo da sociedade industrial. Tal herança será responsável por perenizar e ensinar quais foram as características que moldaram o passado, a serem *transmitidas* para o futuro. Desta forma, torna-se indispensável que a investigação e as boas práticas a cerca do património industrial sejam uma constante cada vez mais estimulada.

1.5 O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL

Os estudos sobre o património industrial começaram a ser explorados em Portugal no fim da década de 70, impulsionados pela realização da primeira exposição de arqueologia industrial realizada em Tomar, em 1978. Em 1980, foi fundada a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL) que posteriormente se tornou na Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)⁶⁵.

Cinco anos mais tarde, foi realizada a exposição intitulada *Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*. Esta mostra “abriu vastas perspectivas de intervenção e de entrosamento entre entidades oficiais, empresas e associações oriundas da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de investigação, estudo e valorização do património industrial” (Matos, Ribeiro, Santos, 2003, p. 25). Não somente o conteúdo da exposição era relevante, como também o sítio escolhido para sua realização: a Central Tejo, imponente edifício industrial que possuía a função inicial de central termoelétrica, em funcionamento até 1972⁶⁶. O edifício foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1986 e, através de um vasto processo de reabilitação visando sua musealização, tornou-se o antigo Museu da Eletricidade⁶⁷, reconhecido a nível nacional por ser um poucos exemplos do património industrial que, para além do edifício, também

⁶⁵ A AAIRL tornou-se a APAI no ano de 1987.

⁶⁶ O primeiro edifício que hoje já não existe, foi construído em 1908, sendo os outros edifícios desta central edificadas décadas mais tarde.

⁶⁷ A edificação foi reaberta ao público como espaço museológico em 1990. Atualmente, o edifício faz parte do conjunto de edifícios do MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia.

mantém preservado um vasto conjunto de máquinas no seu interior, além espólios de eletrodomésticos e documentos históricos ligados à produção e consumo da energia elétrica.

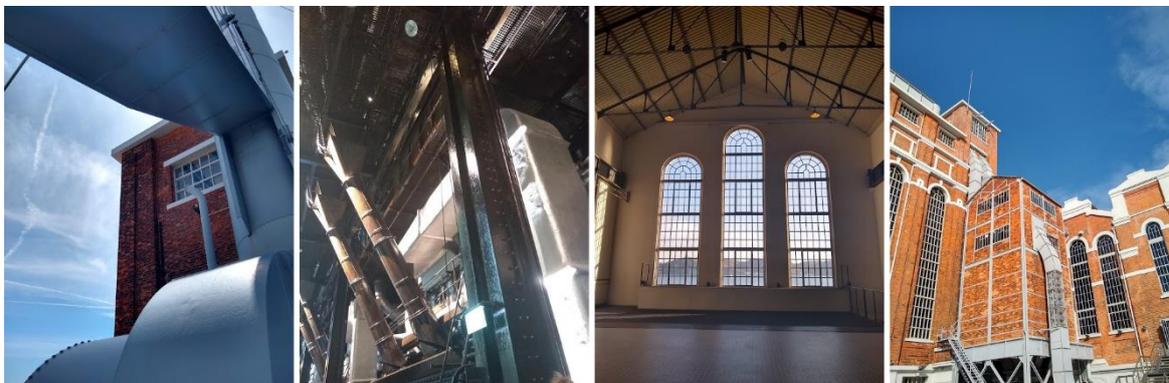


Figura 12 Conjunto de fotografias de pormenores da Central Tejo, antigo Museu da Eletricidade e atual edifício integrante do MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia. Na primeira imagem, o pormenor de uma chaminé. Na segunda imagem, a sala das Caldeiras, parte integrante do património material de maquinarias existentes no espaço. Na terceira imagem o detalhe de uma abertura, na Sala dos Geradores. Na quarta imagem, a fachada do edifício. Fonte: Fotografias Loraine Meister, junho de 2021.

Ainda na década de 80, mais precisamente no ano de 1986, foi realizado o 1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Um das conclusões que surgiu deste Encontro, foi a proposta da classificação de vários edifícios e sítios em todo o território nacional.

Na década de 90, outra importante exposição foi determinante para um maior reconhecimento do património industrial português: a Exposição Mundial de 1998 (EXPO'98), realizada na zona oriental de Lisboa. Antes do início das obras da exposição, o património industrial da zona oriental encontrava-se em situação de obsolência, aproximando-se de uma condição de ruína. Numa iniciativa da EXPO'98 em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, foram realizados uma série de projetos contemplados pelo programa Caminho do Oriente, que propôs uma regeneração urbana e social da zona, destacando a recuperação do património histórico existente neste perímetro (dentre eles, significativos exemplares industriais). Segundo a publicação *Caminho do Oriente* (1998) o projeto “teve como principal prioridade a qualificação desta zona da cidade e exerceu um papel fundamental na investigação, redescoberta e divulgação de um património histórico-cultural subestimado até hoje em Lisboa” (p. 19).

Em 2001, o património industrial foi abrangido na Lei de base do Património Cultural Português (Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro) que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural no país. Segundo o Artigo 2º, ponto 3:

O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. (Lei nº 107/2001 de 8 de setembro).

A Lei também destaca a proteção a nível de conjunto ou paisagem integrada, conforme o previsto no Artigo 44º, ponto 2:

Para os efeitos deste artigo, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem. (Lei nº 107/2001 de 8 de setembro).

Nove anos mais tarde, em 2010, foram criados pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e pelo antigo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), atual Direção Geral do Património Cultural (DGPC), os *KITS - Património*, uma coleção de guias práticos para a realização da inventariação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico português. O património industrial foi abrangido e nomeado como *KIT 03 – Património Industrial*. Quatro anos mais tarde, em 2014, foi realizado o II Congresso Internacional sobre o Património Industrial, sediado na cidade do Porto. Subordinado ao tema *Património, Museus e Turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI*, o congresso trouxe visibilidade internacional para a temática do património industrial em Portugal. A este congresso seguiram-se vários outros encontros, nacionais e internacionais, como as I Jornadas Ibero-Americanas de Jovens Investigadores em Património Industrial, organizadas pelo CIDEHUS-Universidade de Évora e pela Universidade de Sevilha.

Atualmente, apesar dos esforços no âmbito da investigação e inventariação, o património industrial ainda é pouco salvaguardado em Portugal, e a musealização continua a ser uma das opções mais divulgadas para a salvaguarda dos edifícios industriais. Segundo um estudo de 2009, publicado na obra intitulada *Estudos do Património: Museus e Educação*⁶⁸, Portugal conta com cerca de cem museus relacionados com a temática do património industrial. Outra alternativa frequentemente aplicada ao património industrial edificado são as intervenções que visam a reutilização do edifício, empregando-o num novo uso. Nos dias atuais, o interesse pela reutilização destas edificações parte maioritariamente da iniciativa privada, o que acaba por resultar na reabilitação apenas de edificações que apresentam potencialidade comercial, fazendo com que muitos outros exemplares permaneçam obsoletos ou em desuso. Assim, é necessário e importante incentivar ações que visem o reconhecimento do património industrial português como parte integrante e tão importante como os demais exemplares e categorias pertencentes a outras tipologias do património cultural nacional.

⁶⁸ Estudos do Património. Museus e Educação (2.ª ed., Imprensa da Universidade de Coimbra) citado por MATOS, Ana Cardoso de; SALES, Telma Bessa; RODRIGUES, Ronaldo André. (2018). Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens.

CAPÍTULO 2. LISBOA ORIENTAL: A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MARVILA

Bendita febre industrial! Bendito o operário, mártir das indústrias! Estenda-se por todo o firmamento o fumo que paira sobre as cidades, vele aos nossos olhos os abismos da amplidão e os signos impenetráveis das esferas.

Raul Pompéia (1960, p.69)

2.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA EXPANSÃO URBANA DE LISBOA PARA A ZONA ORIENTE

Adília Lopes no seu poema *Lisboa*, refere-se à cidade como um espaço de múltiplas paisagens. Para a poetisa, o território é uma “cidade branca, semeada de pedras. Cidade azul, semeada de céu. Cidade negra, como um beco. Cidade desabitada, como um armazém” (Adília Lopes, 2006). A longa história do território lisboeta deu à cidade diferentes cenários urbanos, hoje considerados ricos exemplares patrimoniais que testemunham a evolução da cidade.

Após a conquista portuguesa no século XIII, Lisboa tornou-se a capital do país, surgindo os primeiros registos de uma ocupação ainda módica. Seu crescimento urbano começou a acentuar-se a partir do século XVI. “Na época das Grandes Descobertas, tornou-se um porto de mar ligado para sempre às grandes correntes de circulação oceânica” (Ribeiro, 2013, p. 7). A sua frente ribeirinha proporcionou condições favoráveis para o comércio fluvial, fortalecendo a permanência da população nesta zona.

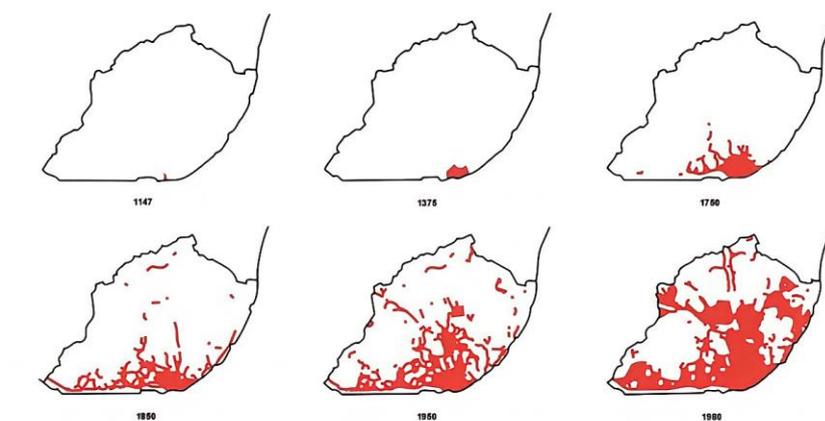


Figura 13 Mapas do desenvolvimento urbano de Lisboa. Séculos XII/XX. Fonte: Atlas produzido pela Área Metropolitana de Lisboa.

Durante os séculos XVIII e XIX, verificou-se um significativo crescimento da cidade⁶⁹ predominantemente de forma paralela ao Rio Tejo, tornando-o um elemento estruturante natural. A ocupação perpendicular iniciou-se de forma significativa somente a partir do século XX. Ainda no século XVIII, como consequência do terremoto 1755, Lisboa reconstruiu toda a sua baixa pombalina, através do projeto do arquiteto Eugénio dos Santos⁷⁰. Surgiu então um dos elementos urbanos de maior significância histórica e social para a cidade, a Praça do Comércio.

Assumindo a Praça do Comércio como o “marco zero” de Lisboa, a cidade foi grosseiramente dividida entre duas zonas vistas a partir do rio Tejo: a Ocidental (à esquerda) e a Oriental (à direita). Com o desenvolvimento Industrial que se verificou a partir do século XVIII, e que se intensificou no século XIX, principalmente ligado ao surgimento da máquina a vapor, ambas as zonas começaram a sofrer mutações no seu tecido urbano. A paisagem ribeirinha do comércio fluvial e dos monumentos pombalinos começa a dividir espaço com as primeiras fábricas e com o caminho de ferro, que posteriormente, também se tornariam património edificado da cidade de Lisboa. Todavia, este reconhecimento não foi imediato, como é o caso de Lisboa Oriental e a sua valorização tardia no século XX.

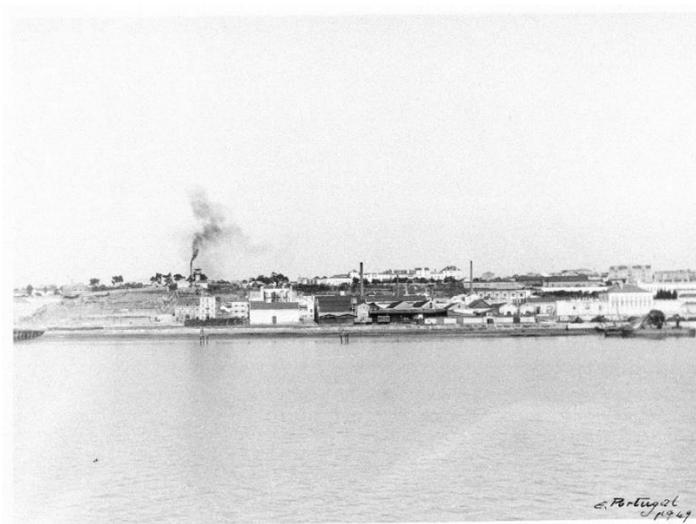


Figura 14 Panorâmica de Lisboa oriental. Em primeiro plano à direita, o palácio da Mitra, em segundo plano, junto da chaminé, a Torrinha de Marvila. 1949. Fonte Arquivo Municipal de Lisboa.

⁶⁹ Figura 13.

⁷⁰ Aprovado pelas autoridades da época, Rei D. José I e pelo então secretário de estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

“A história da Zona Oriental de Lisboa divide-se muito nitidamente em duas grandes épocas, separadas pelo rasgão físico que o caminho-de-ferro veio introduzir, criando as condições para o posterior desenvolvimento industrial” (Matos, Paulo, 1999. p. 9). No entanto, o início da expansão da cidade para esta direção inicia-se num período anterior, através de um antigo caminho primitivo que também teve o Rio Tejo como seu eixo histórico principal. É de difícil compreensão a direção precisa deste caminho, uma vez que os registos topográficos de Lisboa desta época apresentam um considerável limite gráfico se comparado com a atual ocupação da cidade, abrangendo uma representação que alcança somente até ao Convento de Santos-O-Novo, antiga zona da Cruz da Pedra. Todavia, sabe-se que a sua extensão foi condicionada por dois principais fatores, como mencionam Paulo e Matos:

Em primeiro lugar, a obediência às condicionantes orográficas de uma rede viária de ligação de pequenos núcleos produtores a sucessivos cais de embarque na embocadura dos vales. Em segundo lugar, a lógica ribeirinha, com raras vias de penetração para o interior (...) (1999, p.19).



Figura 15 Pormenor da Planta Topográfica da cidade de Lisboa. Segunda metade do século XVIII. Fonte: Caminho do Oriente I, p. 16.

Tal caminho primitivo⁷¹ manteve-se intacto até meados do século XVI, período em que surgiram as primeiras ocupações urbanas ao longo da sua extensão. Devido ao crescimento destas ocupações, o primitivo caminho foi substituído por um novo traçado ribeirinho, denominado Caminho do Oriente.

Com a consolidação do então Caminho do Oriente, é possível realizar um salto histórico para o século XVIII, quando a zona sofreu mutações administrativas e urbanas que foram fatores importantes para a evolução industrial da cidade no século XIX. Administrativamente, até o século XVIII a orla ribeirinha que avançava para a direção oriental integrava-se na freguesia de Santa Engrácia, que, por sua vez, era parte do território do Bairro de Alfama, cuja área se estendia até o Convento de S. Bento de Xabregas. Até então, o território não havia sofrido alterações administrativas significativas, sendo a primeira feita em 1852, através do decreto da organização administrativa do concelho de Lisboa que consolidou a criação do concelho dos Olivais. Nesta altura a Zona Oriental da cidade de Lisboa continuava a pertencer ao Bairro de Alfama e a sua expansão máxima atingiu o Poço do Bispo. A seguir, com reforma administrativa de 1885, o concelho dos Olivais foi extinto e integrado numa Lisboa em expansão. Por fim, em 1868, os velhos bairros de Lisboa passaram por uma significativa alteração, extinguiu-se o Bairro de Alfama, que fora até então sinónimo de Lisboa Oriental, para surgir o Bairro Oriental, que contava com quinze freguesias.

Morfologicamente, a zona ribeirinha do século XVIII era uma área homogénea que contava com a presença de cais acostáveis distribuídos ao longo da sua extensão. A presença destas infraestruturas foi responsável pelos acontecimentos económicos e sociais que marcaram o início do desenvolvimento manufatureiro do período pombalino. A paisagem, antes composta por extensas quintas de lazer pertencentes à aristocracia, transformou-se com a passagem dessas quintas para a posse da burguesia liberal⁷² e suas instalações de carácter manufatureiro. Com a ampliação destas instalações e o crescimento económico surgiram as primeiras unidades fabris, que posteriormente foram amplamente expandidas devido a construção do caminho de ferro, na segunda metade do século XIX.

⁷¹ O possível traçado do caminho primitivo e do Caminho do Oriente podem ser analisados de acordo com o material gráfico presente na obra *Caminho do Oriente I*, em anexo nesta investigação.

⁷² As mudanças morfológicas, sociais e económicas resultantes da transformação de antigas quintas para unidades fabris são abordadas de forma mais detalhada no subcapítulo 2.2 *Marvila: A transformação do espaço rural em zona industrial* desta investigação.

Deolinda Folgado e Jorge Custódio teorizam quatro *efeitos* que se tornam admissíveis como as principais condicionantes que determinaram a expansão urbana para Oriente, assim como a consolidação do território como uma zona de forte industrialização (Folgado e Custódio, 1999).

O primeiro efeito é denominado *efeito fluviocomercial* e refere-se à influência do Rio Tejo como o elemento responsável pela viabilidade do comércio através da navegação fluvial. Analisando diferentes exemplos citadinos, percebe-se que os primeiros núcleos urbanos surgiram e se desenvolveram de acordo com suas condicionantes morfológicas naturais, aproveitando-se das potencialidades que estas ofereciam. Desde a antiguidade, a extensa costa ribeirinha lisboeta reflete-se como uma potencialidade e “o Tejo constituiu desde sempre uma importante acessibilidade, motivando o contato entre as povoações a montante, como as que se situavam na Outra Banda” (Folgado, Custódio, 1999, p. 15). Especificamente na Zona Oriental, esta condição permitiu a construção de diversos cais acostáveis, onde diariamente aportavam embarcações transportando produtos que abasteciam a cidade. Os autores ainda mencionam que:

Identificar os cais acostáveis de Lisboa Oriental é, em primeiro lugar, isolar diferentes situações concretas da vida económica, social e produtiva do comércio fluvial. Esta metodologia contribuirá para a determinação do *efeito fluviocomercial* na gestão das indústrias deste território. (Folgado, Custódio, 1999, p. 16).

O segundo efeito, denominado *efeito da propriedade* entende-se pela transformação da paisagem agrícola em paisagem industrial. Até meados do século XIX, o território oriental contava com a presença de quintas de lazer e edifícios religiosos, alojando uma parcela seleta da aristocracia e famosa pelos tradicionais doces conventuais. “Não se encontram completamente averiguadas as razões principais que motivaram a vocação manufatureira e industrial de muitas dessas quintas, sobretudo a partir do reinado de D. João V” (Folgado, Custódio, 1999, p. 16) porém com a extinção das ordens religiosas, várias destas quintas tornaram-se propriedade da burguesia liberal. Aproveitando da existência de cais de embarque nestas propriedades, esta burguesia enxerga um novo potencial de rentabilidade financeira, através do desembarque de produtos que

abasteciam a cidade que, posteriormente, iriam evoluir para espaços de produção e processamento.

O terceiro efeito é um dos mais significativos em termos espaciais, sociais e económicos. “O caminho de ferro foi, no século XIX, o principal motor do desenvolvimento das finanças, indústria, imobiliário, telecomunicações e ciências, dentre outros setores” (Furtado, 2020, p. 28) tornando-se imprescindível mencioná-lo como um dos (se não, o principal) fatores do desenvolvimento industrial na Zona Oriental. Com a construção da Estação de Santa Apolónia e da linha ferroviária do Norte e Leste, inaugurada em 1856, foi necessário que toda a extensão da orla ribeirinha oriental sofresse um processo de uniformização. Para isto, foram realizados “aterros sucessivos que preencheram os recortes da linha de costa, fazendo desaparecer os antigos cais, docas e praias e empurraram o Tejo para novo leito, cada vez mais urbanizado” (Folgado, Custódio, 1999, p. 17), alterando de forma significativa a paisagem do território. “Se Portugal é ainda hoje económica, social e culturalmente um país da Europa Ocidental, em parte o deve ao desenvolvimento do caminho de ferro na segunda metade do século XIX” (Furtado, 2020, p. 28) e tal magnitude é amplamente notada em Lisboa Oriental, ocasionando assim o denominado *efeito do caminho de ferro*.

O último efeito possui relação com as ampliações no Porto de Lisboa e suas consequências, como por exemplo o alargamento da faixa viária paralela à zona ribeirinha, que viria abrigar a Av. Infante Dom Henrique. Nos finais da década de quarenta verifica-se o *efeito portuário*. As obras do Porto de Lisboa acabaram por ocasionar transformações na orla ribeirinha, tais como o surgimento de novas docas (Poço do Bispo e Olivais), ocasionando o enfraquecimento da atividade fluvial e favorecendo a atividade marítima. Tais transformações exigiram maiores infraestruturas de apoio para sustentarem um comércio de maiores dimensões, como novos armazéns e principalmente, novas infraestruturas viárias próprias, capazes de suportar o tráfego de mercadorias que eram descarregadas diariamente. Com isto, constrói-se na década de 30 a Avenida Marginal, fazendo com que os antigos caminhos viários ribeirinhos fossem “empurrados” para dentro da cidade e criando novos espaços que “tornam-se propícios a uma certa planificação de localizações industriais” (Folgado, Custódio, 1999, p. 18).

O crescimento da cidade para o território oriental pode ser igualmente compreendido por meio da análise gráfica e morfológica. Através da sobreposição

georreferenciada entre o atual território lisboeta, sobreposto aos registos da sua cartografia antiga, feitas nos séculos passados, é possível interpretar e visualizar a sua expansão.

Tomando como ponto de partida o território de Lisboa no século XVII, através da Cartografia de Tinoco, produzida em 1650⁷³, percebe-se que nesta representação os limites da cidade para a direção oriental compreendiam um limite até a zona de Santa Engrácia, paralela a antiga Porta da Cruz.

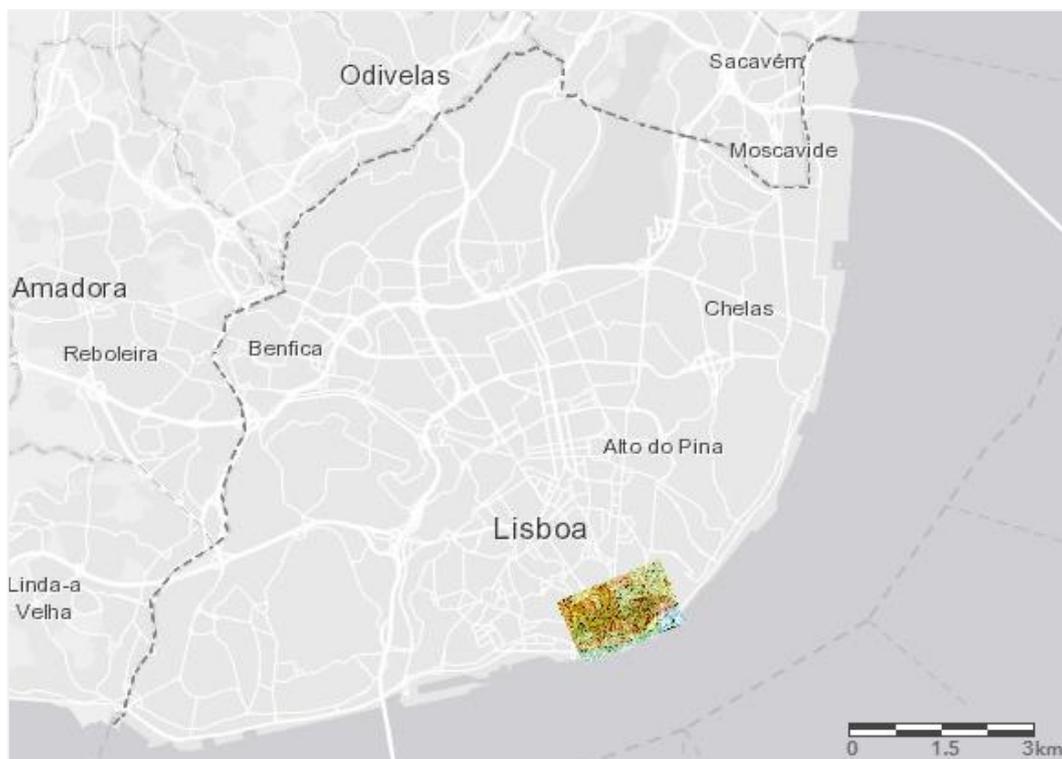


Figura 16 Mapa georreferenciado. Cartografia Histórica de Tinoco (1650) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa. Edição: Loraine Meister. Fonte: CML.

⁷³ TINOCO, João Nunes. *Cartografia histórica de Lisboa*. Série produzida em 1650.



Figura 17 Conjunto de imagens. Pormenores do limite da cidade de Lisboa no século XVII (à oriente) pela Cartografia Histórica de Tinoco (1650) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa. Edição: Loraine Meister. Fonte: CML.

Saltando para o século XIX, a expansão para oriente torna-se facilmente perceptível através da cartografia produzida pelo engenheiro Filipe Folque, entre os anos de 1856 e 1858⁷⁴. Neste período, os limites da cidade para leste já englobavam parte da zona do Beato.

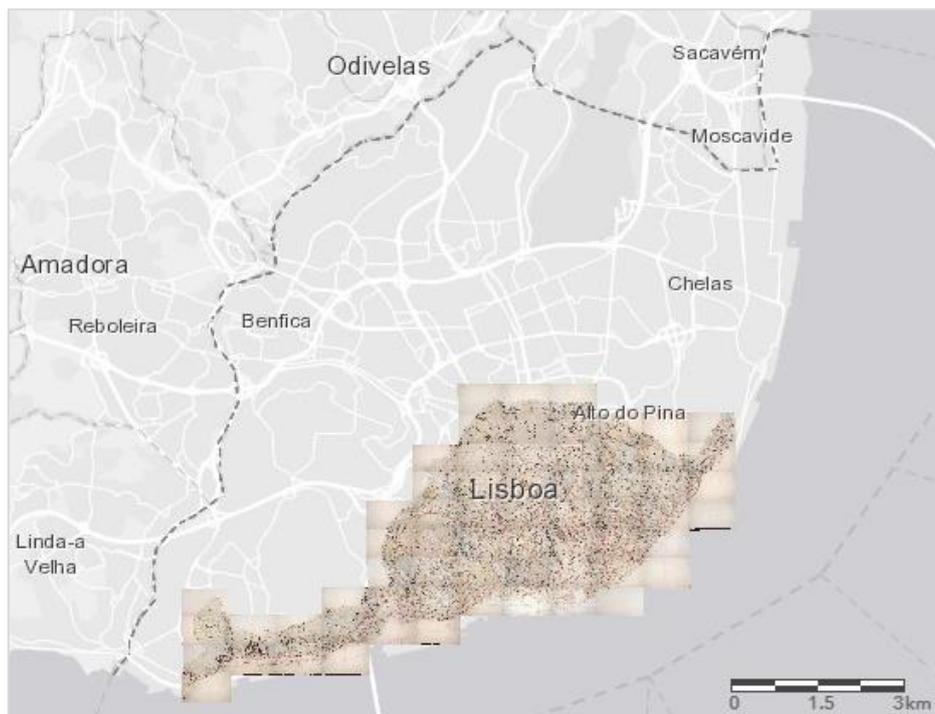


Figura 18 Mapa georreferenciado. Cartografia Histórica de Filipe Folque (1856 – 1858) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa. Edição: Loraine Meister. Fonte: CML.

⁷⁴ FOLQUE, Filipe de Sousa. *Carta topographica da cidade de Lisboa*. Série produzida entre 1856 e 1858.

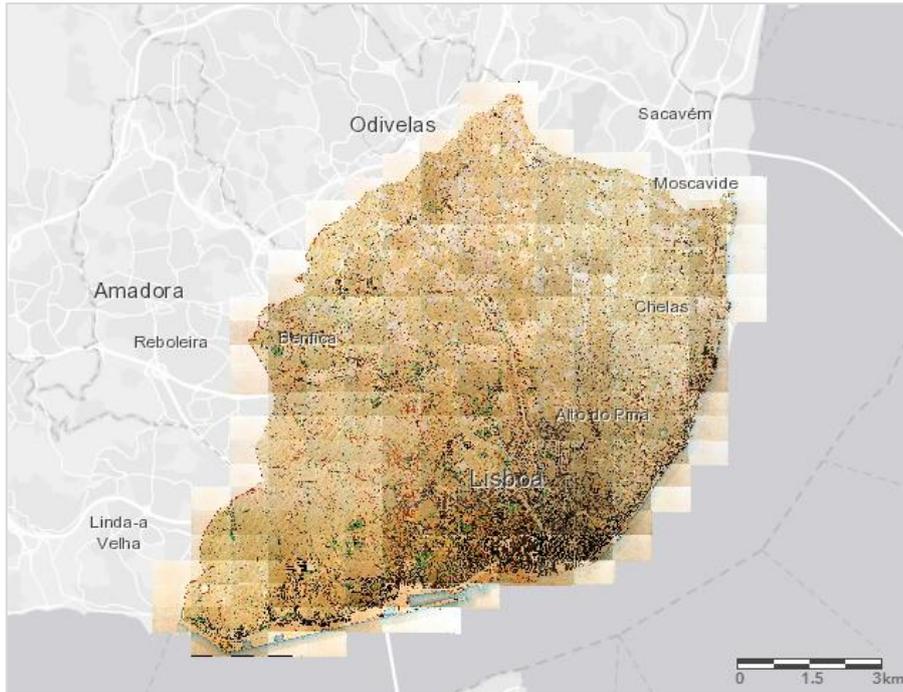


Figura 20 Mapa georreferenciado. Cartografia Histórica de Silva Pinto (1911) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa. Edição: Loraine Meister. Fonte: CML.



Figura 21 Pormenor da extensão da Rua do Açúcar e Poço do Bispo. Cartografia Histórica de Silva Pinto (1911). Edição: Loraine Meister. Fonte: CML.

Ainda no século XX, dois principais acontecimentos entre as décadas de 40 e 50 fomentaram ainda mais o desenvolvimento industrial da Zona Oriental. O primeiro, refere-se ao decreto-Lei de 19 de outubro de 1942, que criou a zona industrial do Porto de Lisboa. O segundo, refere-se as remodelações urbanísticas que faziam parte do Plano de Urbanização de Lisboa de E. De. Groer e que, entre as várias intervenções, previa a requalificação da Zona Ocidental da cidade. Em pleno Estado Novo, a sociedade burguesa

sentiu a necessidade de resgatar o espírito nacionalista, desta forma, classificaram o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém como monumentos que representavam a pátria portuguesa. Todavia, a presença de fábricas (que por sua vez causavam intensos ruídos e impurezas no ar) nas proximidades destes foi muito contestada pela opinião pública. Assim, começou o processo de desativação e transferência de unidades fabris da zona ocidental para a zona oriental (como foi o caso da Fábrica de Gás de Belém). A zona de Belém tornou-se reconhecida pela sua qualidade urbanística, valorizando o seu património público já existentes e os novos edifícios contruídos para a Exposição do Mundo Português. Já no lado oposto, Lisboa Oriente expandiu ainda mais o seu carácter industrial com a construção da Fábrica de Gás da Matinha, o Matadouro de Lisboa e a Moagem Lisbonense.



Figura 22 Fábrica de Gás de Belém, implosão da segunda chaminé, 1950. Fonte AML.



Figura 23 Fábrica de Gás da Matinha, gasómetros em construção, 194-. Fonte AML.

O progresso industrial na Zona Oriental manteve-se até meados dos anos 70, seguido de um processo de desindustrialização. Tal processo não foi acompanhado por um planeamento⁷⁶ que deveria contemplar a salvaguarda das edificações industriais e seus respectivos espólios, fadando estes patrimónios ao esquecimento e à condição de infraestruturas obsoletas. Nas duas décadas seguintes, a Lisboa Oriental viria a tornar-se uma zona esquecida. Tal menosprezo foi contrariado através da EXPO'98, que apresentou um significativo progresso no que se refere ao reconhecimento e medidas de valorização do território.

Contrariamente à Exposição do Mundo Português, na qual Lisboa direcionou o seu olhar e prestígio exclusivamente para sua Zona Ocidental, a Exposição Universal de 1998 viria, no final século XX, resgatar, relembrar e celebrar a Lisboa Oriental, a partir da escolha do limite da zona para sua implantação e realização. “Impôs-se de imediato um olhar atento sobre uma área vastíssima da qual pouco ou nada se conhecia, quer na sua evolução histórica, quer quanto ao património de variada ordem nela existente” (Matos, Paulo, 1999. P.7). Melhorias significativas ocorrem após a realização de vastas investigações, resultantes não somente na inventariação deste património, mas também em ações de reabilitação e valorização de toda a zona através de projetos culturais:

Através dos textos e do acervo fotográfico, tornou-se evidente a dimensão do que estava em jogo, criando-se as condições indispensáveis para que esse levantamento fosse prosseguido e alargado, integrado agora não numa mera acção de estudo historiográfico, mas, sim, num programa mais ambicioso em que a componente de investigação se inseria num projecto de reabilitação e de animação de uma área específica da cidade. (Matos, Paulo. 1999, p.7).

Hoje, Lisboa Oriental pode ser caracterizada como uma antiga zona de permanência, que atualmente se assume como zona de passagem que cria o elo entre a baixa histórica de Lisboa e o Parque das Nações. A sua imponente estrutura viária e seus cais ainda operacionais convivem com os resquícios de um passado industrial que luta pelo seu não esquecimento e para não se tornar, como nas palavras de Adília Lopes, uma *cidade*

⁷⁶ As medidas de conservação e salvaguarda do Património Industrial português são abordadas no Capítulo 1 desta investigação.

desabitada, como um armazém, procurando manter-se como um exemplo vívido de mais uma das heterogêneas paisagens urbanas que compõem o enredo da trajetória lisboeta.

2.2 MARVILA: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL EM ZONA INDUSTRIAL

Identificar e delinear as transformações que o território marvilense sofreu ao longo dos anos acaba por resultar na descoberta da sua história milenar. De fato, Marvila é reconhecida como uma zona de significativa herança industrial, sobretudo do final do século XIX, porém seu desenvolvimento é caracterizado por transformações morfológicas que abrigaram ocupações populacionais muito mais antigas. Através de registos arqueológicos⁷⁷, foi constatado que os primeiros habitantes remetem para o período pré-histórico. Além disto, também foram encontrados na zona testemunhos⁷⁸ que indicam a presença de uma antiga ocupação do período romano-visigótico.

Apesar do seu passado tão antigo, o reconhecimento de Marvila como uma localidade específica e o início da sua delimitação territorial ocorreram séculos mais tarde, após a queda do domínio muçulmano. Suas características naturais, como a proximidade do Rio Tejo e o relevo plano constituído por alargados vales, tornaram a região atrativa para atividades as ligadas à agricultura e ao lazer. Os primeiros grandes proprietários da região estavam ligados à Igreja, como é o caso do Convento de Chelas, construído no século VII. Sua localização geográfica sinalizava a entrada dos grandes vales da zona, o que favoreceu a sua importância.

⁷⁷ “São conhecidos vários vestígios do actual território da Freguesia de tempos pré-históricos. É o caso da placa de xisto ornamentada, com cerca de 5000 anos, encontrada na extinta Quinta da Farinheira, próximo ao Largo do Broma.” (Consiglieri, Abel, 2002, p. 18).

⁷⁸ “A diversidade e importância destes achados dão-nos a certeza de que o território teve uma ocupação antiga e permanente, também porque se revela, em Chelas, a presença visigótica, onde foram encontradas, no sítio do convento, pedras ornamentadas com motivos hispano-godos que, provavelmente, teriam integrado algum templo.” (Consiglieri, Abel, 2002, p. 18).

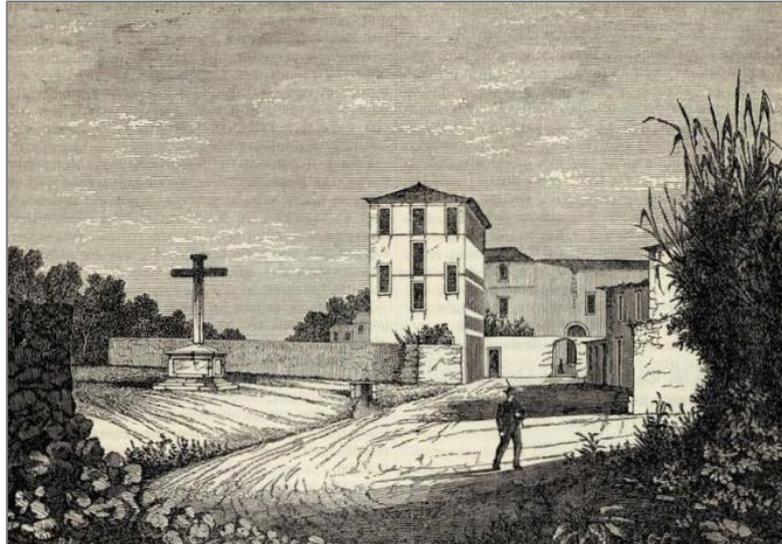


Figura 24 Litografia do antigo Mosteiro de S. Félix e Santo Adrião (atual Mosteiro de Chelas). Arquivo Pitoresco, 1864. Fonte: Hemeroteca Digital, CML.

Mais tarde, após a conquista da cidade em 1147, a Mitra de Lisboa passa a ser proprietária das terras de Marvila, através da decisão tomada por D. Afonso Henriques, como mencionam Consiglieri e Abel:

Dois anos após a tomada da cidade, D. Afonso Henriques faz doação à Mitra de Lisboa *de todas as rendas e terras de Marvila que possuíam as mesquitas dos mouros*. A Herdade de Marvila ocupava uma área que hoje é de difícil determinação, mas, seguramente, seria muito extensa (...). (Consiglieri, Abel, 2002, p. 20).

Ainda no século XII, uma subdivisão territorial tornou-se fundamental para que surgissem, a partir do século XV, as primeiras quintas de recreio e palácios de Marvila:

A riqueza deste território fez com que, em 1150, o bispo de Lisboa, D. Gilberto, separasse metade das terras de Marvila, dividindo-a em 31 porções que foram entregues aos cónegos da Sé. Foram estas courelas que deram origem a várias das quintas de Marvila (...). (Consiglieri, Abel, 2002, p. 21).

É o caso do Palácio da Mitra, construído no século XVII nas terras da extinta Quinta de Marvila. O imóvel de grande dimensão situava-se próximo ao rio e era um espaço de descanso para prelados. Devido a proximidade com Lisboa, diversas outras quintas surgem

na mesma época, abrigando nobres que vinham em busca da tranquilidade numa zona serena próxima da cidade. A construção de novas instalações nestes espaços perpetuou-se até o século XVIII.



Figura 25 Litografia que representa o Palácio da Mitra (Palácio Patriarcal de Marvila). Arquivo Pitoresco, 1868. Fonte: Hemeroteca Digital, Câmara Municipal de Lisboa.

Torna-se aqui importante destacar que durante este período, Marvila ainda não fazia administrativamente parte do território lisboeta (razão pela qual é referida como “próxima da cidade”). Inicialmente, a zona era integrada na antiga freguesia dos Olivais⁷⁹, território constituído por terras além dos limites do foral de Lisboa. No século XIX, Marvila permaneceu como parte integrante do antigo concelho dos Olivais até 1886, após o mesmo ser extinto e o seu território ser dividido entre o recém-criado concelho de Loures e a cidade Lisboa, na qual Marvila acaba por ser integrada.

⁷⁹ Segundo Delgado, “A freguesia de Lisboa foi criada em 6 de maio de 1397, pelo Arcebispo de Lisboa, D. João Anes, e confirmada por bula de 1 de julho de 1400, do Papa Bonifácio IX.” (Delgado, 1969, p. 15, apud Vaticano, Regesta Lateranensia, vol. 80, fls. 155V/157).

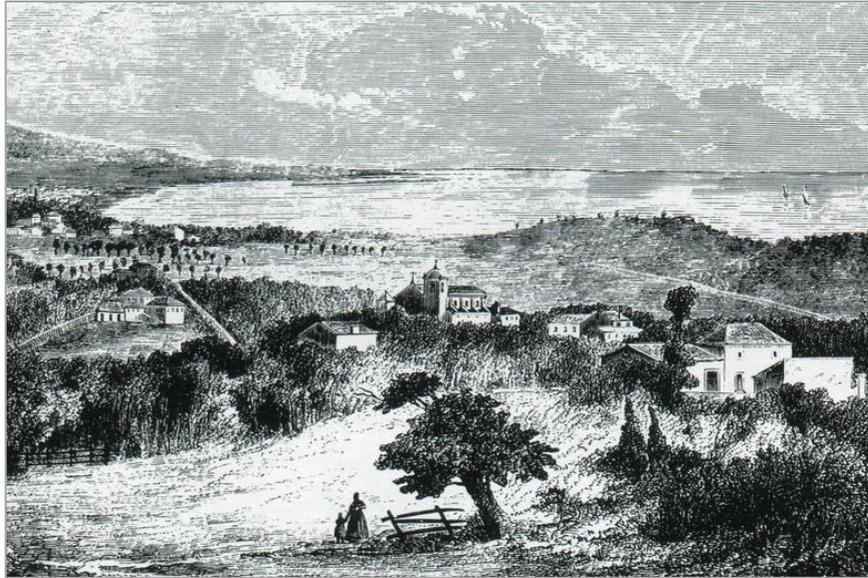


Figura 26 Olivais. Gravura do século XIX. Fonte: A Antiga Freguesia dos Olivais, 1969.

2.3 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE MARVILA

A existência das quintas da nobreza em Marvila perpetuou-se até ao final do século XVIII. Devido a sucessões ou casamentos, muitas delas sofrem retalhações e acabam por deixar de existir⁸⁰. Outras, devido às transformações morfológicas da cidade de Lisboa, relativas ao seu alargamento territorial para a Zona Oriental, acabaram extintas devido à abertura de estradas e à instalação do caminho de ferro, em 1856. Tais instalações muitas vezes atravessavam o território destas quintas, afetando sua permanência. É a partir desta altura que o processo de industrialização em Marvila começa a desenvolver-se, inicialmente com o estabelecimento de pequenas manufaturas, como Consiglieri e Abel mencionam:

Pelos finais do século XVIII, instalam-se as primeiras manufaturas: sabão, curtumes, trefilaria e de açúcar, utilizando quintas que se encontravam degradadas desde o terremoto de 1755, como era o caso, entre outras, da Quinta dos Alfinetes. Paralelamente, vários burgueses, comerciantes manufatureiros transferem as suas residências secundárias para as antigas quintas que, entretanto, haviam comprado aos não menos antigos proprietários arruinados e onde viriam a instalar as primeiras fábricas”. (Consiglieri, Abel, 2002, p. 26).

⁸⁰ Informação obtida na obra O Formo Sítio de Marvila, 2002. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília.

Num primeiro momento, esta transição não significou completamente o fim das quintas existente ou o aparecimento de novas quintas. Novas instalações surgiram no território no século XIX, agora, porém pertencentes a outros grupos sociais, nomeadamente comerciantes e industriais.

A implantação do caminho de ferro, em 1856, foi um fator determinante para a instalação das primeiras fábricas de maiores dimensões e mais modernas. O território que antes era caracterizado pelos seus amplos vales com paisagens contemplativas e uma zona ribeirinha serena, transformou-se progressivamente num espaço de grande movimentação. A quietude começou a ser interrompida pelos sons das fábricas com as suas máquinas a funcionar muitas vezes de forma ininterrupta. As vielas e caminhos pedonais desaparecem, abrindo espaço para arruamentos planeados e grandes avenidas. O desenvolvimento de novas energias, como o gás e depois a eletricidade, permitiu a iluminação pública⁸¹. A maior parte das capelas de quintas desapareceram e outro marco urbano surgiu: os chafarizes, auxiliando no abastecimento de água, antes escasso. A presença humana, antes seleta e aristocrata, altera-se e intensifica-se a presença da população ligada ao mundo do trabalho com a vinda de operários das regiões agrícolas. Marvila vive um despertar industrial, que foi além do crescimento urbano e tecnológico, estabelecendo novas características sociais e comportamentais e um novo modo de se viver.

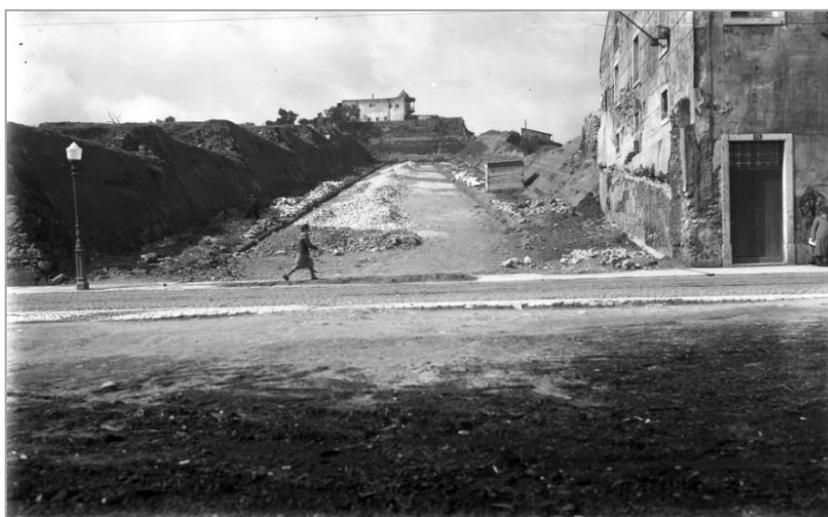


Figura 27 Zona de urbanização: abertura de uma rua na zona do Poço do Bispo, 1949. Fonte AML.

⁸¹ Através da iluminação a gás que percorreu toda a extensão da Rua do Açúcar até o Poço do Bispo e foi inaugurada em 1875, segundo as informações presentes na obra *O Formoso Sítio de Marvila*, 2002. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília.

Já no século XIX, com a vinda de diversos operários que trabalhavam tanto nas unidades fabris, quanto nas obras públicas de expansão urbana, ocorreu um significativo aumento populacional, principalmente na zona ribeirinha, com os índices de crescimento demográfico mais significativos de Lisboa nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX⁸².

Nesta época, Marvila ainda não era reconhecida administrativamente como freguesia (facto que só ocorre na segunda metade do século XX) e, apesar do intenso movimento pendular dos trabalhadores residentes em Lisboa, uma grande quantidade de operários estabeleceu-se com suas famílias no território marvilense, dando início ao aparecimento das primeiras vilas e pátios de operários⁸³.



Figura 28 Interior do Pátio Beirão, na Rua do Açúcar. Fotografia intitulada *Casa Antiga na Rua do Açúcar*, por Vasco Gouveia Figueiredo, 1967. Fonte: AML.

⁸² Segundo dados obtidos através do INE – Instituto Nacional de Estatística, Marvila contava na década de 1960 com 20 001 habitantes. Na década de 80, este número duplicou, contanto com 40 689 neste período.

⁸³ Dado obtido do artigo *Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo*, publicado nos *Cadernos do Arquivo Municipal; Série II; Número 6. Edição intitulada Históricas de Casas e de Quem lá Vive(u). Julho – dezembro de 2019.*

Outro fenómeno característico foi a reutilização de antigos edifícios religiosos para acomodar atividades industriais. Com a extinção das Ordens Religiosas, instalou-se em 1898 a Fábrica da Pólvora de Chelas em parte das dependências do antigo Mosteiro de Chelas, espaço que atualmente abriga o Arquivo Geral do Exército. O destino do Palácio da Mitra não foi diferente, a antiga Quinta de Marvila e o edifício civil e religioso abrigaram diversos novos usos a partir de 1864, quando estes bens foram vendidos em hasta pública ao Marquês de Salamanca. Posteriormente, o sítio foi novamente vendido em 1902⁸⁴. A seguir, instalou-se a Fábrica Seixas (de metalurgia e fundição), pertencente a Manuel Fuertes Peres. A trajetória de novas ocupações e desocupações deste edifício continuou nas décadas seguintes, abrigando o matadouro (quando o edifício é comprado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1930); a Estação de Limpeza Oriental; a Biblioteca Municipal; o Museu da Cidade (entre a década de 40 a 70). Atualmente, o Palácio da Mitra é identificado somente por Mitra e acolhe projetos de apoio social⁸⁵.

Ainda no contexto do desenvolvimento industrial de Marvila no século XIX, torna-se necessário apontar a relevância de duas zonas específicas de Marvila que vieram a tornar-se pólos industriais de destaque na zona: a extensão da Rua do Açúcar, a *zona*⁸⁶ do Poço do Bispo, mais especificamente, nos limites da Praça David Leandro Silva, e a Doca do Poço do Bispo⁸⁷.

Foi na Rua do Açúcar que se instalaram os primeiros exemplares manufactureiros no final do século XVIII e as futuras grandes fábricas da *zona*⁸⁸ entre o século XIX e meados do século XX (como é o caso da Companhia Portuguesa de Fósforos, em 1895).

A proximidade com a zona ribeirinha, a sua larga extensão (desde a freguesia do Beato) e as obras de ampliação e urbanização (contempladas pela iluminação pública e trilhos para os elétricos) foram condicionantes determinantes para o êxito da concentração industrial destas zonas de Marvila.

⁸⁴ Informação obtida no livro *O Formoso Sítio de Marvila*, 2002.

⁸⁵ Para mais informações, ver *O Formoso Sítio de Marvila*, 2002, p. 81 – 84.

⁸⁶ Nesta época, entendia-se a *zona* do Poço do Bispo por um “local” de reconhecimento popular na freguesia, não configurado como uma localidade de reconhecimento administrativo.

⁸⁷ O enquadramento histórico e dados específicos sobre a temática referente a Rua do Açúcar e a Praça David Leandro Silva são abordados pela autora de forma mais detalhada no capítulo 2.4 – *A Rua do Açúcar e a Praça David Leandro Silva: elementos estruturantes da industrialização de Marvila* desta investigação.

Na continuidade da Rua do Açúcar, mais precisamente na Praça David Leandro Silva, localiza-se o núcleo da zona nomeada por Poço do Bispo, a qual “era já um importante centro industrial, com as suas tanoarias e armazéns de vinhos, destilarias de aguardente e outras actividades afins” (Consiglieri et al, 1993, p. 106). Devido à sua posição quase estratégica, com a presença de uma praça central, abringando fábricas de grande reconhecimento na época, tais como a antiga Fábrica José Domingos Barreiros & C^a Lta, fundada em 1887 sediada num robusto edifício, com frontão neobarroco e pináculos, de autoria do arquiteto Edmundo Tavares. Não menos importante, o sítio contava com a existência da Doca do Poço do Bispo, importante infraestrutura que, junto com os demais cais acostáveis, permitiu a descarga de produtos e matérias primas que chegavam à zona através dos transportes marítimos para abastecer a cidade, e fomentou o comércio para o exterior.



Figura 29 Descarga de sal em uma doca da Zona Oriental. O abastecimento alimentício da cidade era feito maioritariamente por meios fluviais. Fotografia por Artur João Goulart, intitulada *Descarga de Sal*, entre 1963 – 1964. Fonte: AML.

No decorrer do século XX, o número de unidades fabris continuou a crescer em Marvila, mais especificamente entre o Braço de Prata e a Rua do Açúcar, onde se destacavam os armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca e a Fábrica de Cortiça Narciso Villalonga⁸⁹.

Para além de intensas modificações morfológicas, este crescimento ocasionou transformações de âmbito social. Diariamente, milhares⁹⁰ de homens e mulheres deslocavam-se até às indústrias. Em compasso com as maquinarias, realizavam uma espécie de coreografia, desempenhando repetidas funções manuais por turnos que poderiam chegar a doze horas de trabalho. A fábrica tornou-se um cenário de trabalho e de convívio, elevando o sentido de coletividade e fortalecendo o as reivindicações destes operários, que procuraram conquistar direitos trabalhistas e melhores condições laborais. Surgiram então os primeiros movimentos sindicais e associações de classe. Com grande quantidade de adeptos e simpatizantes dos seus ideais políticos, a Associação Fraternidade Operária, em 1872 já contava com três secções: em Chelas, Marvila e Poço do Bispo. Entre as conquistas obtidas, podemos citar a jornada de oito horas de trabalho por turno e o fortalecimento dos sindicatos, agora com representantes que procuravam resguardar e interceder de forma jurídica as denúncias de condições trabalhistas consideradas exploratórias.

Apesar do desenvolvimento industrial ser responsável por impulsionar a criação de empregos e o desenvolvimento urbano, o caminhar económico e as condições sociais da zona de Marvila não foram sempre promissoras. Após a 1ª Guerra Mundial, o índice de desemprego elevou-se e uma grande parcela da população tornou-se vítima da miséria. Na década de 40 e 50, com a construção do Gasómetro da Matinha⁹¹ e da zona industrial do Porto de Lisboa, muitos operários de outras zonas do país (na sua maioria, vindos de Viseu) chegaram à Zona Oriental para trabalhar. Devido ao grande número de pessoas, as vilas e habitações operárias não conseguiram suportar os novos moradores, forçando a que estas

⁸⁹ O enquadramento histórico e dados específicos sobre as antigas fábricas existentes na Rua do Açúcar e na Praça David David Leandro Silva são abordados pela autora de forma mais detalhada no capítulo 2.5 *Edificações industriais da zona de Marvila sobre as quais incide a análise* desta investigação.

⁹⁰ Segundo menciona Consiglieri et al. na obra *Pelas Freguesias de Lisboa – São João, Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais*, “A Fábrica de Fósforos foi fundada em 1895 e, em 1898, já empregava mais de mil operários” (1993, p. 107).

⁹¹ Sobre a transferência e construção do novo gasómetro, ver *A indústria do gás em Lisboa: uma área de confluência de várias abordagens temáticas*, 2003. MATOS, Ana Cardoso.

famílias residissem em más condições habitacionais em zonas das quais se destaca o Bairro Chinês. Tais condições eram tão perniciosas que obrigaram à expropriação de terrenos não aproveitados da zona, sendo a sua grande maioria, as devolutas quintas. A apropriação destes espaços tornar-se-ia uma das principais condicionantes para a realização dos futuros planos de urbanização da freguesia, como mencionam Consiglieri e Abel:

Esta política de apropriação de terrenos expectantes defendida por Duarte Pacheco e concretizada em 1960, criaria, na atual Freguesia de Marvila, uma potencial reserva de terrenos que, só após o 25 de Abril, seria colmatada, apesar de ser 1965 o primeiro Plano de Urbanização de Chelas. Este plano, que abrangia cerca de 80% do território integrado em Marvila, foi considerado a maior intervenção urbana da cidade, depois da reconstrução pombalina.” (Consiglieri, Abel, p. 36, 2003).

Ainda no final da década de 50 do século XX, Marvila eleva-se à categoria de Freguesia de Marvila, através do decreto de lei nº 42 142 de 7 de fevereiro de 1959. Entre as décadas de 70 de 90, dois acontecimentos significativos ocorrem, refletindo nas atuais condições em que a freguesia se encontra.

O primeiro ocorre a nível mundial: a sociedade entra em processo de desindustrialização, fenómeno que pode ser caracterizado pela redução da capacidade de produção ou encerramento das indústrias, o que se traduz no enfraquecimento das atividades económicas. Este processo ocorre de forma mais perceptível em indústrias de base ou de transformação, podendo causar efeitos diretos em indústrias de bens de consumo, categoria que caracterizava parte das unidades fabris existentes na zona de Marvila. Além disto, com os avanços tecnológicos que permitiram meios de produção mais rápidos e precisos, a necessidade da participação humana dentro das fábricas começa a diminuir significativamente.

O segundo fenómeno ocorre a nível de municipalidade, quando em 1991 é criado o Plano Diretor Municipal da cidade de Lisboa, trazendo novas transformações no território urbano de Marvila. Este, passa a ser classificado como uma área industrial consolidada e uma área de investigação e tecnologia.

A Marvila que durante décadas foi palco de grandes transformações urbanas e sociais, onde se misturavam os ruídos das máquinas e as vozes dos milhares de operários

e operárias, começa então novamente silenciar-se, como no na altura em que era caracterizada por vales formosos. A descontinuação das atividades industriais e a falta de um plano de salvaguarda dos edifícios fabris determinaram o que Marvila é hoje, uma zona com uma rica paisagem urbana fabril, composta por edifícios de significativo valor patrimonial, porém muito pouco explorados e preservados.

2.4 A RUA DO AÇÚCAR E A PRAÇA DAVID LEANDRO SILVA: ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA ZONA DE MARVILA

O arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, através dos seus estudos que originaram a obra *Cidades para Pessoas*, afirma que “se olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planeamento influenciam o comportamento humano” (2012, p. 9). Tal constatação pode ser percebida ao analisarmos a Rua do Açúcar e a Praça Leandro David Silva como elementos estruturantes urbanos de Marvila, tornando-se impossível dissociar a relevância destes espaços na ordenação territorial na influência socio comportamental dos seus ocupantes.

A evolução de ocupações territoriais em cidades estruturadas, fica expressa de forma clara nas suas transformações morfológicas. Com o aumento da presença humana nos espaços, surge a necessidade de criar elementos estruturais que comportem a sua permanência e organizem a sua mobilidade. Kevin Lynch, na sua obra *A Imagem da Cidade*, afirma que “as ruas, rede de linhas habituais ou potenciais de deslocação através do complexo urbano, constituem os meios mais significativos através dos quais o todo pode ser organizado” (1960, p. 108). Ou seja, à medida que as cidades se expandem, novas rotas de movimentação surgem dentro das mesmas, organizando-as e delineando o que viria a tornar-se os primeiros sistemas viários.

Através de cartografias antigas, inscrições municipais, registos iconográficos e testemunhos, torna-se possível compreender que a história da Rua do Açúcar e da Praça David Leandro Silva se iniciou muito antes de possuírem a atual denominação. Conforme consta no Mapa de Foros de Marvila de 1752, durante o século XVIII, uma parcela da atual Rua do Açúcar chamava-se Estrada para o Beato e terminava na Praça David Leandro Silva, na época, denominada Poço do Bispo. Acredita-se que o surgimento da estrada ocorreu

entre os anos 1495 e 1573. Isto porque as primeiras indicações acerca dos limites das terras de Marvila referem-se aos registos contidos num contrato de emprazamento que o arcebispo D. Jorge da Costa, fez a sua irmã, D. Catarina de Albuquerque, de toda a propriedade, no ano 1495. Neste testemunho não é mencionada nenhuma via pública ribeirinha. Posteriormente, no ano de 1573, através de um registo feito em decorrência de uma renovação no plano de aforamentos da zona, é pela primeira vez mencionada a existência de tal estrada. Segundo apontam Matos e Paulo, em referência aos estudos de Ralph Delgado sobre a antiga freguesia dos Olivais:

Perguntar-se-á então quando terá sido batido o caminho pela praia até ao Poço do Bispo, a nossa actual Rua do Açúcar? Ralph Delgado, no seu importante estudo sobre os Olivais, em cuja freguesia de Marvila estava integrada desde sua criação, em 1398, afirma que em 1573, D. Inês de Noronha (...) renovou o plano dos aforamentos de toda a quinta, falando-se de uma Quina Nova, exactamente com serventia já pelo caminho ribeirinho. Ou seja, poderá admitir-se que entre 1495 e 1573, essa nova via foi sendo consolidada ao longo da praia (...). (Matos, Paulo, 1999, p. 101).

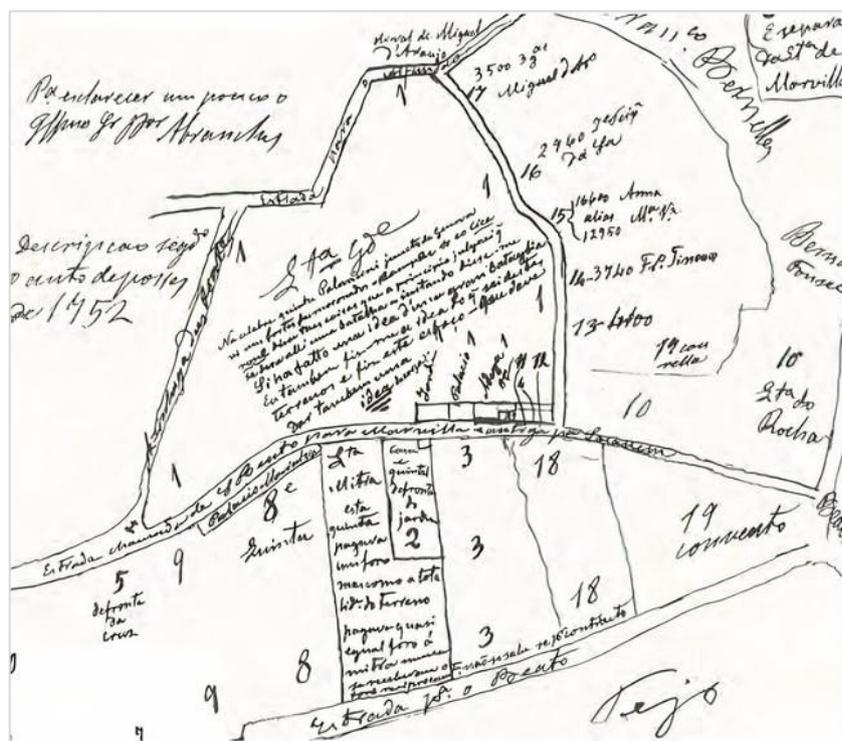


Figura 30 Mapa dos Foros de Marvila, 1752. Na parte inferior, consta sinalizada a Estrada para o Beato. Fonte: Caminho do Oriente II, 1999.

O desenvolvimento da Marvila colocada no seu seguimento acabou por subordinar, definitivamente, depois do século XVII, à designação de Poço do Bispo, toda a área metida entre a atual Praça David Leandro da Silva (...) A identificação das duas *Marvilas* ficava assim satisfeita, na medida em que o poço do Prelado, criando outro sítio, as havia separado”. (Delgado, 1969, p. 37).

Com o crescimento urbano, a Rua do Açúcar tornou-se cada vez densa, assumindo um papel de artéria viária que abrigava na sua extensão parte do desenvolvimento da zona. Segundo Aldo Rossi, em *A Arquitetura da Cidade*:

“Com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento”. (Rossi, 2016, p.27)

O crescimento aliado ao desenvolvimento fez com que na Rua do Açúcar fossem instaladas no findar século XVIII as primeiras manufaturas e, posteriormente, as primeiras fábricas de Marvila. A sua toponímia indica que neste período, de Estrada para o Beato, a sua designação modificou-se para Rua Direita do Açúcar. Tal alteração ocorreu devido à construção de uma refinaria de açúcar, que por volta de 1763⁹² se transformou numa fábrica de açúcar refinado, e que se situava na Quinta do Bettencourt propriedade do inglês Christian Smith. O Poço do Bispo também se consolidou como um espaço que testemunhou importantes acontecimentos sociais, principalmente no século XIX, com a instalação de emblemáticas tanoarias, armazéns de vinhos e destilarias e a consolidação de grupos sociais e associações, como a Fraternidade Operária e o Grupo Anarquista do Poço do Bispo.

No século XIX, a Câmara Municipal decide novamente alterar a denominação da Rua Direita do Açúcar, agora para Rua do Açúcar, como permanece até hoje. Não foi apenas o nome da rua que sofreu alterações, também o seu entorno se modificou. A orla ribeirinha

⁹² Segundo informações obtidas na obra Lisboa em Topomínia: Marvila. 2006. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília.

sofreu grandes transformações na sua fisionomia com a criação da Zona Industrial do Porto de Lisboa em 1942. Fez parte desta Zona Industrial, o projeto e construção da Doca do Poço do Bispo, potencializando ainda mais todo o território um polo industrial e comercial.

Na década de 30 do século XX, o desenvolvimento urbano continuou a ser uma constante e a orla de Marvila alargou-se devido à construção da Av. Infante Dom Henrique. Com início na Praça do Comércio, a avenida percorre uma extensão de 12 quilómetros no sentido Lisboa Oriente, atravessando sete freguesias. Com a construção da Avenida, a Rua do Açúcar deixou de ser a via mais próxima ao Rio Tejo e passou a assumir uma posição mais dentro da cidade, perdendo de vista o curso da água para voltar-se para si mesma e para os seus armazéns e chaminés.



Figura 32 Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa. 1950. Fonte: AML.

Atualmente, a Rua do Açúcar e a Praça David Leandro Silva permanecem como pontos de interesse na freguesia por razões ainda vinculadas ao período industrial. Nota-se que há um recente interesse na reutilização de antigas unidades fabris da zona, acomodando nestas edificações novas funcionalidades de caráter contemporâneo. Desta forma, a preservação do património edificado da Rua do Açúcar e da Praça David Leandro

Silva dependerão sobretudo de ações de reabilitação e conservação assertivas por parte dos seus novos proprietários, levando em consideração as boas práticas patrimoniais, e o intuito genuíno de preservar e perpetuar para os anos futuro toda a significativa memória do trabalho industrial que estas localidades possuem.



Figura 33 Conjunto de fotografias da extensão da Rua do Açúcar e da Praça Leandro David Silva, 2021. Fonte: Loraine Meister.

2.5 AS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS NA ZONA DE MARVILA SOBRE AS QUAIS INCIDE A ANÁLISE

Foram escolhidas para integrar o trabalho desta investigação 6 edificações de caráter industrial ou ligadas à indústria. A investigação pretende avaliar o atual estado de conservação destas edificações, verificar a possível existência de espólios industriais (como máquinas e antigos elementos publicitários) e identificar as que estão em processo de reutilização, examinando se estes processos são benéficos, ou não, para a preservação da memória industrial da zona. O critério da escolha destas edificações baseou-se na sua localização, englobando somente unidades presentes na extensão da Rua do Açúcar e com pelo menos uma fachada orientada para a Praça David Leandro Silva. Este critério foi selecionado devido à importância social e histórica da rua e praça acima referidas e por serem sítios em que se verificou a maior concentração de unidades fabris que estão em processo de reutilização e reocupação. A seguir, é apresentado um breve enquadramento histórico destas fábricas referente ao período em que estas desempenhavam as suas funções originais. Reutilizações e novos usos serão apontados e analisados no capítulo seguinte.

Legenda:

1. Antiga Fábrica de Borracha Luso Belga.
2. Vila Pereira.
3. Pátio Beirão.
4. Antiga Sociedade Nacional de Fósforos.
5. Antiga Sociedade Abel Pereira Fonseca.
6. Antiga Fábrica José Domingos Barreiros.

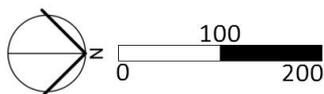
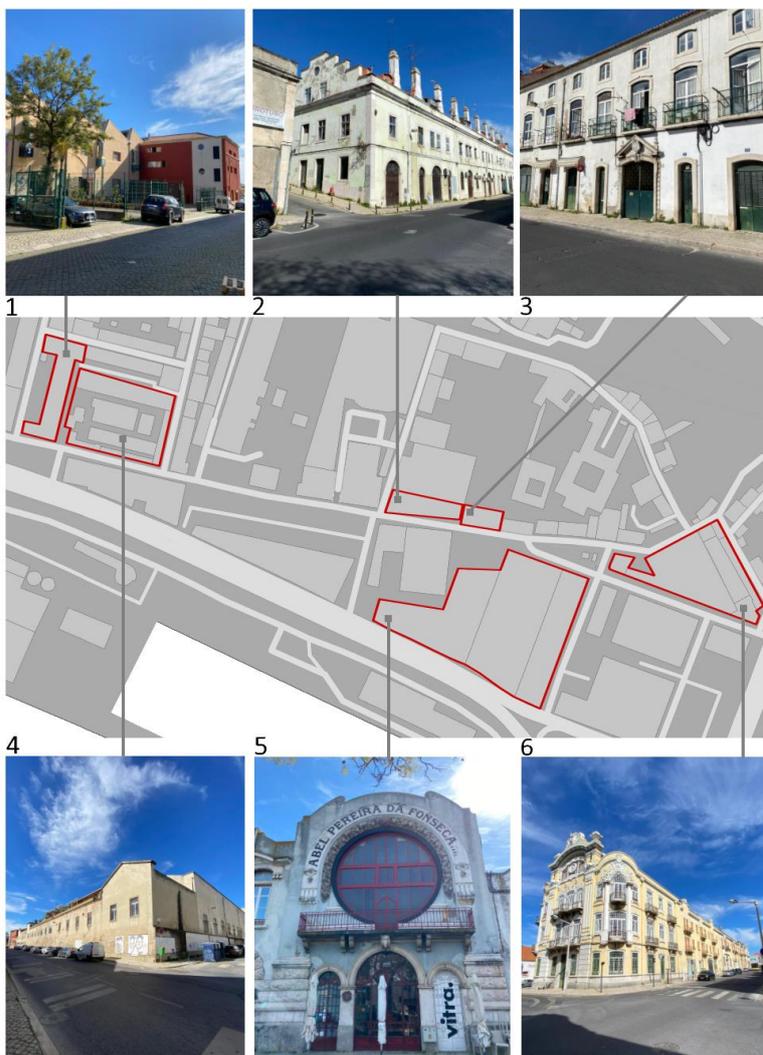


Figura 34 Mapa esquemático da localização e identificação das edificações. 2021. Produção: Loraine Meister.

2.5.1 ANTIGA FÁBRICA DE BORRACHA LUSO BELGA

As instalações da antiga Fábrica de Borracha Luso Belga⁹³ situam-se na Rua do Açúcar, nº 78, esquina com a Rua José Domingos Barreiros. O edifício construído no ano de 1898, abrigou a primeira indústria de borracha desta zona. Composta por 11 armazéns⁹⁴ e uma edificação principal⁹⁵, sediou a Companhia da Borracha do Monopólio de Portugal⁹⁶

⁹³ As informações a respeito da edificação contidas neste subcapítulo foram obtidas nas publicações O Formoso Sítio de Marvila, 2002, CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília e Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge.

⁹⁴ Orientados para a Rua José Domingo Barreiros.

⁹⁵ Já não existente. Anterior a atual edificação presente no terreno.

⁹⁶ No original, *Compagnie du Caoutchou Monopole de Portugal*, em francês.

do belga Jules David. No espaço, funcionava uma indústria voltada para a laboração de borracha a partir de *cauchu*⁹⁷ e também abrigava a residência particular do proprietário. Com uma produção anual de 50 toneladas de borracha, a matéria-prima de *cauchu* era importada, proveniente Angola, São Tomé, Brasil, Peru e México e chegava na sua forma bruta através do transporte fluvial, descarregado nos cais da Zona Oriental. Estima-se que anualmente eram importados em torno de 60.000kg do produto, tornando a fábrica inovadora para a época, uma vez que até então esta indústria era pouco explorada em Portugal⁹⁸.

Na data estimada de 1926, a empresa passou para a posse do empresário Victor Cordier. Até essa altura o seu capital permanecia maioritariamente belga, mas com os investimentos de acionistas portugueses, a fábrica passou a ser denominada Fábrica de Borracha Luso-Belga e sofreu várias modificações no seu espaço físico, como a construção de um novo edifício orientado para a Rua do Açúcar, construído na década de 40 do século XX. De caráter modernista e com função industrial, a nova edificação apresenta elementos do estilo *Art Decó*, tais como a volumetria ou a preferência de elementos geométricos, linhas sóbrias, pouca ornamentação e apreço pela sua funcionalidade.



Figura 35 Edifício da Fábrica de Borracha Luso-Belga. Década de 40. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

⁹⁷ Segundo o dicionário Priberam, o *cauchu* (em português) refere-se a árvore euforbiácea que produz borracha ou, a substância elástica e resistente que provém da coagulação do látex de diversas plantas tropicais, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/CAUCHU> (consultado em 24 de março de 2021).

⁹⁸ Sobre este assunto veja-se Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge.



Figura 36 Trabalhador na Fábrica de Borracha Luso-Belga. Década de 40. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Com as ampliações do seu espaço físico, a capacidade de produção da fábrica tornou-se ainda maior. O seu fabrico contava com uma vasta gama de produtos, tais como acessórios para bicicletas e automóveis, produtos para a casa (mangueiras, sacos de água quente, tacões de borracha), brinquedos (bonecos e bolas). Destacou-se a produção de calçados, através da marca Lusbel, famosa por suas galochas. Além disto, a FBLB possuía a concessão da patente internacional da *Standard Super-Moulding Co. Lda*, o que permitia a moldagem de pneus para grandes marcas, como a Michelin. A fábrica entra em processo de falência em 1974, encerrando suas atividades em 1975⁹⁹.



Figura 37 Publicidade da Fábrica de Borracha Luso-Belga, em destaque, os calçados Lusbel, publicado na Gazeta dos Caminhos de Ferro N.º 1333, em 1 de julho de 1943. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

⁹⁹ Dado obtido na obra Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge.

2.5.2 ANTIGA SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS

Na Rua do Açúcar, nº 76, ao lado da antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga¹⁰⁰, encontra-se a edificação correspondente à antiga Sociedade Nacional de Fósforos (anteriormente, antiga Companhia Portuguesa de Fósforos). Devido ao aperfeiçoamento dos processos químicos descobertos no século XIX, os fósforos tornaram-se mais seguros, menos inflamáveis e mais fáceis de serem utilizados. Tais descobertas serviram de impulso para que a produção destes produtos passasse de manufatureira para produção industrial. O Estado procurou centralizar e monopolizar toda a produção de fósforos no território nacional e criou, em 1895, a Companhia Nacional dos Fósforos com base numa proposta feita pelo político Hintze Ribeiro. Com o objetivo de tornar exclusivo o fabrico de fósforos em Portugal, o Estado assinou um contrato com diferentes acionistas, liquidando as demais fábricas de fósforos existentes no país e centralizando toda a produção em duas unidades fabris, uma localizada na Rua do Açúcar e uma na cidade do Porto. Após trinta anos, o contrato assinado pelo Estado e as fábricas perdeu sua validade e, em 1925, todo o ativo e passivo da Companhia Nacional dos Fósforos foram adquiridos pela investidora *Match and Tobacco Timber Supply Co.* transformando-a em Sociedade Nacional dos Fósforos. Durante a década de 30 do século XX a fábrica criou um notável plano de apoio social aos seus operários, que abrangeu serviços médicos, creche, cooperativa, clube desportivo (estes, dentro das suas instalações) e uma política de subsídio para casos de invalidez ou doenças. Estima-se que a produção da fábrica perdurou até aproximadamente o ano de 1985¹⁰¹.

¹⁰⁰ As informações a respeito da edificação apresentadas neste subcapítulo foram obtidas nas publicações O Formoso Sítio de Marvila, 2002, CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília e Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge.

¹⁰¹ Dado obtido na obra Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge.



Figura 38 Anúncio da Companhia Portuguesa de Fósforos para a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1922. Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999.

Arquiteticamente, a unidade fabril apresenta a característica peculiar de comportar um complexo de pequenas edificações no seu interior, tornando a sua produção pouco ou nada perceptível para quem a observava do lado de fora. Cada edificação correspondia ao espaço de uma etapa do processo de produção e os vários edifícios eram separados por pequenos pátios internos.

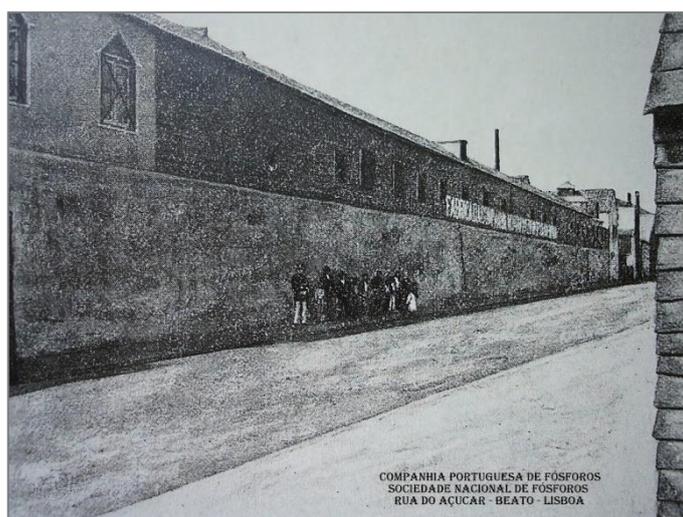


Figura 39 Fachada da Sociedade Nacional de Fósforos. Registo histórico sem data. Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999.

2.5.3 ANTIGA VILA PEREIRA OU VILA SANTOS LIMA

Outro exemplar singular existente na Rua do Açúcar, a Vila Pereira (também conhecida pela denominação popular de Vila Santos Lima) foi construída em 1887 a mando da antiga Sociedade Santos e Lima & C^a para cumprir uma função dupla de local de trabalho e habitação dos seus trabalhadores. A edificação apresenta a característica singular da morfologia habitacional (com 42 unidades habitacionais segundo o primeiro desenho do seu projeto), mas também de espaço laboral, através dos armazéns de vinho e oficinas que se localizavam no piso térreo¹⁰².

Ocupando uma grande área, que abrange os nº 24 ao 50, a construção é caracterizada pela existência de dois pisos, marcados pela presença ritmada de grandes portas no rés-de-chão e de chaminés no piso superior, dispostas em modo “duas em duas” para cada módulo habitacional. Estes módulos são separados por um corredor central, iluminado pela presença de claraboias na sua extensão. A edificação encontra-se classificada na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, na categoria de “conjunto arquitetónico”.



Figura 40 Fotografia histórica da lateral do prédio da Vila Santos Lima, 1971. Fonte: AML apud Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação Urbana, 2013.

¹⁰² Segundo consta na dissertação nomeada Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana, 2013, por autoria de Maria Margarida de Almeida Reis e Silva.

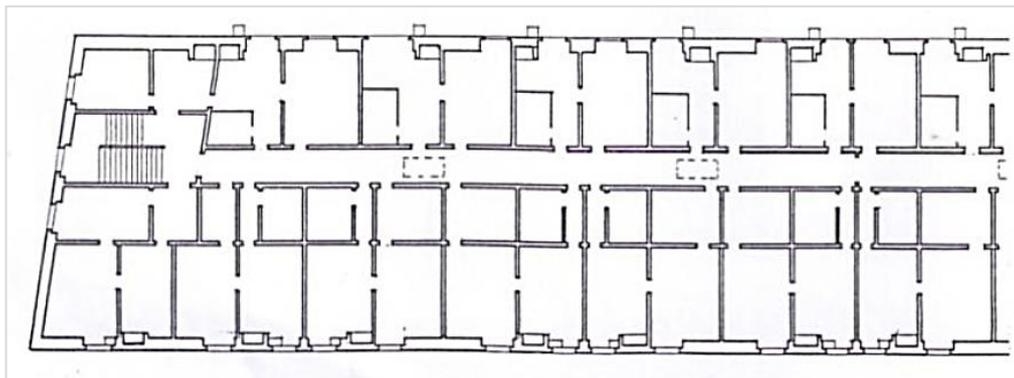


Figura 41 Pormenor da planta do 1º piso da Vila Pereira. Fonte: CML, Centro de Documentação apud Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação Urbana, 2013.

2.5.4 ANTIGO PÁTIO BEIRÃO

“Alguns pátios nasceram da ocupação de palácios e conventos que depois foram se construindo novas habitações encostadas a paredes e muros de certo porte.” (Consiglieri *et al*, 1993, p. 30). O palacete existente na Rua do Açúcar nº 16 refere-se a uma destas construções. De carácter habitacional com a presença de um pátio interno, o seu terreno era ocupado pela antiga Quinta do Bettencourt, que, por sua vez, fazia parte do foro do Morgado do Esporão. Inicialmente¹⁰³ (1669) a edificação era a residência da família Bettencourt e, em 1763, como anteriormente mencionado, foi neste espaço que se instalou a fábrica de refinamento de açúcar que futuramente, viria a dar o nome à rua em que se localiza. Infelizmente, não existem registos ou resquícios desta unidade fabril.

Constituída por três pisos, a edificação apresenta uma entrada principal que carrega um notável portal ornamentado que dá acesso ao pátio interior. No piso inferior, composto por portas e janelas ritmadas, abrigavam as zonas de armazém e cavalariças. Os demais pisos destinavam-se a habitações operárias.

¹⁰³ Segundo informações apresentadas na dissertação nomeada Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana, 2013, por autoria de Maria Margarida de Almeida Reis e Silva.

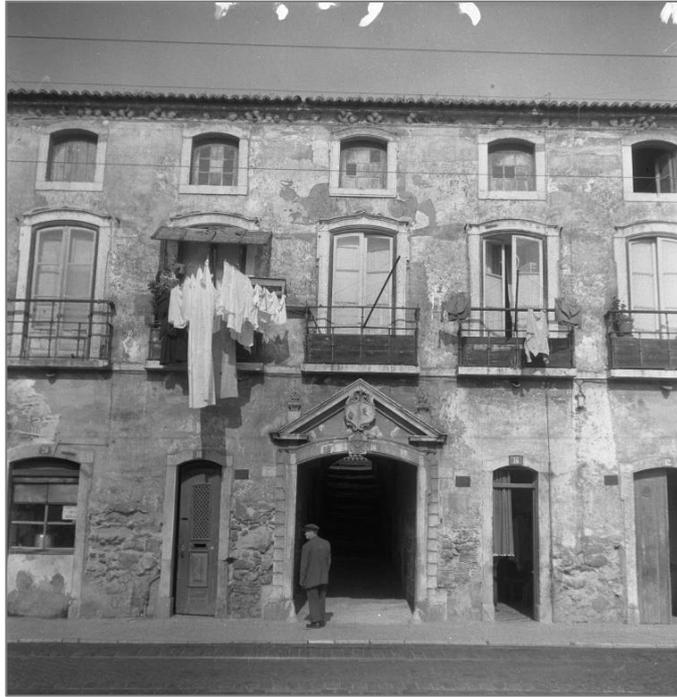


Figura 42 Entrada principal do Pátio Barão, 1967. Fotografia intitulada Casa Antiga, por Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: AML.

2.5.5 ANTIGA FÁBRICA JOSÉ DOMINGOS BARREIROS & C^a Lda

No final da Rua do Açúcar, já na Praça David Leandro Silva, nota-se a presença de uma imponente edificação que ocupa todo o quarteirão. Com uma planta poligonal irregular, inserida entre a Praça David Leandro Silva, a Rua Fernando Palha e a Rua Zófimo Pedroso, a sede da antiga tanoaria José Domingos Barreiros¹⁰⁴ apresenta um grande valor histórico e sobretudo, arquitetónico. O projeto de autoria do arquiteto Edmundo Tavares conta com quatro pisos que abrigavam as funções de espaço administrativo, comercial, armazenamento e habitacional. A zona dos armazéns era voltada à Rua Fernando Palha, já as oficinas e a sede tinham a fachada para a Rua Zófimo Pedroso. Na edificação principal, voltada à Praça David Leandro Silva, coexistiam instalações comerciais e habitacionais, estas, sempre presente nos pisos superiores. O seu estilo arquitetónico remete para o

¹⁰⁴ As informações a respeito da edificação apresentadas neste subcapítulo foram obtidas nas publicações O Formoso Sítio de Marvila, 2002, CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília; Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge e Caminho do Oriente, 1998, Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

ecletismo romântico com a presença robusta de ornamentação, tais como colunas e capitéis de inspiração coríntia, elementos fitomórficos e cornijas contracurvas.

Historicamente, a edificação foi construída em 1887 a mando do seu fundador, José Domingos Barreiros, no terreno anteriormente pertencente a Quinta dos Valadares. Inicialmente, a fábrica estava ligada exclusivamente à vitivinicultura. Devido às fortes tradições do comércio fluvial presente na zona, a empresa pouco a pouco despertou o interesse de grandes negociantes e exportadores, iniciando a produção e a comercialização aguardentes e vinagres para além da produção de vinho. Tal ampliação de produção ocasionou em 1896 uma grande ampliação em seus armazéns. A concentração de todas as etapas produtivas num edifício único proporcionou o crescimento próspero desta indústria e “fez dotar-se de meios mecânicos para a mobilidade dos seus produtos na vasta área de armazenagem, com um ramal de caminhos-de-ferro e cerca de duas dezenas de vagões em uso exclusivo” (Folgado, Custódio, 1999, p. 164). Em 1922 e 1932, participou em eventos internacionais, como a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, com mostra de vinhos tinto, branco, claretes e rosés, e a Feira de Amostras de Produtos Portugueses de Angola e Moçambique. As suas atividades foram encerradas em 1970 e a empresa transformou-se numa sociedade anónima que existiu até 1982.



Figura 43 Conjunto fotográfico da edificação da antiga Fábrica José Domingos Barreiros, 2021. Fonte: Loraine Meister.

2.5.6 ANTIGA SOCIEDADE COMERCIAL ABEL PEREIRA FONSECA, S.A.R.L

Deolinda Folgado, afirma que “a casa comercial Abel Pereira da Fonseca tem de ser entendida simultaneamente como um produto da sociedade de consumo e inserida no

universo das grades áreas de comércio de início do século XX” (1998, p.116). Considerada na década de 80 a segunda maior empresa de comercialização de vinhos em Portugal, o seu edifício¹⁰⁵ é considerado a mais emblemática edificação industrial da Praça David Leandro Silva.

O fundador da empresa, conforme indica sua nomenclatura, foi Abel Pereira Fonseca¹⁰⁶ que desde os seus 18 anos, já trabalhava no ramo industrial da vitivinicultura, mais precisamente na tanoaria José Domingos Barreiros que posteriormente, se tornou para além de sua vizinha, sua concorrente. Todavia, as atividades empresariais de Fonseca não se iniciaram em Marvila, mas sim Xabregas com armazéns construídos em 1907. Posteriormente, no ano de 1910, Fonseca e seu sócio, Francisco de Assis, transferiram as instalações para a Rua do Amorim, ocupando um espaço de 10 armazéns compostos por grandes vãos e telhados de duas águas. Somente em 1917, com um projeto de autoria do arquiteto Norte Junior, foi construída a edificação principal, orientada para a Praça David Leandro Silva e considerada uma das edificações industriais que mais apresentam valor patrimonial na Zona Oriental. Em estilo arquitetónico que remete aos elementos do *art nouveau*, a construção era popularmente conhecida por “catedral do vinho” devido tanto pelas suas grandes aberturas em vidro na sua fachada principal, quanto pela sua importância comercial. “Os armazéns vão localizar-se numa área marcada por forte implantação industrial e pela tradição das tanoarias e pela contentorização de vinhos” (Folgado, Custódio. 1999, p. 158), devido ao Rio Tejo e sua característica de elemento estruturante natural, que possibilitava e facilitava todos os processos de produção destas atividades. Tal importância era exaltada no logotipo da indústria, representada pelos elementos tradicionais da produção de vinho, como a uva e folhas de parra, mas também a presença de uma embarcação - a fragata - e às águas do rio.

¹⁰⁵ As informações a respeito da edificação apresentadas neste subcapítulo foram obtidas nas publicações O Formoso Sítio de Marvila, 2002, CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília; Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999, FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge e Caminho do Oriente, 1998, Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

¹⁰⁶ Segundo Deolinda Folgado, no livro Caminho Oriente, “Abel Pereira da Fonseca nasceu em Almeida a 16 de Abril de 1876 e morreu em 1956, com 81 anos de idade. Filho de pequenos proprietários agrícolas, Abel fez a instrução primária e veio para Lisboa com cerca de 14 anos, onde teve o seu primeiro emprego no comércio. Aos 18 anos encontra-se a trabalhar no Poço do Bispo, nos armazéns de José Domingos Barreiro, já existentes nessa época”. (1998, p. 118.)

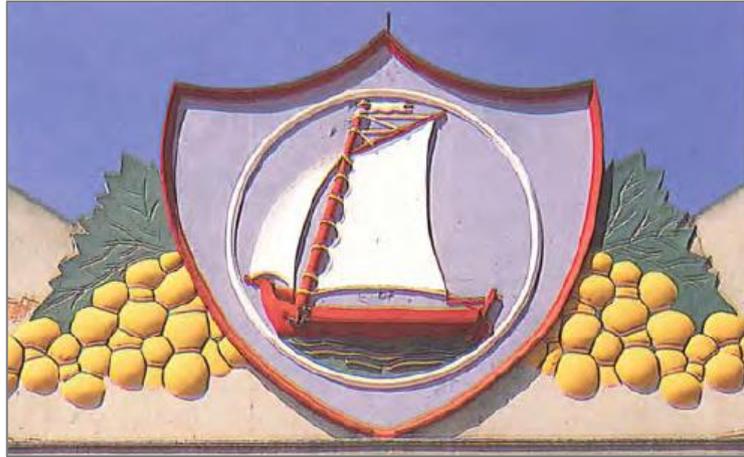


Figura 44 Logotipo da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L, presente na fachada voltada ao Rio Tejo. Fonte: Caminho do Oriente.



Figura 45 Fachada dos armazéns voltada para o rio. Na parte superior da edificação, quase na cobertura, o logotipo da indústria. Fonte: Caminho do Oriente.

Numa primeira fase, a produção consistiu na compra de vinho e de azeite diretamente dos produtores (rompendo a relação entre os agricultores com o mercado local). Estes produtos eram tratados, transformados e embalados nas instalações da fábrica, para posterior comercialização a granel e exportação. No livro *Caminho do Oriente - Guia do Património Industrial*, é também mencionado que, além dos bons recursos e táticas comerciais, a fábrica possuía uma elevada funcionalidade interna, marcada pela presença de maquinaria de qualidade:

Do interior dos armazéns destaca-se a galeria em betão, espaço onde inicialmente se depositavam pipas e garrafões, convertendo-se, mais tarde, em área da administração, dos escritórios e do laboratório. Em termos funcionais a estrutura mais monumental e importante, que subsiste das atividades de armazenamento e tratamento dos vinhos, é o conjunto das cento e setenta cubas (capacidade superior a vinte milhões de litros) e dos mecanismos de trasfega e filtragem. (...) A firma APF instalou diversas linhas de enchimento e de lavagem para garrafas e garrafões, linha de estabilização e filtragem, gaseificação, além de dispor de uma grande produção de pipas e tonéis nas suas oficinas de tanoaria. Esta grande casa de armazenamento ultrapassava a lógica dos depósitos, criando mecanismos industriais de tratamento e embalagem. (Folgado, Custódio. 1999, p. 159).

Resultante da sua expansão comercial, um segundo momento da APF ocorre quando a indústria começou a também comercializar cereais, leguminosas secas e licores. A produção de licores, em especial, o produto “A Licorista” recebeu enorme destaque em 1926, resultando em um próspero retorno financeiro e conquista de consumidores durante toda a década de 20.



Figura 46 Conjunto de imagens referente a publicidade dos licores produzidos pela APF. Na primeira, A Licorista" de 1922, para a Exposição do Rio de Janeiro. A segunda, publicidade de um licor presente no Álbum Comercial de 1928.

No final dos anos 30, o fundador Abel Pereira da Fonseca retirou-se do grupo de empresários que coordenavam a firma, passando a família de Nunes Correia a controlar toda a atividade económica. Após décadas de prósperos resultados e amplo

reconhecimento popular, a fábrica começou a dar os primeiros indícios do seu declínio. Com os abalos económicos ocasionados pela revolução do 25 de abril, a firma começou a sentir impactos na sua produção. Até o ano de 1982, a empresa manteve sua posição como a segunda maior produtoras de vinhos do país, todavia em 1989 começou a apresentar sinais de falência, o que ocasionou a necessidade pela busca de empréstimos bancários e hipotecas. Este enfraquecimento económico resultou no não pagamento dos seus trabalhadores, forçando a empresa a encerrar suas atividades em 1993¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Dado obtido na obra Caminho do Oriente, 1998, Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

CAPÍTULO 3. MARVILA ATUAL: RECONVERSÃO DOS ESPAÇOS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INDUSTRIAL

A cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em idade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que vêem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações.

Italo Calvino (1972, p.12)

3.1 A REUTILIZAÇÃO ADAPTATIVA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO EM EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

O conceito de reutilização adaptativa consiste na reconversão do uso original (ou inicial) de um determinado edifício num novo uso. Ao adaptar o edifício a novas funções, essa estratégia de conservação permite dar um novo propósito à edificação, retardando sua deterioração e prevenindo ações extremas como a obsolescência ou a demolição. Uma vez que a musealização não se apresenta como uma solução exequível para todas as edificações que apresentam valor histórico, a reutilização surge como uma alternativa que permite a preservação desses espaços através do seu uso. No entanto, as alterações arquitetônicas ligadas à prática da reutilização adaptativa não devem estar isentas de critérios e premissas prévias. Qualquer ação adaptativa deverá sempre respeitar e considerar o significado cultural da edificação, procurando conservar as principais características construtivas representativas da memória do edifício. Segundo a Carta de Burra, de 1999:

Adaptação significa modificar um sítio para se adequar ao uso existente ou a um uso proposto. *Uso* significa as funções de um sítio, bem como as atividades e práticas que podem ocorrer no local. *Uso compatível* significa um uso que respeita o significado cultural de um sítio. Este uso envolve nenhum impacto ou impacto mínimo no seu significado cultural¹⁰⁸. (1999, p.2).

¹⁰⁸ Tradução livre, do original: “*Adaptation means modifying a place to suit the existing use or a proposed use. Use means the functions of a place, as well as the activities and practices that may occur at the place.*”

Segundo a mesma carta patrimonial, compreende-se por *significado cultural* o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes e futuras¹⁰⁹. Sendo assim, a reutilização de um determinado edifício de valor histórico deverá abrigar um uso compatível com a sua identidade primária, com o propósito de articular as funções atuais com os elementos construtivos e sociais ligados com a memória da edificação.

Segundo Palmer *et al.* (2012), “a principal questão é se a reconversão mantém o caráter do edifício e as características chave do passado da construção¹¹⁰” (p.37). Pela ótica da arquitetura, os elementos chave que caracterizam uma edificação podem ser determinados inicialmente através da sua macroestrutura, considerando a volumetria originária e os elementos que a compõe, tais como o número de pavimentos, o formato e disposição das aberturas, os materiais que compõe a estrutura, ornamentos predominantes na fachada e a tipologia da cobertura.

É importante ressaltar que os critérios de intervenção devem considerar as características construtivas tanto externas quanto internas da edificação mantendo os principais elementos da construção original. Neste caso, devem ser considerados como características predominantes os elementos estruturantes internos, como escadas e pilares aparentes, assim como a disposição original das paredes, vãos livres ou mezaninos. Além disso, os materiais utilizados em revestimentos e pisos, como azulejos históricos e elementos em madeira idealmente também devem ser preservados.

Em edificações industriais, a reutilização adaptativa é frequentemente aplicada, uma vez que a própria tipologia industrial apresenta características arquitetônicas com predisposição para acomodar adaptações e novas adições. Ao analisar uma fábrica, percebe-se que a sua principal função é acomodar, originalmente, a sua maquinaria. Por tal razão, é comum que estas edificações apresentem grandes vãos, espaço interior amplo sem a presença de pilares centrais, estrutura constituída por materiais resistentes e pé direito elevado. Tais características permitem que novos usos sejam acomodados com

Compatible use means a use which respects the cultural significance of a place. Such a use involves no or minimal, impact on cultural significance.”

¹⁰⁹ Tradução livre, do original: “*Cultural significance means aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations.*”

¹¹⁰ Tradução livre, do original: “*The principal question is whether the conversion maintains the character of the building and key features of the building’s past.*”

maior facilidade, uma vez que fazem uso destes atributos, tornando-os elementos condicionantes das novas instalações que o novo uso requer. Todavia, essa prática apresenta desafios no que diz respeito à salvaguarda do carácter social destas edificações, tal como anteriormente referido. Segundo Choay:

Consistindo em reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas, em arrancá-lo a um destino museológico, a *reutilização* é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização industrial. Como mostraram e repetiram sucessivamente Riegl e Giovannoni, o monumento é assim subtraído aos riscos da desafecção para ser exposto à usura e às usurpações da utilização. Atribuir-lhe um novo destino é uma operação difícil e complexa, que não se deve fundamentar apenas sobre uma semelhança com o destino original. Esse destino deve, antes de tudo, ter em conta o estado material do edifício que, hoje em dia, exige ser apreciado em função do fluxo dos seus utilizadores potenciais. (Choay, 1992, p. 233 - 234).

Portanto, torna-se importante ressaltar que mesmo diante da facilidade em adaptar a novos usos as edificações industriais (devido as suas características arquitetónicas que permitem acomodar elementos com maior flexibilidade), é importante levar em consideração que tal aptidão não deve estimular ou permitir alterações que desconsiderem as características históricas, fazendo com que o significado social da edificação seja alterado. Ações como a retirada da maquinaria originária, demolições parciais e adições volumétricas devem ser evitadas ou, quanto praticadas, devem considerar as boas práticas patrimoniais.

3.2 A MEMÓRIA DO TRABALHO INDUSTRIAL: ANÁLISE DOS EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS, DAS REUTILIZAÇÕES E DOS SEUS USOS ATUAIS

Conforme anteriormente referido, a reutilização do património industrial de Marvila apresenta-se como o tema central de análise desta investigação. Esta análise foi realizada através de uma vasta pesquisa em campo, englobando os seis edifícios com maior significado histórico existentes na Rua do Açúcar, na freguesia de Marvila e anteriormente especificados no capítulo 2. Através da análise em campo, foi possível um vasto registo

fotográfico externo e interno destas edificações que quando comparado com fotografias históricas e desenhos arquitetónicos originais, nos fornecem uma noção das modificações que tais edificações sofreram ao longo dos anos.

3.2.1 A REUTILIZAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA DE BORRACHA LUSO-BELGA

Todas as edificações da antiga Fábrica de Borracha Luso Belga ainda existem, não sendo perceptível através da análise externa, a adição ou demolição de elementos construtivos na sua volumetria. Atualmente, o edifício principal voltado para a Rua do Açúcar, de estilo modernista com função industrial, encontra-se à venda ou disponível para arrendamento, não tendo sido possível realizar a inspeção interna do mesmo. Ao analisar o seu exterior percebe-se que sua fachada foi pouco alterada, mantendo-se os elementos ornamentais de carácter *Art Decó* originais da década de 40, época da sua construção.



Figura 47 Fachada da antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga, junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.



Figura 48 Conjunto fotográfico de pormenores dos ornamentos existentes na fachada da antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga, junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Através de uma análise comparativa entre uma fotografia histórica da edificação datada da década de 1940, percebemos que não houve grandes alterações na sua volumetria original, mantendo-se todas as aberturas e esquadrias originais ou similares às originárias.



Figura 49 Conjunto fotográfico comparativo. Na primeira fotografia, a Fábrica de Borracha-Luso Belga, pelo autor Mário Novais, na década de 40. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Na segunda fotografia, a antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga, em junho de 2021. Fonte e edição: Loraine Meister.

Os armazéns, voltados para a Rua José Domingos Barreiros, foram divididos em cinco estabelecimentos comerciais distintos, utilizados por diferentes empresas privadas. Dos cinco espaços, somente um nos permitiu o acesso interno: o armazém número 4, que atualmente acomoda as instalações de uma agência publicitária.



Figura 50 Vista lateral dos armazéns da antiga Fábrica de Borracha-Luso Belga, atualmente sendo utilizados por diferentes empresas privadas. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Internamente, a edificação mantém a sua cobertura original. Foram acrescentados elementos construtivos, sendo eles um pavimento, uma escada central e novas paredes divisórias internas. Não foram localizados quaisquer exemplares da maquinaria do período industrial neste espaço, assim como não foi possível encontrar as plantas históricas da edificação nos arquivos municipais.



Figura 51 (esquerda): Vista frontal da entrada do armazém nº 3, atualmente uma agência publicitária. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister. Figura 52 (direita): Fotografia do interior da agência publicitária, localizada dentro do armazém número 3, julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

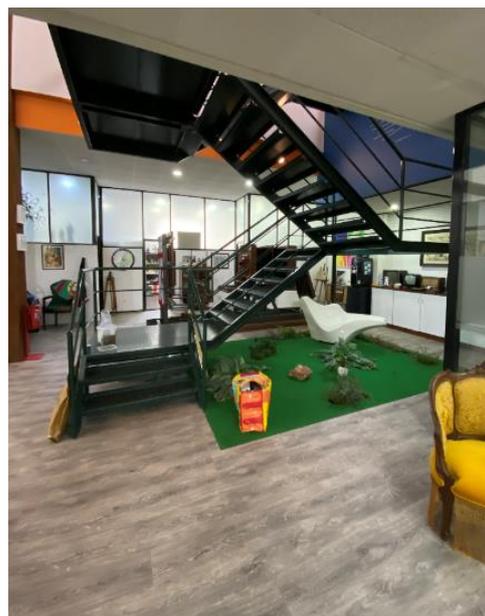


Figura 53 (inferior esquerda): Cobertura do armazém, mantendo as características e telhas originais. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister. Figura 54 Espaço interno do armazém, com a adição de uma escada central e um novo pavimento. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

3.2.2 A REUTILIZAÇÃO DA ANTIGA SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS

Ao lado da antiga fábrica de borracha, encontra-se a antiga Sociedade Nacional de Fósforos que, conforme anteriormente referido nesta investigação, estima-se que funcionou como um espaço de fabricação de fósforos até 1985. Inserida num vasto terreno de 12 mil metros quadrados, o sítio é composto por uma edificação principal, voltada para a Rua do Açúcar, e por um conjunto de armazéns que atualmente abrigam um parque industrial. Vinte diferentes empresas privadas utilizam as estruturas dos armazéns internos, acomodando as suas respetivas funções, dentre elas, uma garagem de autocarros, ateliers de design gráfico, ateliers de costura e design de moda, agência de produção cultural e cinematográfica, restaurantes, cafés e pastelarias, dentre outros. Externamente, a fachada apresenta alterações, nomeadamente a adição de elementos contemporâneos em vidro e a criação de novas aberturas de acesso.



Figura 55 - Conjunto fotográfico composto por três imagens de diferente vistas da fachada da antiga Sociedade Nacional dos Fósforos, atual parque industrial. Julho de 2021. Autoria e edição de imagens: Loraine Meister.

Através de uma análise comparativa entre a planta original do primeiro pavimento da fábrica (figura 56) datada em 1920, e uma fotografia aérea atual (figura 57) do complexo industrial, pode-se perceber que os armazéns se mantêm conforme o projeto original, sem apresentar grandes adições ou demolições. Todavia, nota-se que a “distribuição” dos armazéns para as diferentes entidades privadas ocasionou uma descaracterização do espaço, principalmente devido à pintura externa das edificações em cores diferentes (figura 58).

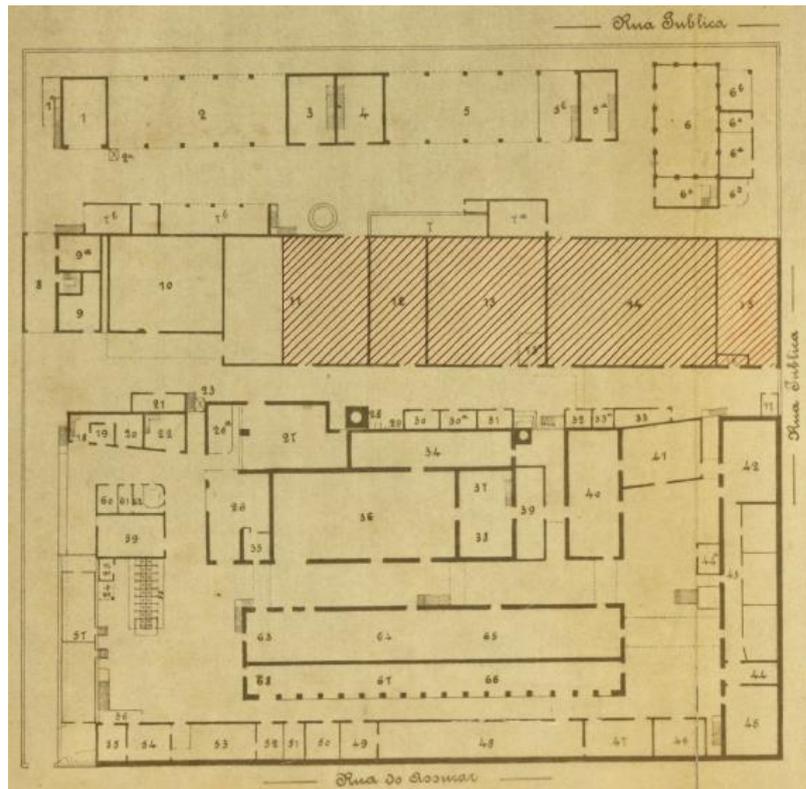


Figura 56 Planta do primeiro pavimento da antiga Sociedade Nacional de Fósforos, 1920. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Sede Arco do Cego, Obra 8517 - Processo 2320-1ªREP-PG-1920 - Folha 8.

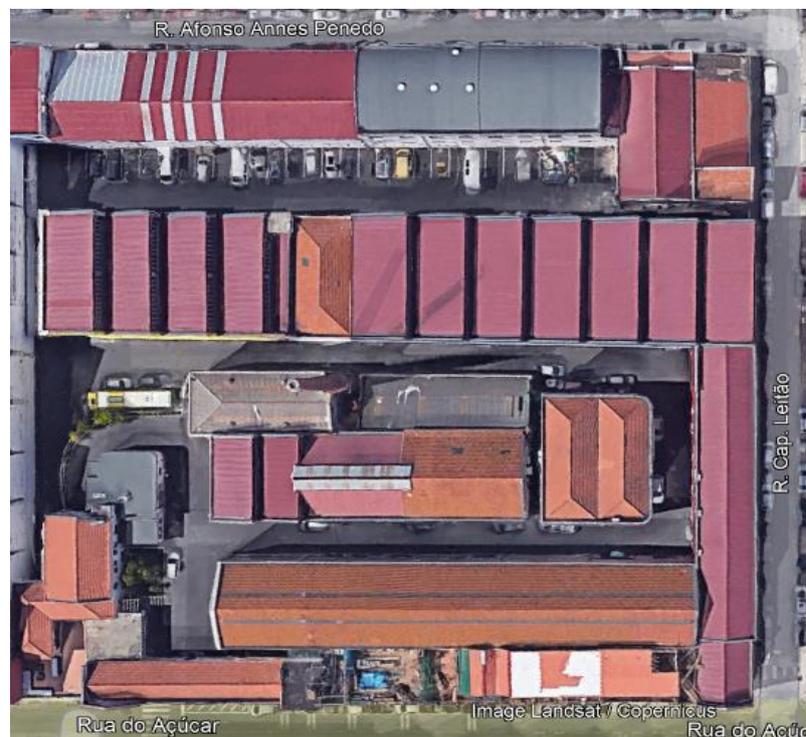


Figura 57 Fotografia área atual dos armazéns que compõe o complexo industrial da Antiga Sociedade Nacional dos Fósforos. Setembro de 2021. Fonte: Google Earth PRO. Edição: Loraine Meister.



Figura 58 Composição fotográfica apresentando 3 imagens do atual parque industrial. Julho de 2021. Autoria e edição de imagem: Loraine Meister.

Ainda na análise externa, ao comparar a fotografia histórica da fachada do edifício principal com uma fotografia recente, pode-se perceber que houve alterações nas esquadrias originais, assim como a adição de elementos na cobertura do edifício:

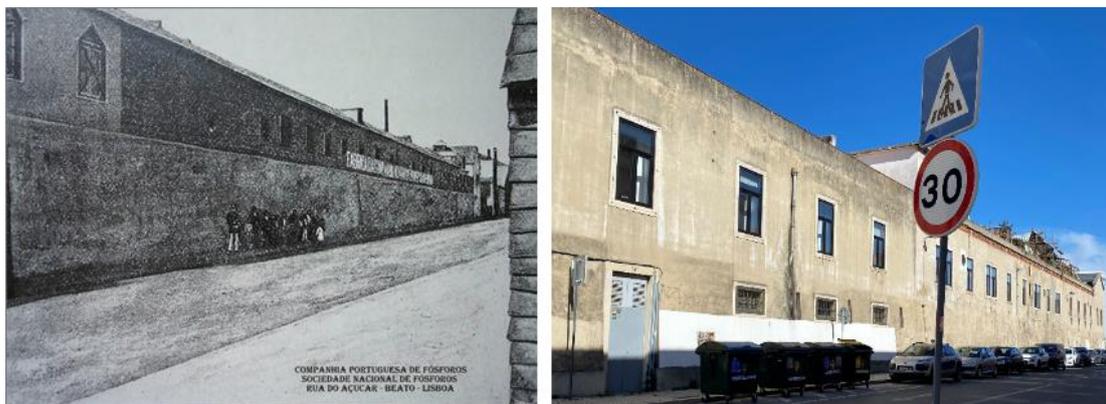


Figura 59 Conjunto fotográfico comparativo. Na primeira fotografia, a antiga Sociedade Nacional dos Fósforos, Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999. Na segunda fotografia, o atual parque industrial que utiliza a edificação, em junho de 2021.

Apesar de ainda ser possível determinar quais são os elementos originais e os que foram posteriormente adicionados na cobertura, essa ação acaba por descaracterizar a edificação, uma vez que altera a sua volumetria de tal forma que prejudicar o reconhecimento da identidade original do edifício, como podemos perceber através das imagens seguintes:



Figura 60 (esquerda): Elementos adicionados na fachada e cobertura da antiga Sociedade Nacional de Fósforos. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister. Figura 61 (direita): Elementos adicionados na cobertura da antiga Sociedade Nacional de Fósforos. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Na análise realizada no interior do complexo industrial, por razões de caráter comercial, não foi permitido o registo fotográfico dentro dos armazéns que atualmente são utilizados por diferentes empresas privadas. Todavia, foram encontrados num armazém não utilizado, elementos arquitetónicos e maquinaria que refletem a memória do trabalho industrial da antiga fábrica. Entre estes achados, está o antigo forno da Sociedade Nacional de Fósforos, responsável pela queima e produção da matéria-prima necessária para a produção do produto final. Este forno foi o único elemento remanescente encontrado nas seis edificações industriais em que foi permitido o acesso para realização desta investigação¹¹¹. A peça apresenta uma marca em ferro, que indica o ano da sua construção, 1920, pela empresa Barbrock & Wilcox Ltda.

¹¹¹ É possível que, nos espaços em que não se obteve acesso, ainda exista demais exemplares de maquinaria industrial.



Figura 62 (esquerda): Vista frontal do antigo forno da BarbcocK & Wilcox Ltda. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister. Figura 63 (direita): Vista lateral do antigo forno da BarbcocK & Wilcox Ltda. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Outro elemento de marcante identidade fabril ainda preservado no espaço é a chaminé do armazém onde localiza-se o antigo forno, constituída por tijolos e estrutura metálica. O armazém em si também mantém as suas características fabris, tal como sua volumetria original, aberturas e seus materiais construtivos, criando uma composição de elementos industriais com significativo valor histórico no seu interior.



Figura 64 (esquerda): Chaminé. Julho de 2021. Figura 65 (direita): Chaminé por um ângulo alternativo. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

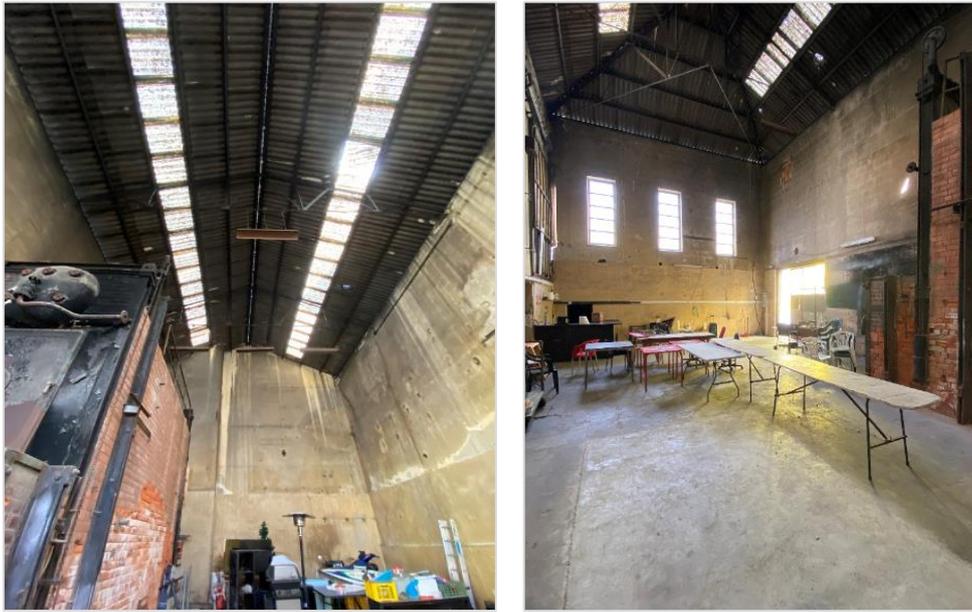


Figura 66 (direita): Cobertura do armazém. Julho de 2021. Figura 67 (direita): Armazém. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Por fim, também foi encontrado um antigo letreiro em metal, datado do ano de 1906 referente à Fábrica de Conservas Leandro. A peça encontrava-se em exposição, porém segundo o responsável do espaço, não há registos de como ou porquê ela está ali localizada.



Figura 68 - antiga placa em metal, datando o ano de 1906 e referente a Fábrica de Conservas Leandro. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

3.2.3 A ATUAL SITUAÇÃO DA ANTIGA VILA PEREIRA

A antiga vila operária conhecida por Vila Pereira, é hoje um edifício de habitação particular e não foi possível localizar o proprietário ou um responsável que desse permissão de acesso ao interior do edifício. Através da análise externa da volumetria e da fachada, comparando um desenho arquitetónico da elevação da fachada principal (figura 69) com uma fotografia atual (figura 70), assim como a comparação entre uma fotografia histórica e um registo fotográfico recente (figura de conjunto fotográfico 71), percebe-se que não foram realizadas grandes intervenções na edificação, mantendo-se as suas principais características construtivas, como as aberturas e o conjunto das dez chaminés ritmadas. Entretanto, as paredes externas encontram-se degradadas, sendo necessária a reabilitação de fachada para preservar os ornamentos originais, como a cimalha e esquadrias em madeira.

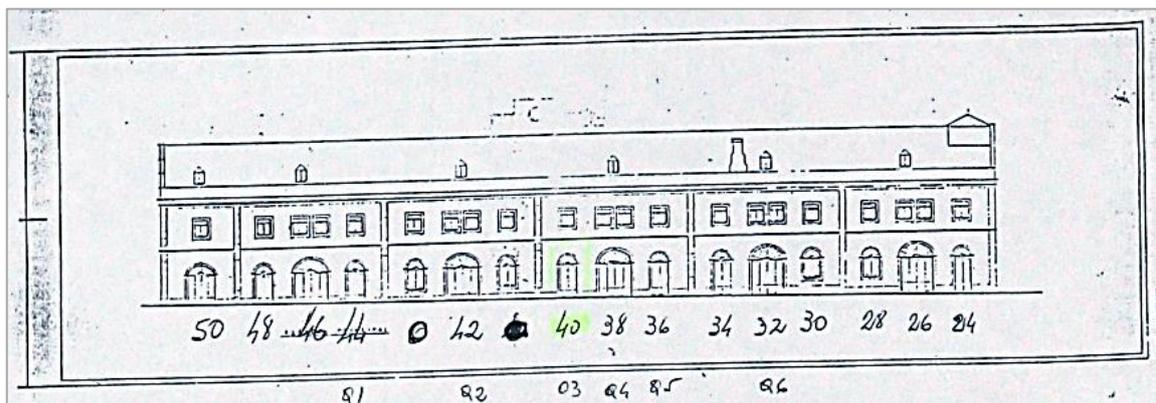


Figura 69 Desenho arquitetónico de elevação frontal da fachada voltada à Rua do Açúcar da antiga Vila Pereira. Ao compararmos com fotografias atuais, percebe-se que as aberturas permanecem conforme o desenho original. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 3339 - Processo 954-DMGU-POL-2007.



Figura 70 Fotografia da fachada principal da antiga Vila Pereira. Julho de 2021. Fonte: Loraine Meister.



Figura 71 Conjunto fotográfico de comparação. Na primeira foto, uma fotografia histórica da edificação da Vila Pereira (ou Vila Santos Lima) em 1971. Fonte: AML apud Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação. Na segunda foto, um registo atual do prédio, em junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

3.2.4 A ATUAL SITUAÇÃO DO ANTIGO PÁTIO BEIRÃO

Em situação similar ao da Vila Pereira, o antigo Pátio Beirão, que inicialmente também cumpria a função de habitação operária, atualmente permanece como um edifício residencial, o que impossibilitou uma análise ao seu interior devido à falta de permissão

por parte dos seus atuais moradores. Tal como na sua edificação vizinha, ao analisar o desenho arquitetónico da sua elevação frontal de 1933 (figura 72) e as fotografias atuais, nota-se que não houve mudanças significativas na sua fachada, para além da degradação ocasionada pela falta de manutenção. Permanece na edificação o notável portal ornamentado, junto à entrada principal, para além dos detalhes construtivos das esquadrias ornamentadas e suas portas e janelas ritmadas.

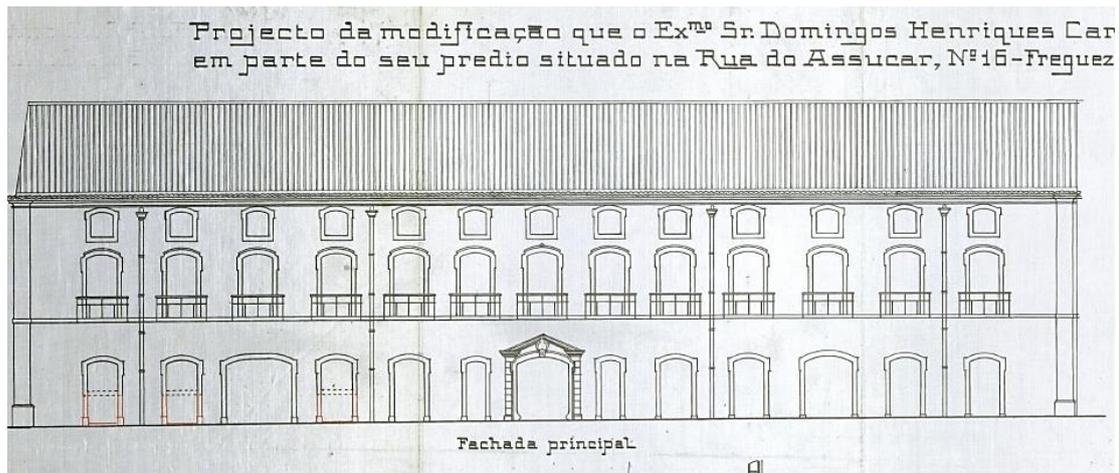


Figura 72 Desenho arquitetónico de elevação frontal do antigo Pátio Beirão. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 8512 - Proc 19984-SEC-PET-1933 - Folha 3.



Figura 73 Conjunto fotográfico comparativo entre uma fotografia histórica (1967) do antigo Pátio Beirão e sua situação atual (2021). Fonte da primeira imagem: Arquivo Municipal de Lisboa. Fonte da segunda imagem: Loraine Meister.

No piso térreo, que abrigava as zonas de armazém e cavalariças, atualmente encontra-se instalado um café. Não foi possível localizar neste espaço elementos que remetem para o período industrial da edificação.



Figura 74 (Esquerda) Interior de parte do piso térreo do antigo Pátio Beirão, que abriga atualmente um café. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister. Figura 75 (Direita) Parte do salão do café. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.



Figura 76 Fachada do antigo Pátio Beirão. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

3.2.5 A REUTILIZAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA JOSÉ DOMINGOS BARREIROS & C^a Lda

Ao chegar à Praça David Leandro Silva, percebe-se que o imponente edifício principal da antiga fábrica José Domingos Barreiros, constituído por quatro pavimentos e acentuada presença de elementos ornamentais que antigamente abrigava funções residenciais e comerciais, permanece edificado e com fachada a apresentar bom estado de conservação. Ao compararmos o desenho arquitetónico de elevação frontal da edificação, realizado em 1919 (figura 77) com uma fotografia atual (figura 78), nota-se que alguns detalhes construtivos existentes no projeto original não correspondem com o atual edifício, tais como a volumetria da porta principal, o surgimento de janelas nas laterais do segundo piso e do relógio central. Tais alterações provavelmente foram feitas na altura da construção do edifício. Mantiveram-se as suas colunas e capitéis de inspiração coríntia, elementos fitomórficos e cornijas contracurvas.



Figura 77 (esquerda) Desenho arquitetónico de elevação frontal da edificação, datado em 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 41546 - Processo 6528-1^aREP-PG-1919 - Folha 6. Figura 78 (direita) Fotografia atual da fachada do edifício, em junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Atualmente, esta seção da edificação abriga uma galeria de arte. Após uma pesquisa em campo, descobriu-se que seu uso atual faz parte de um projeto integrado, o qual tornará os demais blocos do edifício numa habitação coletiva de alto padrão, que terá

diversos apartamentos e um espaço de jardim no seu interior. O espaço ocupado pela atual galeria permanecerá disponível para a visita do público em geral e, por tal motivo, foi possível realizar um levantamento fotográfico no seu interior.

Ao entrar na edificação, percebe-se que os elementos ornamentais e construtivos de maior significância arquitetónica e histórica permaneceram no espaço, assim como a sua volumetria original, composta por quatro pavimentos (três pisos e um sótão) interligados por uma escada central em madeira, comprovados através da análise do desenho arquitetónico de corte da edificação original, produzido em 1919 (figura 79).

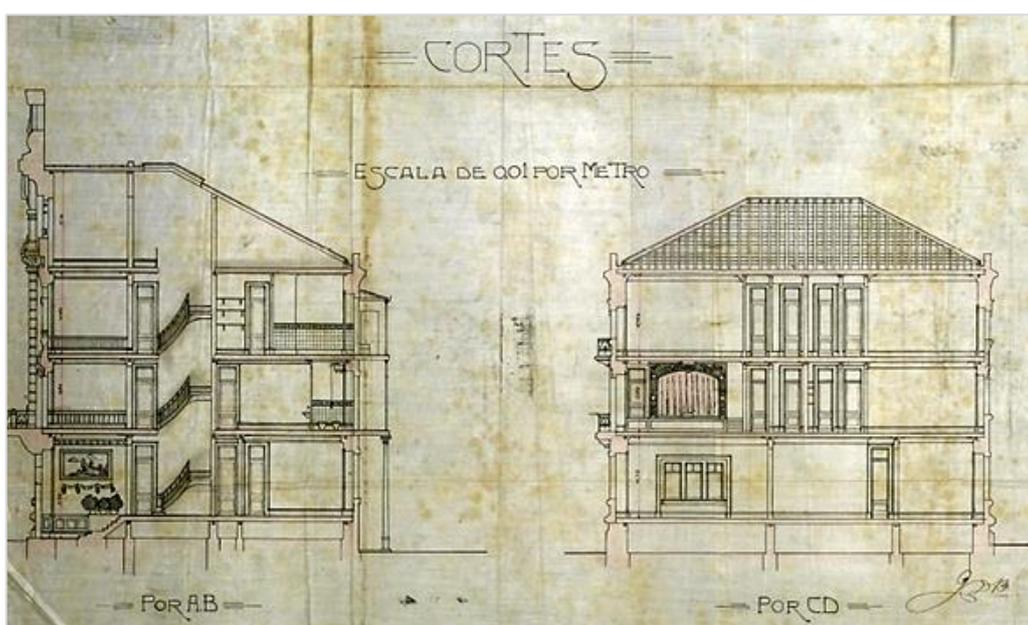


Figura 79 Desenho arquitetónico de corte da edificação, 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego. Obra 41546 - Processo 6528-1ªREP-PG-1919 - Folha 7.



Figura 80 Conjunto fotográfico. Escada central que interliga os pavimentos da edificação. Seu posicionamento, volume e materiais permanecem os mesmos. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Além da escada original em madeira, nota-se no piso do rés do chão que outros elementos arquitetônicos originais permanecem preservados no espaço. As paredes do pátio de entrada mantêm os azulejos que apresentam como temática a produção de vinho, contendo desenhos de videiras, cachos de uva e vinícolas (figura 81). Destacam-se também as portas originais em madeira, as esquadrias ornamentadas e piso em pedra (figura 82).

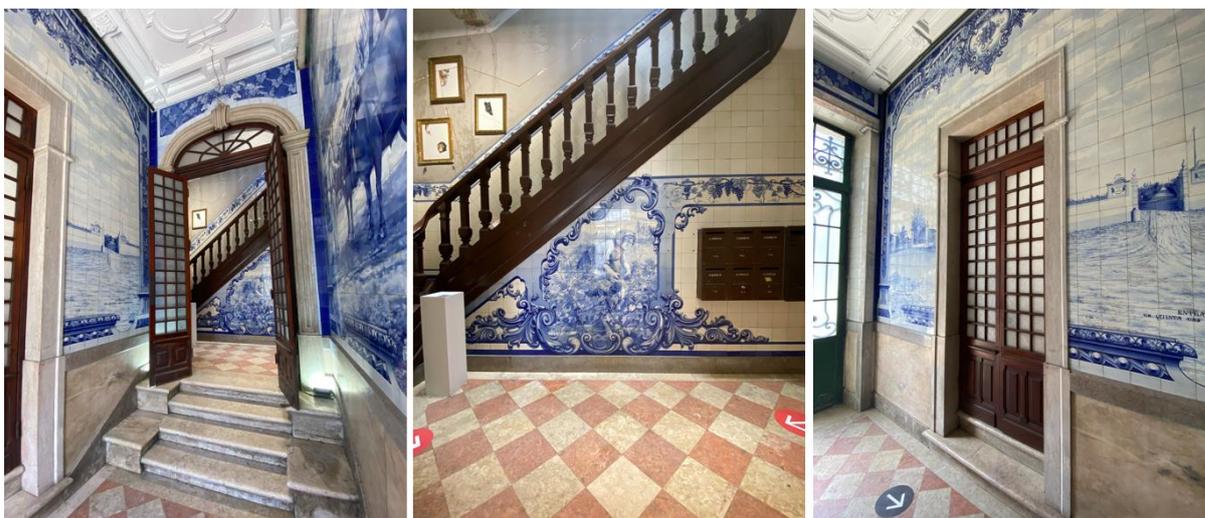


Figura 81 Conjunto fotográfico. Elementos arquitetônicos do pátio de entrada da antiga fábrica José Domingos Barreiros. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

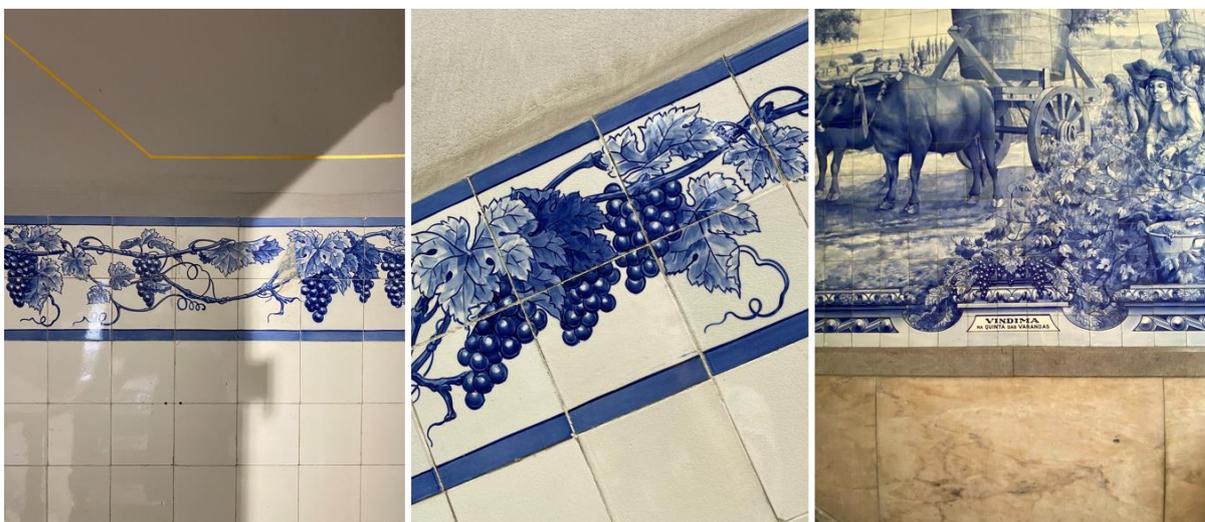


Figura 82 Conjunto fotográfico. Azulejos do pátio de entrada da antiga fábrica José Domingos Barreiros. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Ainda no rés de chão, ao analisar a planta do pavimento (figura 83, feita em 1919), nota-se que a área e as divisórias dos espaços internos permanecem as mesmas de acordo com o projeto original. Destacam-se também neste pavimento os escritórios de venda, onde ao entrar no edifício, os compradores encontravam um balcão em madeira. Tal estrutura permanece no espaço e em bom estado de conservação.

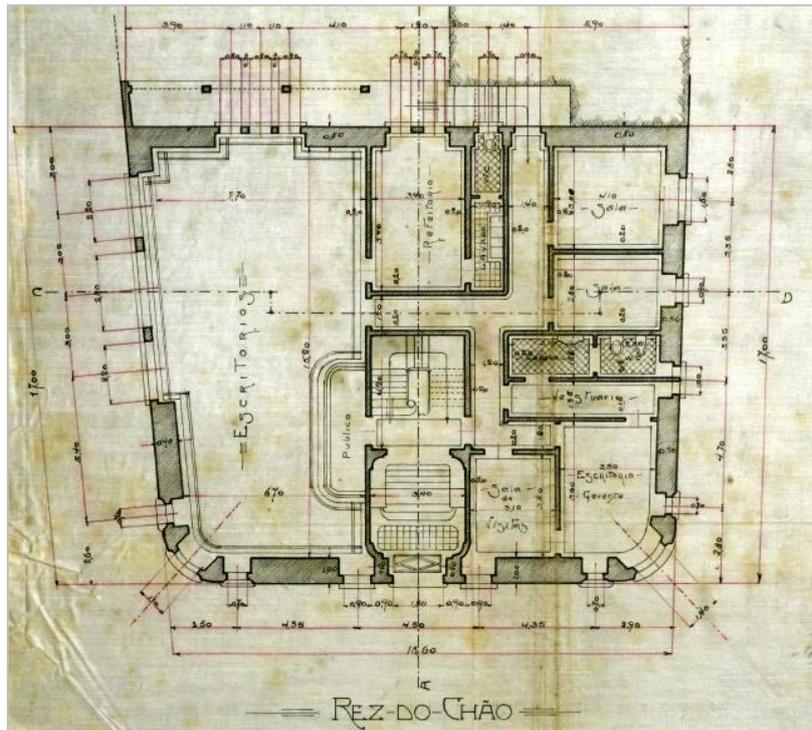


Figura 83 Planta do pavimento de rés de chão. Documento de 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 41546 - Processo 6528-1ªREP-PG-1919 - Folha 5.



Figura 84 Conjunto fotográfico do móvel e estrutura em madeira que compunham o escritório de vendas da antiga fábrica. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Nos demais pavimentos, mantêm-se os ornamentos existentes no forro em gesso e nas esquadrias das janelas e portas.



Figura 85 (Esquerda superior) Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 2º pavimento. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister; Figura 86 (Direita superior) Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 2º pavimento. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister; Figura 87 (Esquerda inferior) Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 1º pavimento. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister; Figura 88 (Direita inferior) Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 1º pavimento. Junho de 2021.

Os objetos existentes no edifício e que remetem para o período industrial da edificação limitam-se apenas a algumas ferramentas (figura 89) que, segundo o responsável pelo espaço, foram encontradas dentro da edificação e serviam para realizar a manutenção do relógio existente na fachada principal do edifício. Os grandes maquinismos de produção e engarrafamento de vinho não foram localizados.



Figura 89 Antigas ferramentas utilizadas na manutenção do relógio existente na fachada da antiga fábrica José Domingos Barreiros. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

A antiga zona dos armazéns, voltada para a Rua Fernando Palha, durante o período de pesquisa de campo desta investigação, encontrava-se fechada e sem utilização. As suas aberturas estavam vedadas, mas foi possível analisar por algumas poucas aberturas existentes que parte da sua cobertura interior estava degradada ou foi demolida.



Figura 90 Conjunto fotográfico da fachada da edificação voltada para a Rua Fernando Palha. Na última imagem, é possível perceber parte do interior da edificação. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

O mesmo ocorre nas antigas oficinas, situadas na edificação voltada para a Rua Zófimo Pedroso. Notam-se os danos na cobertura e nos espaços internos, sem quaisquer vestígios do património industrial para além da sua comprometida volumetria.

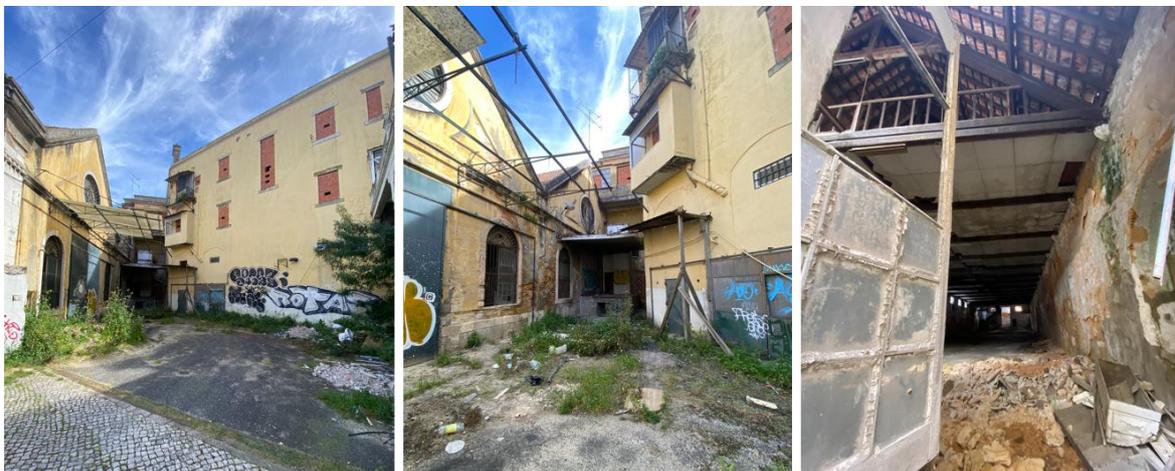


Figura 91 Conjunto fotográfico da parte da edificação voltada para a Rua Zófimo Pedroso. Na última imagem, é possível perceber parte do interior da edificação. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

3.2.6 A REUTILIZAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA SOCIEDADE COMERCIAL ABEL PEREIRA FONSECA, S.A.R.L

Considerada na década de 80 a segunda maior empresa de comercialização de vinhos em Portugal, o legado da antiga fábrica Abel Pereira Fonseca é atualmente uma edificação parcialmente obsoleta. A edificação principal localizada entre a Praça David Leandro Silva e a Av. Infante Dom Henrique, até a data desta investigação, encontrava-se devoluta, uma vez que o único estabelecimento comercial que ainda ocupava o espaço – um restaurante – encerrou suas atividades. A razão deste encerramento, segundo a população local, foi a venda da antiga fábrica a um grupo empresarial que pretende implementar na edificação e no seu entorno uma habitação coletiva. Todavia, não foi possível confirmar esta indicação devido a falta de fontes seguras que comprovem tal informação.

A fachada voltada para Praça David Leandro Silva, em estilo arquitetónico que remete para a art *nouveau*, permanece com seus elementos originais, dentre eles a

ornamentação em forma ondular, com temáticas que remetem a natureza (neste caso, a folhagem de videiras), contornos sinuosos, aplicação de materiais como o vidro e o ferro.



Figura 92 Fachada da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

No entanto, percebe-se que a falta de manutenção e ações de reabilitação ocasionadas pelo desuso do espaço, prejudicaram o seu estado de preservação. Atualmente, o edifício apresenta diversos pontos de deterioração, ações de vandalismo e aberturas vedadas em toda a sua extensão.



Figura 93 Conjunto fotográfico que mostram a deterioração em que a antiga fábrica atualmente apresenta. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Ao compararmos o desenho arquitetónico da fachada voltada para a Av. Infante Dom Henriques, feito em 1982 (figura 94) e uma fotografia atual da edificação, constata-se que os elementos principais da sua volumetria, como as aberturas originais e o icónico Logotipo da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca. S.A.R.L, se mantêm, apesar de bastante deteriorados.

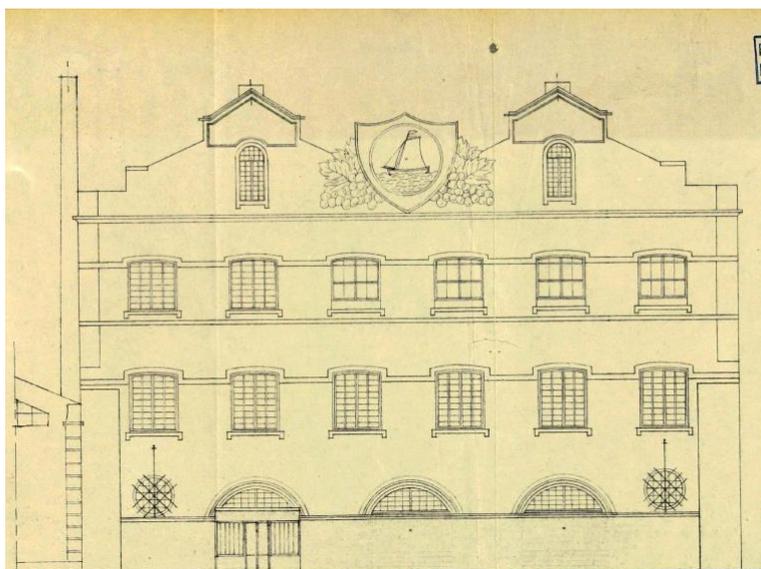


Figura 94 Desenho arquitetónico da fachada da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique, datado em 1982. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 18813 - Processo 44-DMPGU-OB-1982 - Folha 46.



Figura 95 Fotografia atual da fachada da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Os antigos armazéns de vinhos, licores, azeites e demais produtos são atualmente ocupados por diferentes empresas privadas e mantêm a volumetria prevista no projeto original (figura 96). Porém, a pintura destoante descaracteriza as edificações, perdendo-se a memória industrial do edifício como um todo.

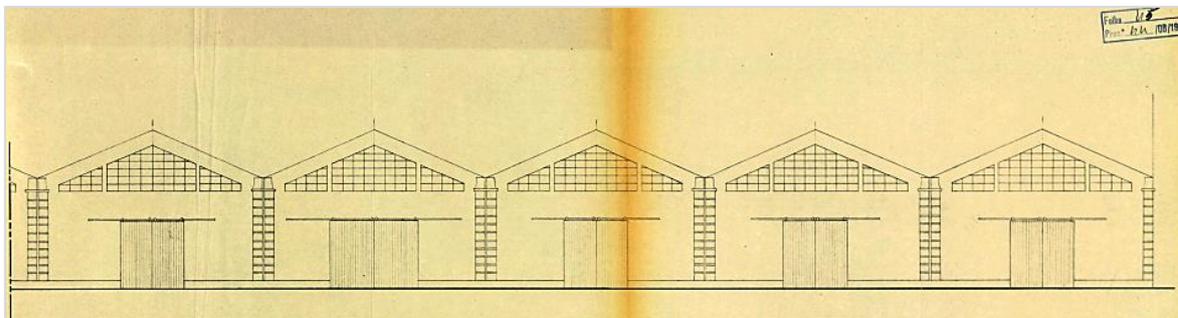


Figura 96 Desenho arquitetónico da fachada dos antigos armazéns da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique, datado em 1982. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 18813 - Processo 44-DMPGU-OB-1982 - Folha 45.



Figura 97 Fotografia atual dos antigos armazéns da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Por razões comerciais, somente um estabelecimento inserido num dos antigos armazéns permitiu a investigação e a recolha fotográfica no seu interior, sendo este um restaurante que também em breve encerrará suas atividades. Através dos registos fotográficos, percebe-se que poucos elementos originais permanecem edificados no

espaço, sendo estes a sua volumetria retangular, suas aberturas frontais (porta de entrada e janelas laterais em formato de arco, óculo arredondado próximo a cobertura) e o telhado em tesoura em duas águas composto pela estrutura de madeira (figura 98).

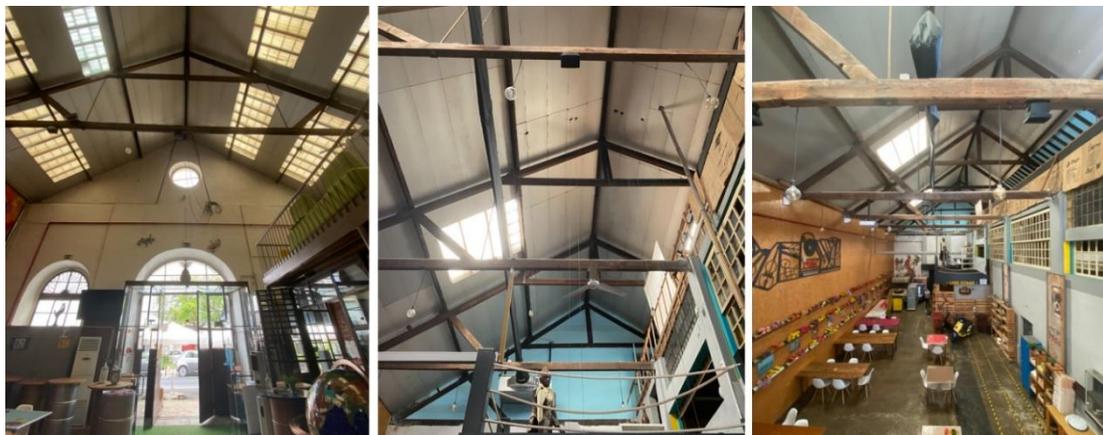


Figura 98 Conjunto fotográfico dos elementos arquitetônicos originais da edificação. Na primeira imagem, as aberturas em formato de arco e óculo; na segunda, a estrutura da cobertura; na terceira, a volumetria retangular do espaço.

Foram acrescentados diversas divisórias e novos pavimentos internos, através da criação de um mezanino e de uma escada central.

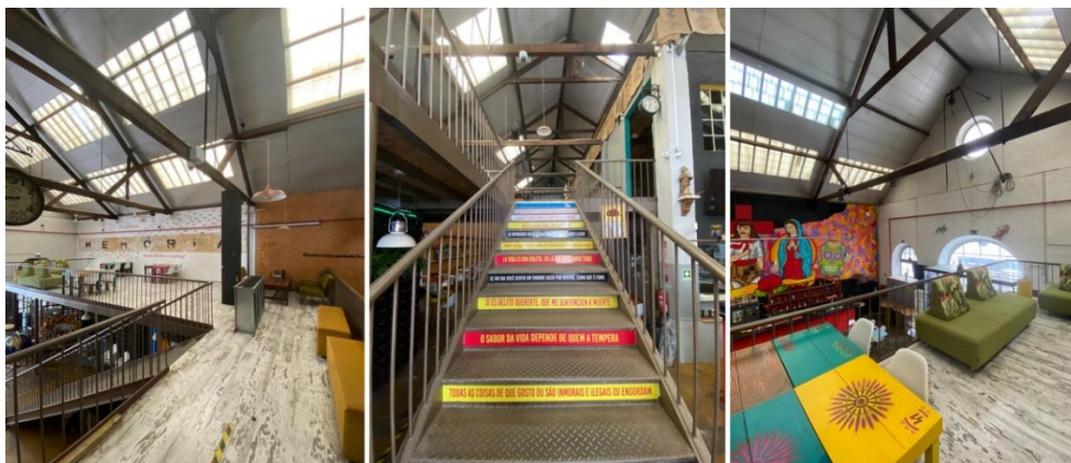


Figura 99 Conjunto fotográfico dos elementos arquitetônicos que foram acrescentados na edificação. Na primeira imagem, a estrutura metálica que originou um mezanino; na segunda, a escada central; na terceira, a vista do mezanino para o interior da edificação.

Não foi possível localizar nos espaços em que a visita e recolha de dados foi permitida, a existência de qualquer máquina que remeta para o período industrial da produção de vinho, licores, azeite e demais alimentos da antiga fábrica.

3.3 A MEMÓRIA DO TRABALHO INDUSTRIAL: TESTEMUNHOS E A MEMÓRIA COLETIVA

A memória do trabalho industrial na zona de Marvila é remanescente não somente pelo património material edificado, mas também através do património imaterial, refletido em testemunhos orais que resgatam as lembranças e vivências daqueles que fizeram parte do desenvolvimento da freguesia, especificamente, durante o século XX.

Reconhecendo a importância destes contributos para o enriquecimento das informações sobre o trabalho fabril, foram recolhidos para esta investigação três testemunhos de pessoas que possuem relação com a zona e com o seu período industrial. Deve-se ressaltar que o material obtido com esta recolha de testemunhos não se reflete em dados precisos e quantitativos sobre a zona em análise, mas demonstra noções próprias que servem para acrescentar, colaborar e fomentar as discussões sobre o património industrial marvilense.

A metodologia escolhida para esta recolha foi a entrevista semiestruturada, colocando aos participantes três perguntas: Dados básicos, como nome e idade; “Qual sua relação com Marvila?” (É morador? Ex-operário?) e por fim, uma pergunta aberta, a perguntar “Qual a sua principal memória relacionada ao trabalho fabril da Zona de Marvila?”. A partir desta abordagem, diferentes reminiscências pessoais foram obtidas de forma livre.

Inicialmente, os três participantes recordaram-se das fábricas que existiam em Marvila e como elas eram responsáveis pela aglomeração de uma grande quantidade de pessoas na freguesia. Maria Duarte, de 76 anos, é ex-moradora da zona e foi casada com um ex-operário. Viveu na freguesia em 1969 por um curto período e voltou para Marvila em 1975. Atualmente, vive no município de Castro Daire, vila do distrito de Viseu reconhecida pela grande quantidade de moradores que se mudaram para Lisboa com o intuito de trabalhar nas fábricas de Marvila. Maria relata a rotina dos trabalhadores nas fábricas que funcionavam na época:

“Era uma vida que eles faziam, do trabalho, do dia-a-dia, na Fábrica do Sabão, na Fábrica do Frito, na Fábrica da Borracha, na Fábrica da Cortiça... A Fábrica do Brito não sei se era separada de Portugal & Colónias, mas era aquela fábrica “toda de

borracha e aquelas coisas todas”. Também tinha o Abel Pereira Fonseca, o armazém. Era onde eles mantinham os vinhos. Ali, naquela redondeza havia muita, muita fábrica e trabalhavam ali quase todos. Aquele tempo não tinha nada de a ver com agora, porque as pessoas precisavam de governar a vida, e iam daqui para Lisboa. Praticamente a zona que mais empregava as pessoas era Marvila, porque havia ali muitas fábricas na redondeza, qualquer pessoa que fosse, tinha trabalho. Havia trabalho para toda a gente!”.

Abel Silva, morador da freguesia há 54 anos e filho de ex-operários também menciona a existência de um grande número de fábricas naquele período:

“Minhas memórias da zona antigamente são que as fábricas aqui eram muitas, era a Abel Pereira Fonseca, havia a da borracha, havia ali para cima os fósforos, havia mesmo muitas fábricas... A fábrica do sabão também. Isto aqui empregava milhares de pessoas, isto aqui à hora do almoço, eram ruas cheias quase nem se podia passar. Muitos saiam para almoçar a casa, pois moravam aqui perto, e as pessoas saiam, iam almoçar a casa e depois regressavam. O meu pai trabalhava na fábrica Imperial, minha mãe trabalhava na Fábrica da Borracha, e eu depois também comecei a trabalhar aos 14 anos, não bem aqui na zona, mas também aqui nos Olivais...”

Luiz Luca é proprietário de um estabelecimento em Marvila há 30 anos e se recorda de enquanto criança passar pela zona e se lembra da quantidade de unidades fabris existentes e do grande tamanho das mesmas:

“Lembro-me da fábrica dos sabões, que era aqui em cima, que era uma coisa enorme, muitos edifícios, lembro-me de um incendio que houve lá. Lembro-me da central de carvão, havia uma fábrica de energia, alimentada a carvão e estava sempre a trabalhar, eu gostava de ver! Era miúdo, tinha umas montanhas enormes de carvão e sempre a chama acesa.”

Os testemunhos continuam a mencionar, para além da quantidade considerável de fábricas que existiam na freguesia, apontamentos sobre como era a estruturação urbana

da zona no período industrial. Nota-se que, entre os elementos mais memoráveis, se destacam os transportes urbanos que eram utilizados, em especial, o elétrico e a sua significativa relação com a rotina dos operários. Segundo Abel Silva,

“Havia os elétricos que existiam aqui antigamente, transportavam muitas pessoas, tinha o chamado bilhete operário, as pessoas tiravam o bilhete e tinham que ir mais cedo para usufruir neste bilhete, para poupar algum dinheiro...”

Luiz Luca também destaca este ponto, enfatizando como este meio de transporte estava diretamente relacionado com a classe trabalhadora das fábricas:

“Havia um elétrico que atravessava Lisboa, vinha desde Algés até aqui o Poço do Bispo. Havia dois tamanhos de elétricos, os elétricos chamados operários, que eram os elétricos grandes, e os elétricos mais pequenos, que andavam dentro da cidade. Os que iam de uma ponta a outra eram os grandes e eram chamados de elétricos operários porque transportavam os operários e porque a Carris na altura faziam um desconto especial para os operários, os operários só podiam andar naqueles elétricos pagando menos, antes das oito da manhã e depois das seis da tarde. Antigamente o operariado entrava às oito e saía às dezoito e estes elétricos serviam exatamente para o transporte dos operários. Havia também um comboio, havia e há! Que atravessava Marvila, aqui na parte de cima, o Bairro Chinês era do lado de lá da linha, portanto a linha do comboio separava Lisboa, separava aqui a zona, de duas maneiras, para baixo da linha eram praticamente as fábricas e para cima era onde as pessoas moravam”

Outro elemento da estruturação urbana mencionado foram as residências operárias. Através destes testemunhos, pode-se ter uma breve noção das condições financeiras e sociais em que os operários se alojaram na freguesia, refletindo as dificuldades enfrentadas. Maria Duarte recorda que:

“Pessoas que não tinham possibilidade que eu tive, tinham que arranjar barracas para viver, porque casas não haviam, haviam muitas barracas que foram feitas de

forma clandestina, apareceram outras casas depois de serem feitas as barracas clandestinas... Havia pessoas que tinham a barraca por fora e a casa de tijolo por dentro. Não havia água em casa, havia na rua mas não havia nas casas, depois eles arranjaram uma “canga”, um “pau com dois ferros”, um pendurado em cada ponta e punham um balde ou uma lata daquelas de 20 litros, de cada lado, e depois vinham levar aquela água... As pessoas pagavam para encher os tanques. Havia muita gente que trabalhava assim, quem não tinha trabalho nas fábricas. A vida era um bocadinho dura, mas morou lá muita gente. A maior parte das pessoas está reformada, estão bem de vida, foi lá que eles fizeram a vida”.

Luiz Luca menciona a existencia dos bairros sociais que surgiram na época devido a grande quantidade de pessoas que se alocaram na freguesia:

“Havia os bairros sociais. Os trabalhadores que vinham da província e não tinham onde morar e vinham trabalhar para as fábricas, na época não ganhavam ordenados o suficiente para ter uma casa, então faziam barracas de madeira ou o que tivessem e moravam ali, a gente que na altura moravam nestes bairros eram os operários, eram gente que depois foram integradas em prédios, mas que durante muitos anos viviam ali sem muitas boas condições”.

Maria Duarte, também se recorda de nomenclaturas populares vinculadas a este bairro, das pessoas que lá habitavam e das atividades promovidas pelos moradores durante o dia a dia:

“O Bairro Chinês, aquilo era só barracas mas cada um vivia a sua vida consoante o que podia, mas todo mundo se empregou, todo mundo fazia seu trabalho. O Bairro Chinês, chamava-se “carrossel”, não sei se tinha ou não um carrossel mas as pessoas diziam que moravam no carrossel. Era um espaço grande onde muita gente se acomodou. Havia lá muita gente daqui, não só daqui, havia lá muita gente de todo lado, mas muita gente aqui, do concelho de Castro Daire havia muita gente mesmo”.

“Havia uma feira... Cabral, se chamava Cabral, que é no ponto final do autocarro, onde parava o autocarro de Marvila, havia ali uma rua, que é a Rua de Marvila, passava ali o comboio e daquele espaço pra dentro, depois atravessava-se a rua, havia uma feira, era a feira do Cabral, e iamos lá”.

Referente ao cenário atual da freguesia, assim como a condição em que atualmente estas fábricas se encontram, os testemunhos refletem desolação e reconhecem as condições precárias que parte das edificações apresentam. Segundo a visão pessoal de Abel Silva, *“o bairro parecia um formigueiro, era gente de todo lado. Hoje, dá tristeza. Ver tudo isso abandonado desta forma é triste”*. Maria Duarte finaliza seu testemunho mencionando:

“Eram fábricas fortes! Eram fábricas muito fortes e acabaram em nada. Está tudo destruído, empregavam lá muita gente, passou por lá muita gente. Hoje, está tudo modificado. A fábrica do sabão mantem-se lá, mantem-se lá o edifício, todo vandalizado e as outras estão iguais, todas vandalizadas”.

3.4 A ATUAL SITUAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DE MARVILA PELA ÓTICA DAS CARTAS PATRIMONIAIS DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

A *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial* (2003), complementada posteriormente através d’*Os Princípios de Dublin - Princípios para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial* (2011) constituem-se como os dois documentos elaborados pelo TICCIH (Comitê Internacional para a Conservação do Património Industrial) aprovados pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que apresentam diretrizes que visam a preservação e valorização do património industrial mundial. Através da leitura e entendimento das cartas, pode-se averiguar se a atual situação do património industrial de Marvila corresponde ao panorama de preservação previsto através das orientações existentes nestes documentos.

De acordo com o ponto 3 do tópico 2 da Carta de Nizhny Tagil, nomeado *Valores do Património Industrial*, percebe-se a importância do reconhecimento e preservação do património industrial não somente por suas edificações arquitetónicas, mas também da memória das pessoas que fizeram parte deste período e de objetos tangíveis vinculados ao funcionamento das edificações, como as maquinarias:

Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições. (Carta de Nizhny Tagil, 2003).

A necessidade de preservação de tais elementos também é abordada no tópico 4, intitulado *Proteção Legal*, que segundo o ponto 1:

O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. (Carta de Nizhny Tagil, 2003).

Complementada no documento d'Os Princípios de Dublin, destaca-se no tópico 2, nomeado *Assegurar uma eficaz protecção conservação de estruturas, sítios, áreas e paisagens de património industrial*, o ponto número 6, em que é referido:

É necessário adaptar e implementar, de forma apropriada, políticas adequadas e medidas legais e administrativas para proteger e garantir a conservação dos sítios e estruturas de património industrial, incluindo a sua maquinaria e documentação. (Princípios de Dublin, 2011).

Ainda, de acordo com o tópico 9:

Tendo em vista a especial importância da completude e da integridade funcional para o significado das estruturas e dos sítios de património industrial, as medidas de protecção

devem ser aplicadas aos edifícios e seus conteúdos. O seu valor patrimonial pode ser grandemente ameaçado ou diminuído se máquinas ou outros componentes importantes forem removidos, ou se elementos acessórios que façam parte do todo sejam destruídos. (Princípios de Dublin, 2011).

Ao relacionar tais diretrizes com os resultados obtidos através da pesquisa em campo, percebe-se um cenário negativo no que diz respeito a preservação de elementos tangíveis – neste caso, as maquinarias – uma vez que somente um exemplar pode ser encontrado nas edificações investigadas, sendo ele um antigo forno da empresa Barbrock & Wilcox, de 1920, ainda presente nas instalações da antiga Sociedade Nacional de Fósforos.

Além disto, a dificuldade em obter registos intangíveis - nomeadamente, testemunhos - que refletem a memória da população que fez parte deste período, permitiu conceber que a preservação do património imaterial também apresenta um cenário insatisfatório ao esperado pelas diretrizes acima mencionadas, uma vez que o número de testemunhos coletados foi inferior ao esperado e apresentou entraves que dificultaram a sua captação e registo, tais como a pouca acessibilidade ao grupo de interesse desta coleta e o retorno negativo por parte de associações existentes na freguesia em demonstrar interesse em participar desta investigação.

Tratando-se das reutilizações presentes no interior das edificações, a Carta de Nizhny Tagil apresenta diversos direcionamentos sobre como executar intervenções arquitetónicas corretamente. Descatam-se aqui o ponto 4, presente no tópico 5, nomeado *Manutenção e Conservação*:

A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga actividade. (Carta de Nizhny Tagil, 2003).

Já nos *Princípios de Dublin*, através do seu tópico 3, intitulado *Conservar e manter as estruturas, sítios, áreas e paisagens de património industrial*, ressalta no ponto 10 que:

A manutenção do uso original ou de uma nova utilização compatível constitui a solução de conservação mais frequente e, muitas vezes, a mais sustentável para assegurar a conservação de sítios ou estruturas de património industrial. Os novos usos devem respeitar os elementos significativos existentes, como os equipamentos, os padrões de circulação ou a distribuição das actividades. (Princípios de Dublin, 2011).

O documento ainda destaca no ponto 12 que, em caso de alterações espaciais significativas:

Em caso de obsolescência, desmantelamento e / ou adaptação de sítios ou estruturas industriais de interesse patrimonial, os processos industriais devem ser documentados, particularmente quando os seus componentes tiverem de ser demolidos e as máquinas removidas. A sua forma material, o seu funcionamento e localização, assim como a sua função no processo industrial, devem ser exaustivamente documentadas. Histórias orais e / ou escritas de pessoas ligadas a estes processos de trabalho devem ser também recolhidas. (Princípios de Dublin, 2011).

Verifica-se que as reutilizações executadas nas edificações analisadas respeitaram parte dos direcionamentos previstos como ideais, apresentando assim resultados parcialmente satisfatórios. São os casos das reutilizações feitas no edifício principal da antiga fábrica José Domingos Barreiros, nos armazéns da edificação Abel Pereira Fonseca e nas edificações laterais da antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga. Nestes edifícios, as suas partes não utilizadas encontram-se em estado obsoleto ou em mal estado de conservação. Todavia, os espaços que foram reutilizados, apesar de não apresentarem usos idênticos ou similares aos originais, mantêm as edificações parcialmente conservadas, preservando elementos estruturais históricos. É o caso da reutilização do edifício principal da José Domingos Barreiros, abrigo atualmente uma galeria de arte. Através da análise dos desenhos arquitetónicos e registos fotográficos históricos, nota-se que os elementos estruturais de circulação interna (como a escada de madeira central e os corredores) permanecem existentes sem grandes alterações. Ornamentos, pisos de madeira e azulejos

também foram mantidos, de forma a preservar a memória do trabalho que lá foi realizado. Já nos casos das reutilizações na antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga e armazéns Abel Pereira Fonseca, nota-se que os elementos estruturais que foram adicionados no interior das edificações são constituídos de materiais pré-moldados e facilmente removíveis (feitos em estruturas metálicas) que não danificam a volumetria original de forma prejudicial ou irreversível.

Por fim, pode-se construir um paralelo entre a atual situação das duas habitações operárias investigadas, a Vila Pereira e o Pátio Beirão, com um conceito presente no ponto 2 do tópico 5 da Carta de Nizhny Tagil, onde é apontado que “o património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário” (2003). Ao considerar a relação entre património edificado e memória social, tais edificações apresentam um forte legado comunitário e urbano, uma vez que abrigaram vários dos homens e mulheres que foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento industrial da zona.

Infelizmente, através da análise externa destas edificações, percebe-se que são necessárias ações de manutenção nestes exemplares, uma vez que as edificações encontram-se consideravelmente deterioradas. Tais ações de manutenção além de conservar estas residências, podem auxiliar no resgate identitário por parte dos seus moradores, uma vez que demonstram o reconhecimento da sua importância, a enfatizar o sentimento de pertencimento e responsabilidade por parte de quem lá habita.

3.5 INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E O RESGATE DA MEMÓRIA INDUSTRIAL

Reconhecendo que iniciativas de preservação são responsabilidade fundamental e permanente na gestão de sítios com significado cultural e tomando como referência as diretrizes apresentadas na *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial* (2003) e *n’Os Princípios de Dublin - Princípios para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial* (2011), pode-se propor iniciativas que resgatem, preservem e também divulguem o legado do período industrial marvilente.

Ao considerarmos que a Carta de Nizhny Tagil possui um tópico exclusivo dedicado a importância da inventariação, intitulado 3. *A importância da identificação, do inventário*

e da investigação, percebemos a importância desta etapa para a preservação da memória do trabalho fabril na zona de Marvila. Até a presente data, não foi possível encontrar (para além de propostas e modelos) um inventário completo, finalizado e oficializado sobre as edificações industriais existentes na zona. Segundo o documento:

O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do património industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção (...) Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registadas e conservadas, sempre que possível. (2003).

Desta forma, a primeira iniciativa de preservação sugerida é a realização de um vasto levantamento e documentação com propósito de realizar a inventariação do património material que ainda permanece na zona de Marvila, não se excluindo desta inventariação máquinas, ferramentas e documentos históricos. Ao verificar que as edificações existentes na zona, em sua maioria, apresentam condições estruturais em processo de deterioração, e que as edificações com novos usos perderam parte dos seus elementos históricos, é essencial que este inventário contemple de forma detalhada as características arquitetónicas destes espaços, tais como uma listagem precisa das ornamentações ainda existentes, atributos volumétricos de destaque e materiais estruturais originais. Também é recomendado que durante a inventariação, sejam considerados possíveis por documentos históricos e testemunhos que possam vincular os nomes e as funções de pessoas que fizeram parte do trabalho que permitia o funcionamento destas antigas fábricas.

A seguir, considerando a diretriz número 4 do tópico 1¹¹² d'Os Princípios de Dublin:

A identificação da importância dos sítios ou estruturas de património industrial requer uma abordagem interdisciplinar apoiada numa investigação e em programas educativos. Esta

¹¹² Intitulado “Estudar e compreender as estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais e o seu valor patrimonial”.

abordagem deve beneficiar de uma diversidade de fontes de conhecimento e de informação, incluindo o inventário e o registo do sítio, a investigação histórica e arqueológica, a análise de materiais e paisagens, e a história oral e / ou pesquisa em arquivos públicos, empresariais ou privados. Devem ser incentivadas a investigação e a preservação de registos documentais, arquivos de empresas, planos de construção, e espécimes de produtos industriais (...) A participação de cidadãos, comunidades e outros sectores interessados constitui também parte integrante deste exercício. (2011)

Visando promover a importância da sua preservação e o resgate da identidade industrial marvilente, sugere-se iniciativas de educação patrimonial realizadas de forma didática e acessível aos seus moradores ou público interessado. Dentre elas, é proposta a utilização de parte do edifício do Clube Oriental de Lisboa, localizado na Praça David Leandro da Silva como *um centro interpretativo de memórias do antigo trabalho industrial* da freguesia. Por ser um prédio que reflete uma forte herança social, as instalações do clube possuem potencial para atuarem como espaço expositivo permanente, para promover a mostra de fotografias, vídeos, documentos históricos com depoimentos de pessoais que narrem como sua trajetória contribuiu para o desenvolvimento industrial marvilense. O mesmo espaço pode acolher futuras confraternizações, a promover iniciativas culturais periódicas, como conversas com a participação dos antigos operários e encontros entre os novos e antigos moradores da zona, visando o debate sobre a importância do resgate da identidade local em meio as alterações urbanas causadas pelo desenvolvimento da freguesia.

Esta medida vai de acordo com o previsto no ponto 7 do tópico 4 da Carta de Nizhny Tagil, onde é destacado que “devem ser desenvolvidos todos os esforços para assegurar a consulta e a participação das comunidades locais na protecção e conservação do seu património industrial” (2011). Porém, como alcançar a comunidade local, principalmente a constituída por moradores mais antigos e fomentar a sua participação em iniciativas que visam a preservação da identidade industrial? O tópico 8 da Carta de Nizhny Tagil (2003) destaca que:

As associações e os grupos de voluntários desempenham um papel importante na inventariação dos sítios, promovendo a participação pública na sua conservação,

difundindo a informação e a investigação, e como tal constituem parceiros indispensáveis no domínio do património industrial (2011).

Assim, é importante propor como medida de intervenção o fortalecimento das associações existentes na freguesia, o incentivo à criação de novas associações (se assim necessário) e a colaboração e diálogo entre as associações e entidades privadas que estão atualmente a ocupar os edifícios da zona. O associativismo e seu carácter de equipamento comunitário tem como competência promover transformações sociais, culturais, políticas, económicas (dentre outros), ensinar a importância da defesa dos interesses comuns, buscar pelo desenvolvimento social progressivo e concordante por todos e apresentar soluções para as necessidades das comunidades na qual se insere. “A associação é uma tradução em atos do princípio da solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertenças herdadas” (Pereira, Lopes, 2011, p. 127). Fortalecer o trabalho realizado por associações culturais pode ser utilizado como uma ferramenta que deve ter como premissa aproximar a comunidade local junto às práticas de intervenções e ações na freguesia de Marvila, prezando pela forma inclusiva e considerando suas opiniões e apreciações.

Por fim, destaca-se Os Princípios de Dublin, tópico 4¹¹³, ponto 14:

O património industrial constitui uma fonte de aprendizagem que precisa de ser comunicada nas suas múltiplas dimensões. Ele ilustra aspectos importantes da história local, nacional e internacional e as interações através dos tempos e das culturas. (2013).

Considerando esta diretriz, é proposta a criação de materiais de divulgação e entretenimento que possam servir também como ferramentas educacionais e de pesquisa sobre o património industrial marvilense para aqueles que não conhecem ou não se deslocam até a zona com frequência. Nos dias atuais, a internet constitui-se como o maior meio de comunicação e difusão de informação, tornando-se indispensável para salvaguarda do património em todo o mundo. Sendo assim, sugere-se a criação de um

¹¹³ Intitulado “Apresentar e comunicar as dimensões e os valores patrimoniais de estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais para aumentar a consciencialização pública e empresarial e apoiar a educação e a investigação”.

website com finalidade de combinar um acervo de pesquisa e uma agenda cultural, apresentando através fotografias históricas, fotografias atuais, registos verbais dos antigos moradores, a história das edificações e do desenvolvimento da zona.

É pertinente que este canal de comunicação conte com a participação e colaboração das entidades privadas que atualmente reutilizam as antigas fábricas, disseminando informações sobre seus respectivos espaços, visando atrair frequentadores que cheguem à zona com um conhecimento prévio sobre a história da freguesia e consciência da importância da identidade industrial e preservação dos espaços em que estão a frequentar.

CONCLUSÃO

Ao explorar os primeiros capítulos desta investigação, compreendeu-se que o património industrial é o testemunho da sociedade industrial. O progresso do desenvolvimento dos meios de produção, modificou a forma em como o ser humano passou a se comportar no seu meio, de ora em diante caracterizado por uma maior rapidez, agilidade e funcionalidade. Tais mudanças somente foram possíveis em virtude de todos os elementos tangíveis e intangíveis que viabilizaram esta nova realidade: a construção de fábricas, a invenção de novas máquinas, a otimização de ferramentas, o trabalho de operários e operárias, os novos modos de saber-fazer... Todos estes elementos compõem a valiosa herança patrimonial da história da industrialização.

Através da construção do enquadramento histórico da freguesia de Marvila, percebeu-se a reconhecível importância da zona como um dos territórios que impulsionaram o desenvolvimento industrial lisboeta. Todavia, ao considerarmos o património industrial como um conjunto que abrange todos os elementos tangíveis e intangíveis acima mencionados, pode-se concluir que pouco restou da memória do trabalho fabril na zona. As remanescências de antigas fábricas pontuam aspetos positivos para a preservação deste património, uma vez que estas mantêm sua volumetria exterior preservada e não foram demolidas. Porém, após uma análise mais rigorosa, nota-se que muitas delas se encontram obsoletas e com divisões em avançado estado de degradação. Outro ponto a ser ressaltado é a inexistência das antigas máquinas que compunham estas fábricas, obtendo um resultado insatisfatório aos ideais de preservação dos objetos tangíveis industriais, dado que somente um exemplar pode ser localizado dentro de uma antiga fábrica. Ao longo da pesquisa, também surgiram adversidades que corroboram ao atual cenário desfavorável da preservação do património industrial da zona. A impossibilidade do acesso interno em diversas fábricas, devido ao seu carácter privado e a dificuldade em se obter um maior número de testemunhos por parte de pessoas que fizeram parte daquela época, refletem uma resposta que indica a gradual perda deste património.

Tratando-se das reutilizações, as considerações finais são divergentes. Por um lado, as edificações (ou pelo menos, as partes atualmente utilizadas) reutilizadas, garantiram a sua não demolição e manutenção. Por outro lado, pouco se manteve preservado ao que

remete ao período industrial destas edificações, uma vez que os novos usos não correspondem aos usos originais dos espaços. Além disso, visando um maior aproveitamento dos espaços, notaram-se muitas mudanças no interior das edificações, descontextualizando-as do seu original caráter industrial.

A partir do cenário apresentado, surgem questões pertinentes a respeito do que podemos esperar para o futuro do património industrial marvilense, levando em conta que a freguesia dispõe de exemplares arquitetónicos com grande potencial para intervenções que procurem a sua recuperação. Considerando que o resgate do património cultural deve estar em concordância com os processos de mudanças nos meios em que estes estão inseridos, torna-se fundamental a realização de ações que tenham o objetivo de resgatar os resquícios da herança industrial indo em encontro com as atuais transformações da zona, conciliando as memórias do passado com o *desenvolvimento* de boas práticas que permitirão a conservação e perpetuação deste património no futuro. Assim, pode-se concluir que a presente investigação permitiu determinar o ponto de situação do atual estado de preservação do património industrial marvilense, mas também gerar uma maior conscientização a respeito da importância em preservar a memória do trabalho fabril.

FONTES

Hemeroteca Digital. **Arquivo pittoresco: semanário ilustrado**. Castro e Irmão, ed. Litografia do Mosteiro de S. Félix e Santo Adrião. 1864. Impresso Nº 57, página 373, tomo VII.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. **Processos de Obras**. Obra 3339 - Processo 954-DMGU-POL-2007 - Folha 12.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. **Processos de Obras**. Obra 8517 - Processo 2320-1ªREP-PG-1920 - Folha 8.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. **Processos de Obras**. Obra 8512 - Processo 19984-SEC-PET-1933 - Folha 3.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. **Processos de Obras**. Obra 18813 - Processo 44-DMPGU-OB-1982 - Folha 45 e Folha 46.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. **Processos de Obras**. Obra 41546 - Processo 6528-1ªREP-PG-1919 - Folha 5 e Folha 6.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-AJG-004696.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-EDP-000950.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-EDP-001650.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-KPI-I00291.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-VGF-000783.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-VGF-000786.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-SPT-000166 e SPT-000167.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. Referência PT-AMLSB-SPT-000195.

BIBLIOGRAFIA

Assembleia da República. (2001) **Lei de base do Património Cultural Português - Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.**

AGUIAR, Á.; MARTINS, M. M. F. (2004) **O Crescimento da Produtividade da Indústria Portuguesa no Século XX. Investigação – Trabalhos em curso - nº 145.** CEMPRE - Centros de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

CALVINO, I. (1990) **As Cidades Invisíveis.** 2ª edição. São Paulo. Editora Companhia das Letras.

CASTRO, A. (1976) **A Revolução Industrial em Portugal no século XIX.** 3ª edição. Porto: Limiar.

Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 (1998) **Caminho do Oriente.** Lisboa: Área PROMARK – Parque EXPO98. S.A.

CONSIGLIERI, C.; ABEL, M. (2002) **O Formoso Sítio de Marvila.** Marvila: Junta de Freguesia de Marvila.

CONSIGLIERI, C.; ABEL, M. (2006) **Lisboa em Topomínia: Marvila.** Lisboa : Dinalivro.

CONSIGLIERI, C.; RIBEIRO, F.; VARGAS, J. M.; ABEL, M. (1993). **Pelas Freguesias de Lisboa – São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais.** Lisboa: Pelouro da Educação.

CORDEIRO, J. M.; RODRIGUES, R. A. (2017) **Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial.** Faces da História, Assis-SP, v.4, nº1, p. 07-29, jan.-jun., 2017.

CHOAY, F. (1979) **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** Estudos, volume 67. São Paulo: Perspectiva.

CHOAY, F. (1999) - **Alegoria do Património.** Coimbra: Edições 70.

DELGADO, R. (1969) **A Antiga Freguesia dos Olivais.** Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa.

DIAS, F da S.; DIAS, T. da S., . (1993) **Lisboa: Freguesia dos Olivais.** Lisboa: Editora Contexto.

FOLGADO, D. (2021) **A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933 – 1968): Da Fábrica ao Território de Lisboa.** Lisboa: Livros Horizonte.

FOLGADO, D.; CUSTÓDIO, J. (1999) **Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial**. Lisboa: Editora Livros Horizonte.

FOURASTIÉ, J. (1971) **A grande esperança do século XX**. São Paulo. Editora Perspectiva.

FURTADO, F. (2020) **A Ferrovia em Portugal: Presente, Passado e Futuro**. Ensaios da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

GEHL, J. (2012) **Cidade para Pessoas**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva.

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – Austrália. (1999) **Carta de Burra**.

ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, TICCHI - Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial. (2011) **Carta Os Princípios de Dublin - Princípios conjuntos do ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial**.

LYNCH, K. (2014) **A Imagem da Cidade**. Primeira edição publicada em 1960. Lisboa: Edições 70.

MATOS, A. C de; SALES, T. B; RODRIGUES, R. A. (2018). **Conversando sobre Património Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens**. Sobral: Edições UVA.

MATOS, A. C de; RIBEIRO, I. M; SANTOS, M. L (2003) **Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas de valorização**. APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

MATOS, J. S de; PAULO, J. F. (1999 – a) **Caminho do Oriente – Guia Histórico I**. Volume 1. Lisboa: Editora Livros Horizonte.

MATOS, J. S de; PAULO, J. F. (1999 - b) **Caminho do Oriente – Guia Histórico II**. Volume 2. Lisboa: Editora Livros Horizonte.

MARTINS, G d’O. (2020) **Património Cultural: Realidade Viva**. Ensaios da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. (1881) **Inquérito Industrial de 1881**. Imprensa Nacional, Lisboa.

PALMER, M; NEVELL, M; SISSONS, M. (2012) **Industrial Archaeology: A Handbook**. CBA Practical Handbook.

PEREIRA, J D L; LOPES, M de S. (2011). **A animação sociocultural, associativismo e educação**. Editora: Intervenção.

REIS, J. (1987) **A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913**. *Análise Social*, vol. XXIII (96), 207-227.

RIOUX, J P. (1982) **A Revolução Industrial**. Lisboa: Publicações D. Quixote.

ROSSI, A. (2016) **A Arquitetura da Cidade**. Primeira edição publicada em 1966. Lisboa: Edições 70.

SEGAL, D; DEFRANCESCO, J L. (2014) **Labor History: The First Factory Strike**. In *These Times Magazine*.

SILVA, M M R. (2019) **Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo**. *Cadernos do Arquivo Municipal; Série II; Número 6*. Edição intitulada *Históricas de Casas e de Quem lá Vive(u)*. Julho – dezembro de 2019.

SILVA, M M R. (2013) **Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana**. Dissertação submetida para a obtenção do grau de Mestre em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património do ISCTE – IUL – Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de História, com orientação da Doutora Maria Luísa Brandão.

SIMANL, J; CARLOS, M S. (2018) **Carta de Sevilla de Património Industrial – Los Retos del Siglo XXI**. VII Seminario de Paisajes Industriales de Andalucía.

TICCIH - Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial. (2003) **Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial**.

HENDERSON, W. O. (1969) **Revolução Industrial**. Publicado originalmente com o título *The Industrialization of Europe*, THAMES, HUDSON. Lisboa. Editora Verbo.

ÍNDICE DE IMAGENS

Nota: todas as imagens possuem licença de uso e reprodução de acordo com os seus respetivos provedores, indicados nas fontes ou nos anexos desta investigação.

Figura 1 Mapa da cidade de Lisboa. Em vermelho, a freguesia de Marvila.

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/27/Marvila_%28Lisboa%29_localiza%C3%A7%C3%A3o.svg (acesso: 20 de abril de 2021).

Figura 2 Mapa esquemático de localização. Em vermelho, a zona de estudo analisada nesta investigação. Fonte e edição: Loraine Meister.

Figura 3 Zona industrial da cidade de Bournville, Inglaterra. 1926. Autor desconhecido.

Fonte: Wellcome Collection *apud Industrial Revolution: damaging psychological 'imprint' persists in today's populations*. Universidade de Cambridge. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/m7jarbgt> (acesso: 20 de abril de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>.

Figura 4 Mulheres operárias trabalhando numa fábrica durante a Primeira Guerra Mundial. Autor desconhecido.

Fonte: Wellcome Collection. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/j4pdke8u> (acesso: 20 de abril de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>.

Figura 5 Primeira locomotiva no caminho de ferro Stockton & Darlington, 1925. Autor desconhecido.

Fonte: Wikimedia Commons, pelo utilizador Andy Dingley. Railway Museum. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Locomotion_\(1925_cavalcade\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Locomotion_(1925_cavalcade).jpg) (acesso: 20 de abril de 2021). Licença de uso: imagem de domínio público.

Figura 6 Pintura intitulada "The Iron Rolling Mill" (1875, oil on canvas). Autoria do pintor alemão Adolph Menzel e conhecida por ser a primeira pintura que retratou uma fábrica e vida profissional exercida dentro deste espaço.

Fonte: Wikimedia Commons, pelo utilizador Illustratedjc. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Adolph_Menzel_-_Das_Eisenwalzwerk_-_The_Iron-Rolling_Mill_-_1872-1875.JPG (acesso: 20 de abril de 2021). Licença de uso: imagem de domínio público.

Figura 7 Fábrica siderúrgica de Völklingen, Alemanha, 2010. Autor: Rainer Lippert.

Fonte: Wikimedia Commons, pelo utilizador e autor Rainer Lippert. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:V%C3%B6lklinger_H%C3%BCtte,_3.jpg (acesso: 29 de junho de 2021). Licença de uso: imagem de domínio público.

Figura 8 Mulheres em greve frente à fábrica de vestidos Besserman's Dress, em março de 1958. Autor Desconhecido.

Fonte: Creative Commons. Do original: ILGWU Local 145 strike outside of Besserman's Dress Factory, March 15, 1958, by Kheel Center, Cornell University. Disponível em:

<https://search.creativecommons.org/photos/19d773bb-8496-4cc3-91aa-27cb38681499> (acesso: 24 de julho de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 2.0 Genérico (CC BY 2.0), disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/deed.pt>.

Figura 9 Quadros informativos - Quantidade de máquinas a vapor existentes em Portugal Continental entre 1835 e 1852.

Fonte: Quadro publicado em Inquérito Industrial de 1881, p. xxii.

Figura 10 Antiga plataforma da estação Euston, em Londres, em 1962. Autor: Ben Brooksbank.

Fonte: geograph.org.uk. atribuído em Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Euston_old_platform_4-5_geograph-2991926-by-Ben-Brooksbank.jpg (acesso: 24 de julho de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 2.0 Genérico (CC BY 2.0), disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/deed.pt>.

Figura 11 Interior da mina de sal Wieliczka, Polónia, 2015. Autor: LoMit

Fonte: Wikimedia Commons, pelo utilizador LoMit. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wieliczka-kinga.jpg> (acesso: 24 de julho de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>.

Figura 12 Conjunto de fotografias de pormenores da Central Tejo, antigo Museu da Eletricidade e atual edifício integrante do MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia. Na primeira imagem, o pormenor de uma chaminé. Na segunda imagem, a sala das Caldeiras, parte integrante do património material de maquinarias existentes no espaço. Na terceira imagem o detalhe de uma abertura, na Sala dos Geradores. Na quarta imagem, a fachada do edifício.

Fonte: Fotografias Loraine Meister, junho de 2021.

Figura 13 Mapas do desenvolvimento urbano de Lisboa. Séculos XII/XX.

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses *apud* Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Edição 2013. Disponível em:

https://www.aml.pt/index.php?cp=COMPONENT_TEXT&sr=SUS57ED36183CF6D&item= (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 14 Panorâmica de Lisboa oriental. Em primeiro plano à direita, o palácio da Mitra, em segundo plano, junto da chaminé, a Torrinha de Marvila. 1949.

Fonte Arquivo Municipal de Lisboa. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-EDP-001650. Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=208120&type=PCD> (acesso: 15 de março de 2021).

Figura 15 Pormenor da Planta Topográfica da cidade de Lisboa. Segunda metade do século XVIII.

Fonte: Caminho do Oriente I, 1999, p. 16.

Figura 16 Mapa georreferenciado. Cartografia Histórica de Tinoco (1650) sobreposto ao mapa atual. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa, 2017. Edição: Loraine Meister. Fonte: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa> (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 17 Conjunto de imagens. Pormenores do limite da cidade de Lisboa no século XVII (à oriente) pela Cartografia Histórica de Tinoco (1650) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa, 2017.

Edição: Loraine Meister. Fonte: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa> (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 18 Mapa georreferenciado. Cartografia Histórica de Filipe Folque (1856 – 1858) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa, 2017.

Edição: Loraine Meister. Fonte: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa> (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 19 Pormenor do limite da cidade de Lisboa no século XVIII (à oriente) pela Cartografia Histórica de Filipe Folque (1856 – 1858) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa, 2017.

Edição: Loraine Meister. Fonte: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa> (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 20 Mapa georreferenciado. Cartografia Histórica de Silva Pinto (1911) sobreposto ao mapa atual da cidade. Produção gráfica afeita através da ferramenta disponível pelo INE, Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin e Câmara Municipal de Lisboa, 2017. Edição: Loraine Meister. Fonte: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa> (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 21 Pormenor da extensão da Rua do Açúcar e Poço do Bispo. Cartografia Histórica de Silva Pinto (1991). Edição: Loraine Meister. Fonte: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/dataset/cartografia-historica-de-lisboa> (acesso: 28 de março de 2021).

Figura 22 Fábrica de Gás de Belém, implosão da segunda chaminé, 1950. Câmara Municipal de Lisboa. Repartição dos Serviços Culturais. Secção de Propaganda e Turismo. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Referências Arquivo Municipal de Lisboa - Ref PT-AMLSB-SPT-000166 e PT-AMLSB-SPT-000167. Disponíveis em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=210968&type=PCD> e <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=210969&type=PCD> (acesso: 21 de março de 2021).

Figura 23 Fábrica de Gás da Matinha, gasómetros em construção, 194-. Kurt Pinto.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-KPI-I00291.

Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=224238&type=PCD>

(acesso: 21 de março de 2021).

Figura 24 Litografia do Mosteiro de S. Félix e Santo Adrião. Arquivo Pitoresco, 1864. Impresso Nº 57, página 373, tomo VII.

Fonte: Hemeroteca Digital, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArchivoPittoresco_TomoVII.htm (acesso: 03 de março de 2021).

Figura 25 Litografia que representa o Palácio da Mitra (Palácio Patriarcal de Marvila). Arquivo Pitoresco, 1868. Impresso Nº 28, página 221, tomo VII.

Fonte: Hemeroteca Digital, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArchivoPittoresco_TomoVII.htm (acesso: 03 de março de 2021).

Figura 26 Olivais. Gravura do século XIX.

Fonte: DELGADO, Ralph. *A Antiga Freguesia dos Olivais*, 1969, p. 14.

Figura 27 Zona de urbanização: abertura de uma rua na zona do Poço do Bispo. Eduardo Macedo Portugal, 1949.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-EDP-000950.

Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=208020&type=PCD> (acesso: 06 de março de 2021).

Figura 28 Interior do Pátio Beirão, na Rua do Açúcar. Fotografia intitulada Casa Antiga na Rua do Açúcar, por Vasco Gouveia Figueiredo, 1967. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Referência PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-VGF-000786. Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=260583&type=PCD> (acesso: 02 de março de 2021).

Figura 29 Descarga de sal. Artur João Goulart, 1963 – 64.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=245636&type=PCD> (acesso: 07 de março de 2021).

Figura 30 Mapa dos Foros de Marvila, 1752.

Fonte: MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira. *Caminho do Oriente II*, 1999, p. 105.

Figura 31 Pormenor da Carta das Linhas da Fortificação de Lisboa, 1835.

Fonte: Harvard University: Harvard Library and Harvard Map Collection.

Disponível em: <https://id.lib.harvard.edu/curiosity/scanned-maps/44-990113021970203941> (acesso: 14 de março de 2021). Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Figura 32 Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa, 1950.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=223558&type=PCD> (acesso: 14 de março de 2021).

Figura 33 Conjunto de fotografias da extensão da Rua do Açúcar e da Praça Leandro David Silva, 2021.

Fonte e edição: Loraine Meister.

Figura 34 Mapa esquemático da localização e identificação das edificações. 2021.

Produção: Loraine Meister.

Figura 35 Edifício da Fábrica de Borracha Luso-Belga. Década de 40. Autor: Mário Novais.

Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/5369434985/in/photolist-23tJzZj-2kfpoGp-23tJAvE-23tJAuC-JzB9tP-23wutdc-23tJbX7-2k55gKY-FoFdp5-23tJAyL-23tJAsU-23wuta6->

23wusLR-23wut56-23wusZ6-23wusUg-23tJbT9-23tJzWy-23wusFv-JzB9cB-23tJA6w-23tJbWq-23tJbUw-FoFdDU-22a76P2-22a76SD-JzB9ii-23tJbRW-22a76U2-2kY5uDw-2kfoXYA-2kfk8k-9btLun-9bwTiY-9btLqx-2kY4tfe-9bwSPq-9btKSZ-9bwSYJ-9btLAB-9bwSKu-9btKXg-9btKNX-FoFdk/ <https://www.flickr.com/photos/159035526@N05/40344290072/> (acesso: 24 de março julho de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 2.0 Genérico (CC BY 2.0), disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/deed.pt>.

Figura 36 Trabalhador da Fábrica de Borracha Luso-Belga. Década de 40. Autor: Mário Novais.

Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Disponível em: [https://www.flickr.com/photos/159035526@N05/with/25517243907/](https://www.flickr.com/photos/biblarte/5369437151/in/photolist-23tJzZj-2kfpoGp-23tJAvE-23tJAuC-JzB9tP-23wutdc-23tJbX7-2k55gKY-FoFdp5-23tJAYL-23tJAsU-23wuta6-23wusLR-23wut56-23wusZ6-23wusUg-23tJbT9-23tJzWy-23wusFv-JzB9cB-23tJA6w-23tJbWq-23tJbUw-FoFdDU-22a76P2-22a76SD-JzB9ii-23tJbRW-22a76U2-2kY5uDw-2kfoXYA-2kfk8k-9btLun-9bwTiY-9btLqx-2kY4tfe-9bwSPq-9btKSZ-9bwSYJ-9btLAB-9bwSKu-9btKXg-9btKNX-FoFdk) (acesso: 24 de março de julho de 2021). Licença de uso e reprodução abrangida pela Atribuição 2.0 Genérico (CC BY 2.0), disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/deed.pt>.

Figura 37 Publicidade da Fábrica de Borracha Luso-Belga, em destaque, os calçados Lusbel, publicado na Gazeta dos Caminhos de Ferro N.º 1333, 1943.

Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/159035526@N05/with/25517243907/> (acesso: 24 de março de 2021).

Figura 38 Anúncio da Companhia Portuguesa de Fósforos para a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1922.

Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial. 1999. p. 144.

Figura 39 Fachada da Fábrica de Fósforos, Rua do Açúcar. Sem data.

Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial. 1999. p. 145 *apud* Excursion industrial de Lisboa à Thomar, p. 39.

Figura 40 Fotografia histórica da lateral do prédio da Vila Santos Lima, 1971, João H. Goulart.

Fonte: AML *apud* Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação Urbana por Maria Margarida de Almeida Reis e Silva, 2013, p. 85.

Figura 41 Pormenor da planta do 1º piso da Vila Pereira.

Fonte: AML *apud* Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação Urbana por Maria Margarida de Almeida Reis e Silva, 2013, p. 86.

Figura 42 Entrada principal do Pátio Barão, 1967. Fotografia intitulada Casa Antiga, por Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=260580&type=PCD> (acesso: 29 de março de 2021).

Figura 43 Conjunto fotográfico da edificação da antiga Fábrica José Domingos Barreiros, 2021.

Fonte: Loraine Meister.

Figura 44 Logotipo da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca. S.A.R.L, presente na fachada voltada ao Rio Tejo. Fonte: Caminho do Oriente, 1998, p. 121.

Figura 45 Fachada dos armazéns voltada para o rio. Na parte superior da edificação, quase na cobertura, o logotipo da indústria.

Fonte: Caminho do Oriente, 1998, p. 124.

Figura 46 Imagens de publicidade dos licores produzidos pela APF. Na primeira, A Licorista" de 1922, para a Exposição do Rio de Janeiro. A segunda, publicidade de um licor presente no Álbum Comercial de 1928.

Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Histórico, 1999, p. 161.

Figura 47 Fachada da antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga, junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 48 Conjunto fotográfico de pormenores dos ornamentos existentes na fachada da antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga, junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 49 Conjunto fotográfico comparativo. Na primeira fotografia, a Fábrica de Borracha-Luso Belga, pelo autor Mário Novais, na década de 40. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Na segunda fotografia, a antiga Fábrica de Borracha Luso-Belga, em junho de 2021. Fonte e edição: Loraine Meister.

Figura 50 Vista lateral dos armazéns da antiga Fábrica de Borracha-Luso Belga, atualmente sendo utilizados por diferentes empresas privadas. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 51 Vista frontal da entrada do armazém nº 3, atualmente uma agência publicitária. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 52 Fotografia do interior da agência publicitária, localizada dentro do armazém número 3. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 53 Cobertura do armazém, mantendo as características e telhas originais. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 54 Espaço interno do armazém, com a adição de uma escada central e um novo pavimento. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 55 Conjunto fotográfico composto por três imagens de diferente vistas da fachada da antiga Sociedade Nacional dos Fósforos, atual parque industrial. Julho de 2021. Autoria e edição de imagens: Loraine Meister.

Figura 56 Planta do primeiro pavimento da antiga Sociedade Nacional de Fósforos, 1920. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Sede Arco do Cego, Obra 8517 - Processo 2320-1ªREP-PG-1920 - Folha 8.

Figura 57 Fotografia área atual dos armazéns que compõe o complexo industrial da Antiga Sociedade Nacional dos Fósforos. Setembro de 2021. Fonte: Google Earth PRO. Edição: Loraine Meister.

Figura 58 Composição fotográfica apresentando 3 imagens do atual parque industrial. Julho de 2021. Autoria e edição de imagem: Loraine Meister.

Figura 59 Conjunto fotográfico comparativo. Na primeira fotografia, a antiga Sociedade Nacional dos Fósforos, Fonte: Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, 1999. Na segunda fotografia, o atual parque industrial que utiliza a edificação, em junho de 2021.

Figura 60 Elementos adicionados na fachada e cobertura da antiga Sociedade Nacional de Fósforos. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 61 Elementos adicionados na cobertura da antiga Sociedade Nacional de Fósforos. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 62 Vista frontal do antigo forno da Barbrock & Wilcox Ltda. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 63 Vista lateral do antigo forno da Barbrock & Wilcox Ltda. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 64 Chaminé. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 65 Chaminé por um ângulo alternativo. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 66 Cobertura do armazém. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 67 Armazém. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 68 Antiga placa em metal, datando o ano de 1906 e referente a Fábrica de Conservas Leandro. Julho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 69 Desenho arquitetónico de elevação frontal da fachada voltada à Rua do Açúcar da antiga Vila Pereira. Ao compararmos com fotografias atuais, percebe-se que as aberturas permanecem conforme o desenho original. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 3339 - Processo 954-DMGU-POL-2007.

Figura 70 Fotografia da fachada principal da antiga Vila Pereira. Julho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 71 Conjunto fotográfico de comparação. Na primeira foto, uma fotografia histórica da edificação da Vila Pereira (ou Vila Santos Lima) em 1971. Fonte: AML apud Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, Memória e Recuperação. Na segunda foto, um registo atual do prédio, em junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 72 Desenho arquitetónico de elevação frontal do antigo Pátio Beirão. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 8512 - Proc 19984-SEC-PET-1933 - Folha 3.

Figura 73 Conjunto fotográfico comparativo entre uma fotografia histórica (1967) do antigo Pátio Beirão e sua situação atual (2021). Fonte da primeira imagem: Arquivo Municipal de Lisboa. Fonte da segunda imagem: Loraine Meister.

Figura 74 Interior de parte do piso térreo do antigo Pátio Beirão, que abriga atualmente um café. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 75 Parte do salão do café. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 76 Fachada do antigo Pátio Beirão. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 77 Desenho arquitetónico de elevação frontal da edificação, datado em 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 41546 - Processo 6528-1ªREP-PG-1919 - Folha 6.

Figura 78 Fotografia atual da fachada do edifício, em junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 79 Desenho arquitetónico de corte da edificação, 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego. Obra 41546 - Processo 6528-1ªREP-PG-1919 - Folha 7.

Figura 80 Conjunto fotográfico. Escada central que interliga os pavimentos da edificação. Seu posicionamento, volume e materiais permanecem os mesmos. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 81 Conjunto fotográfico. Elementos arquitetónicos do pátio de entrada da antiga fábrica José Domingos Barreiros. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 82 Conjunto fotográfico. Azulejos do pátio de entrada da antiga fábrica José Domingos Barreiros. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 83 Planta do pavimento de rés de chão. Documento de 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 41546 - Processo 6528-1ªREP-PG-1919 - Folha 5.

Figura 84 Conjunto fotográfico do móvel e estrutura em madeira que compunham o escritório de vendas da antiga fábrica. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 85 Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 2º pavimento. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 86 Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 2º pavimento. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 87 Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 1º pavimento. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 88 Interior da antiga fábrica José Domingos Barreiros. 1º pavimento. Junho de 2021. Autoria: Loraine Meister.

Figura 89 Antigas ferramentas utilizadas na manutenção do relógio existente na fachada da antiga fábrica José Domingos Barreiros. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 90 Conjunto fotográfico da fachada da edificação voltada para a Rua Fernando Palha. Na última imagem, é possível perceber parte do interior da edificação. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 91 Conjunto fotográfico da parte da edificação voltada para a Rua Zófimo Pedroso. Na última imagem, é possível perceber parte do interior da edificação. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 92 Fachada da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 93 Conjunto fotográfico que mostram a deterioração em que a antiga fábrica atualmente apresenta. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 94 Desenho arquitetónico da fachada da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique, datado em 1982. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 18813 - Processo 44-DMPGU-OB-1982 - Folha 46.

Figura 95 Fotografia atual da fachada da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 96 Desenho arquitetónico da fachada dos antigos armazéns da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique, datado em 1982. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Obra 18813 - Processo 44-DMPGU-OB-1982 - Folha 45.

Figura 97 Fotografia atual dos antigos armazéns da antiga fábrica Sociedade Abel Pereira Fonseca voltada à Av. Infante Dom Henrique. Junho de 2021. Fonte: Loraine Meister.

Figura 98 Conjunto fotográfico dos elementos arquitetónicos originais da edificação. Na primeira imagem, as aberturas em formato de arco e óculo; na segunda, a estrutura da cobertura; na terceira, a volumetria retangular do espaço. Autoria: Loraine Meister.

Figura 99 Conjunto fotográfico dos elementos arquitetónicos que foram acrescentados na edificação. Na primeira imagem, a estrutura metálica que originou um mezanino; na segunda, a escada central; na terceira, a vista do mezanino para o interior da edificação. Autoria: Loraine Meister.

ANEXO A - Traçado do caminho primitivo e do Caminho do Oriente in Caminho do Oriente
I. 1998, p. 24 – 25.



ANEXO B - Digitalizações das autorizações de uso de imagem.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS

Eu,

José Miguel Álvares Pereira Avelar Lucas, depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade da recolha de imagens, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, a registar imagens fotográficas do estabelecimento, para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 20 de julho de 2021.

Grafe - Publicidade, Lda.

O Gerente

Assinatura do responsável pela autorização.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS

Eu,

NIKESH BACHU

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade da recolha de imagens, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, a registar imagens fotográficas do estabelecimento, para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 23 de julho de 2021.

Nikesh Bachu

Assinatura do responsável pela autorização.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS

Eu,

ENRICA PEÇA

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade da recolha de imagens, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, a registar imagens fotográficas do estabelecimento, para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 06 de julho de 2021.

Enrica Peça

Assinatura do responsável pela autorização.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS

Eu, Ralph Charles (MOVART)

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade da recolha de imagens, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, a registar imagens fotográficas do estabelecimento, para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 03 de julho de 2021.



Assinatura do responsável pela autorização.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS

Eu,

Flávia José Queiroz Jerónimo

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade da recolha de imagens, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada "A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril", a registar imagens fotográficas do estabelecimento, para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 06 de julho de 2021.

Flávia Jerónimo

Assinatura do responsável pela autorização.

**ANEXO C - Digitalizações das coletas de testemunhos e guião da entrevista
semiestruturada.**

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

O guião a seguir faz da dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, realizada por Loraine Thays Iensen Meister, com orientação da Professora Doutora Ana Cardoso de Matos no âmbito do mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultura da Universidade de Évora.

O principal objetivo destas perguntas é obter através da metodologia de entrevista semi-estruturada, a recolha de testemunhos pessoais vinculados à memória industrial da freguesia de Marvila, em Lisboa.

Introdução: Pedir autorização ao entrevistado para que seu testemunho seja gravado e informar que posteriormente, será transcrito. Toda a contribuição será utilizada para fins exclusivamente académicos.

1ª pergunta: Apresentação pessoal básica. Perguntar o nome do entrevistado, sua idade (somente caso o entrevistado queira responder) e caso não seja morador da zona de Marvila, informar onde reside atualmente.

2ª pergunta: Qual sua relação com a zona de Marvila?

Exemplos: Foi ou é morador? Em que ano residiu na zona e por quanto tempo? Trabalhou em alguma fábrica? Se sim, qual fábrica e em que ano? Conhece alguém que lá trabalhou?

3ª pergunta: Quais são as suas principais memórias vinculadas à Marvila durante o período de industrial?

Exemplos: Como era Marvila naquela época? Como era viver na zona naquela época? O que o senhor(a) se recorda do seu trabalho realizado na fábrica, quais eram suas funções, como era o seu dia a dia de trabalho?

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E USO DE TESTEMUNHO

Eu,

ASO P Silva

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu testemunho, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, a registar e usar o meu testemunho escrito ou oral (com posterior transcrição), para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 23 de julho de 2021.

Olaf Oliveira Silva

Assinatura do participante.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E USO DE TESTEMUNHO

Eu,

LUI S MANUEL DO ROSÁRIO LUCAS

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu testemunho, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays lensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril”, a registar e usar o meu testemunho escrito ou oral (com posterior transcrição), para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 23 de julho de 2021.



Assinatura do participante.

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA RECOLHA E USO DE TESTEMUNHO

Eu,

Maria Celeste Dias Duarte

depois de conhecer e entender os objetivos da investigação, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu testemunho, **AUTORIZO** através do presente termo que Loraine Thays Iensen Meister, aluna do curso de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, especialidade em Património Artístico e História da Arte da Universidade de Évora, envolvida na dissertação de mestrado intitulada “A Reutilização do Património Industrial de Marvila: Os Usos Atuais e a Preservação da Memória do Trabalho Fabril” e com orientação da Professora Doutora Ana Cardoso de Matos, a registar e utilizar os meus testemunhos escritos ou orais (com autorização para posterior transcrição) para fins exclusivamente académicos, sem qualquer interesse ou envolvimento financeiro por nenhuma das partes no presente e futuro momento e em favor da realização da investigação, acima especificada.

Lisboa, 03 de julho de 2021.

Maria Celeste Dias Duarte

Assinatura do participante.